



O Director de Turma como gestor curricular (Elaboração/Implementação/Avaliação do PCT)

Rosa Maria Fernandes Martins

Trabalho de Projecto, apresentado à Escola Superior de Educação, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação – Administração Educacional

Orientado por:
Professor Doutor Henrique da Costa Ferreira
Professora Mestre Iria dos Anjos Gonçalves

Novembro de 2011



O Director de Turma como gestor curricular (Elaboração/Implementação/Avaliação do PCT)

Rosa Maria Fernandes Martins

Trabalho de Projecto, apresentado à Escola Superior de Educação, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação – Administração Educacional

Orientado por:
Professor Doutor Henrique da Costa Ferreira
Professora Mestre Iria dos Anjos Gonçalves

Novembro de 2011

Agradecimentos

Para que este trabalho tivesse chegado ao fim, foi necessária a colaboração e o apoio de algumas pessoas.

Em particular, quero aqui expressar o meu agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Henrique da Costa Ferreira.

Agradeço à minha co-orientadora, Mestre Iria dos Anjos Gonçalves.

Agradeço também aos colegas que participaram respondendo ao inquérito por questionário realizado para a obtenção de dados.

E, a todos aqueles que de alguma forma estiveram presentes neste trabalho.

Um agradecimento especial aos meus: Afonso, Alexandra e Maria.

Resumo

Este trabalho, visa caracterizar e reflectir sobre as práticas na elaboração, implementação e avaliação do Projecto Curricular de Turma, e em que medida o mesmo contribuirá, de forma significativa, para a igualdade de oportunidades, em suma para a missão da escola.

Na primeira parte do presente trabalho, integra-se a fase de revisão de literatura, e consequente delimitação de conceitos, no sentido de elucidar a temática da gestão flexível do currículo, através da construção/implementação/avaliação dos projectos curriculares de turma e a importância dos mesmos para o sucesso educativo. Esta revisão da literatura tornou-se numa mais-valia pelos conhecimentos que nos acrescentou, para a consolidação da reflexão que pretendemos levar a cabo e cujo problema central é: Como elaborar e implementar o Projecto Curricular de Turma? e, Qual o papel do Director de Turma na Coordenação Curricular?

Na segunda parte deste trabalho procedemos a um estudo quantitativo/qualitativo, num Agrupamento do Distrito de Bragança. Realizámos este estudo inquirindo por questionário anónimo, os 21 Directores de Turma/Professores Titulares de Turma de um Agrupamento de escolas, apresentando os resultados e as conclusões desse estudo. Apresentámos, nesta parte do trabalho, a análise documental realizada às actas de todos os conselhos de turma do Agrupamento, e a todos os Projectos Curriculares de Turma do Agrupamento, apresentando as conclusões a que chegámos.

O principal objectivo a alcançar com o estudo desta problemática será o de perceber como elaborar o projecto curricular de turma de forma a que favoreça uma efectiva implementação, conducente ao incremento do sucesso da aprendizagem dos diferentes alunos/turmas.

Sendo o Projecto Curricular de Turma uma forma de responsabilizar os professores pelo desenvolvimento curricular, torna-se indispensável o trabalho de reflexão/investigação.

Palavras-chave: currículo; gestão flexível; desenvolvimento curricular; Projecto Curricular de Turma.

Abstract

This work aims to characterize and reflect on practices in the design, implementation and evaluation of the class project, and to what extent it will contribute significantly to equal opportunities, for the school's mission.

The first part of this work, integrates the literature review phase and the subsequent delineation of concepts, in order to elucidate the issue of flexible management of the curriculum through the construction/implementation/evaluation of the class project and its importance for educational success. This literature review has become an added value, by the knowledge that we added to the consolidation of reflection that we intend to carry on: How to design and implement the class curriculum? and, What is the role of Director of Curriculum Coordination in Class?

In the second part of this work we carried out a quantitative /qualitative study, in a school of the district of Bragança. We conducted this study by asking an anonymous questionnaire, a sample of 21 directors of Class and we present the results and conclusions of this study. We presented in this part of the study, the document analysis carried out to the minutes of all boards of the Group classes, and all the class projects of the group with the conclusions we have reached.

The main objective to be achieved with the study of this problem will be to develop the class curriculum in order to implement effectively the class project, and leading to increases in learning achievement of different students/classes.

As the class project is a way to make teachers responsible for curriculum development, it is essential the work of reflection/research on it.

Keywords: curriculum; flexible curriculum organization; curriculum development; class curriculum project.

Índice geral

Resumo.....	I
Abstract	II
PARTE I.....	1
1. Introdução	2
1.1. Explicitação do problema a resolver	4
1.2. Objectivos do trabalho	4
1.3. Justificação do estudo.....	5
1.4. Pertinência do problema face à Administração Escolar e Educacional	7
CAPÍTULO I	13
Do Director de Turma ao PCT – caminhos de inclusão e igualdade perante a escola	13
1.1.O Director de Turma: enquadramento legislativo.....	13
1.2.Papel/funções/competências do Director de Turma	21
1.2.1.Vertente: Director de Turma/Alunos.....	21
1.2.2. Vertente: Director de Turma/Professores da Turma	22
1.2.3. Vertente: Director de Turma/Encarregados de Educação	22
1.2.4. Vertente: Tarefas Organizativas/Administrativas	23
2. A emergência do PCT e o seu significado – A dinâmica do Projecto Curricular de Turma.....	23
2.1. Teorias curriculares	24
2.1.1.Teoria técnica	25
2.1.2.Teoria prática.....	26
2.1.3.Teoria crítica	26
2.2.Currículo	27
2.3.Projecto Curricular	28
2.4. Desenvolvimento curricular e processo curricular	29
2.4.1. Diversificação curricular	30
2.4.2. Gestão flexível	32
2.4.3. Diferenciação Curricular.....	32
2.4.4. Adequação Curricular	33

2.4.5. Diferenciação pedagógica	34
PARTE II	36
CAPÍTULO II	37
1. Metodologia	37
1.1. Opções metodológicas	38
1.2. Questões Orientadoras para o Estudo	40
1.3 Natureza do Estudo	41
1.4. Instrumentos de Recolha dos Dados.....	42
1.4.1. Inquérito por questionário	42
2. Apresentação e Tratamento dos Dados.....	44
2.1. Caracterização da Amostra	44
2.2. Caracterização pessoal – profissional	44
CAPÍTULO III	47
A construção do PCT para a Turma ALFA	47
1. Apresentação dos dados do inquérito por questionário	47
1.1. Primeira Dimensão: concepções sobre o Projecto Curricular de Turma	47
1.2. Segunda Dimensão: procedimentos adoptados no âmbito do desenvolvimento do PCT.....	53
1.3. Terceira Dimensão: Contributos para a aprendizagem e sucesso educativo dos alunos	54
1.4. Quarta Dimensão: importância do PCT na melhoria das práticas escolares e das relações interpessoais	55
2. Apresentação e Discussão da análise Documental	56
2.1. Actas	56
2.2. Projectos Curriculares de Turma	62
CAPÍTULO IV	67
Discussão dos resultados e conclusão	67
1. Discussão dos resultados	67
2. Propostas/sugestões para a elaboração/implementação/avaliação do PCT.....	69
3. Projecto de Intervenção.....	75

4. Conclusão	78
4.1. Relação entre os objectivos/questões de investigação e os resultados alcançados	78
4.2. Principais dificuldades/problemas identificados e colocados no Projecto de Intervenção como aspectos de intervenção	78
4.3. Questões emergentes	79
4.4. Síntese reflexiva	79
Referências Bibliográficas	86
Legislação consultada	91
Anexos	92

Índice de tabelas

Tabela 1 - Síntese inquérito por questionário	37
Tabela 2 – Idade dos respondentes	44
Tabela 3 – Sexo dos respondentes	45
Tabela 4 - Categoria profissional dos respondentes	45
Tabela 5 – Experiência profissional dos respondentes	46
Tabela 6 – Ciclo de ensino dos respondentes.	46
Tabela 7- Participação dos alunos no PCT.	50
Tabela 8 – Organização do processo de ensino/aprendizagem.	53
Tabela 9 – Importância da auto-avaliação dos alunos	53
Tabela 10 – De que forma o PCT promove/favorece a aprendizagem.	54
Tabela 11 - Contributo dos PCT para a reflexão e análise do processo de ensinar.	54
Tabela 12 – 2º Ciclo : 5º Ano.	56
Tabela 13 – 2º Ciclo: 6º Ano.	58

Tabela 14 - 3ºCiclo: 7ºAno.....	59
Tabela 15 – 3º Ciclo: 8ºAno.	60
Tabela 16 – 3ºCiclo: 9ºAno.	61
Tabela 17 – Respostas proposta a)	70
Tabela 18 – Respostas proposta b).	71
Tabela 19 – Respostas proposta c).	72
Tabela 20 – Respostas proposta d).	74
Tabela 21 – Respostas proposta e).	75
Tabela 22 – calendarização de acções do P.I.....	77

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Concepção sobre o Projecto Curricular de Turma	48
Gráfico 2 - Objectivos do Projecto Curricular de Turma	49
Gráfico 3 - Prática na elaboração do Projecto Curricular de Turma.	50
Gráfico 4 - Aspectos importantes na elaboração dos Projectos Curricular de Turma.....	51
Gráfico 5 - Principais dificuldades/obstáculos para a construção dos PCT	52
Gráfico 6 - Principais virtualidades na construção dos Projectos Curriculares de Turma.	52
Gráfico 7 - Contributos do Projecto Curricular de Turma para as práticas escolares.	55

Abreviaturas usadas

AEC - Actividades de Enriquecimento Curricular

CEF- Curso de Educação Formação

CT-Conselho de Turma

DL - Decreto Lei

DT - Director de Turma

DEB - Departamento da Educação Básica

DES - Departamento da Educação Secundária

EE - Encarregado de educação

EFA - Educação Formação de Adultos

L - Lei

LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo

ME - Ministério da Educação

MEC- Ministério de Educación y Cultura

PCE/A - Projecto Curricular de Escola/Agrupamento

PCT- Projecto Curricular de Turma

PEE/A - Projecto Educativo de Escola/Agrupamento

PI- Projecto de Intervenção

PIEC - Programa para a Inclusão e Cidadania

PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação

PARTE I

“...antes de definir o caminho a percorrer, importa conhecer o destino pretendido.”

Teixeira, S. (2002: 31)

1. Introdução

Numa época em que o “prazo de validade” dos conhecimentos e das teorias é cada vez mais reduzido e precário, não adianta insistir em responder às exigências de hoje com saberes e atitudes adquiridas há décadas atrás.

É neste sentido que urge repensar o papel do Director de Turma, também ele cristalizado em concepções que serviram de base à escola que tivemos no passado, mas que se afigura diferente daquela que teremos num futuro mais ou menos próximo e até mesmo da escola que pretendemos hoje.

Em todo o processo ensino-aprendizagem o Director de Turma pode ser um agente privilegiado de mudança. Essa possibilidade advém-lhe do facto dele conhecer e trabalhar relacionalmente com todos os intervenientes directos no processo de ensino-aprendizagem. Conhece os alunos, o seu meio familiar, os seus problemas, os seus interesses e expectativas, conhece os professores da turma e os órgãos de gestão da escola.

Como diz Marques (1997, p.36):

“Os directores de turma têm elevadas responsabilidades na promoção da integração escolar dos alunos, na criação de condições para o seu desenvolvimento pessoal e social e na intensificação das relações da escola com o meio.”

O papel do Director de Turma é, cada vez mais, determinante na organização escolar, pela sua influência no equilíbrio entre os vários actores que se movimentam em cada comunidade educativa.

O Director de Turma é responsável, dessa forma, pela coordenação das actividades do conselho de turma e pelo projecto curricular de turma. Este documento deve ser fruto de um trabalho colectivo, envolvendo todos os elementos do conselho de turma, a fim de corresponder às necessidades dos alunos e de ser um documento orientador da acção.

Para coordenar o trabalho dos professores e conseguir que o conselho de turma actue de forma colectiva, é fundamental conhecer as suas preocupações, tendo o projecto curricular de turma, que traduzir esse sentir colectivo e indicar caminhos assumidos e partilhados por todos.

As funções do Director de Turma são muito diversificadas, mas maioritariamente de raiz burocrática, limitando-se em muitos casos, na prática, quase exclusivamente a essas tarefas.

O Director de Turma pode ser o dinamizador, por excelência, das estratégias de mediação na sua relação com: os alunos, o corpo docente, os órgãos de gestão da escola, e os encarregados de educação.

Neste caso, o Director de Turma pode ter um papel muito importante na gestão curricular. De acordo com Roldão (1995), a gestão curricular envolve todo o conjunto de processos e procedimentos através dos quais se tomam as decisões necessárias quanto aos modos de implementação e organização de um currículo proposto, no quadro de uma instituição escolar. Incluem-se nestes processos, por exemplo, o estabelecimento de objectivos e conteúdos prioritários e respectiva sequência, a definição do nível de aprofundamento e desenvolvimento das diferentes componentes curriculares, a sequência temática a adoptar, as metodologias a privilegiar, os projectos a desenvolver, as modalidades de integração interdisciplinar a promover. E, acrescentaríamos nós, a definição dos principais objectivos de ensino crítico, ajudando os alunos a desenvolver as suas competências intelectuais, a adquirir competências relacionadas com o processo de pesquisa e a ganhar confiança no seu próprio pensamento.

Não se pretende que o Director de Turma substitua o professor de cada área disciplinar a quem cabe a gestão directa do currículo no terreno, mas antes que ele assegure, por um lado, a coordenação entre os docentes da turma, por outro lado, a articulação com os outros intervenientes do processo ensino-aprendizagem: os alunos e os encarregados de educação. A inter-relação e interacção entre os vários saberes constitui uma preocupação educativa central, de modo a que as aprendizagens se integrem num todo com sentido e não pareçam segmentos curriculares separados que nada têm a ver uns com os outros.

A acção do Director de Turma será fundamental na definição de prioridades curriculares decorrentes da análise da situação da turma (desde o contexto socio-económico e cultural até ao percurso escolar anterior), será também fundamental para o estabelecimento de um perfil de competências necessárias ao aluno que se desenvolverão através das áreas curriculares disciplinares e não disciplinares e para a clarificação de atitudes e valores a promover. Não esqueçamos que o currículo é transformado e adaptado

pelo processo de planificação através de acrescentos, supressões e interpretações e pelas decisões do professor sobre o que melhor irá satisfazer o processo de Ensino/Aprendizagem tendo em vista o sucesso escolar de todos, e a construção de um ideal de Homem. A este propósito, refere Coutinho (1998, p.15 -16) que:

“A actuação do DT insere-se pois num processo de orientação educativa que acompanha todo o processo de formação do aluno, apresentando-se como um serviço que ultrapassa as barreiras do tempo académico tradicional e pressupõe, implícita ou explicitamente, a concepção de uma determinada ideia de Homem que urge ajudar a construir.”

Assim, através duma elaboração criteriosa e duma implementação efectiva do Projecto Curricular de Turma, a escola poderá contribuir para que o sucesso educativo seja real para todos, independentemente da especificidade de cada aprendiz.

Podemos dizer que o Director de Turma deverá ser o coordenador da elaboração, desenvolvimento e avaliação do projecto curricular da turma, ouvindo todos e mediando quer as relações interpessoais quer as relações curriculares.

1.1. Explicitação do problema a resolver

Para Roldão (1999, p. 25), gestão curricular é “decidir o que ensinar e porquê, como, quando, com que prioridades, com que meios, com que organização, com que resultados”

Assim, o problema que se nos coloca é:

Como melhorar a elaboração e implementação do Projecto Curricular de Turma e o exercício do papel do Director de Turma na Coordenação Curricular (O Director de Turma como gestor curricular)?

1.2. Objectivos do trabalho

A razão de ser e missão do sistema educativo passa sem dúvida pelo sucesso escolar e educativo, criando condições para otimizar os factores que influenciam ou condicionam esse sucesso. Esperamos que, com o nosso trabalho, estejamos a contribuir para cumprir essa missão.

Pensamos que o nosso trabalho poderá contribuir para uma reflexão sobre as práticas de elaboração e implementação do PCT.

O principal objectivo a alcançar com o estudo desta problemática será o de elaborar o projecto curricular de turma de forma a uma efectiva implementação, conducente ao incremento do sucesso da aprendizagem dos diferentes alunos/turmas.

Com este estudo também se pretende:

- problematizar a necessidade de mudança das práticas curriculares;
- reflectir em torno de metodologias de construção/ implementação/avaliação do PCT;
- compreender o conceito de PCT;
- conhecer o processo de construção e avaliação de dispositivos educativos, nomeadamente do PCT;
- promover a reflexão conjunta sobre as implicações e dificuldades na elaboração do PCT no desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem;
- construir e avaliar o PCT em conformidade com uma lógica conducente ao sucesso do Ensino/Aprendizagem;
- verificar em que medida o PCT responde aos anseios e necessidades dos alunos;
- perceber quais as influências que o PCT tem no desenvolvimento profissional dos professores, e no desenvolvimento organizacional da escola;
- conhecer e criar condições para a melhoria da actuação do Director de Turma enquanto coordenador curricular de um grupo-turma e seus professores;
- propor melhorias na elaboração, implementação do PCT.

Assim, pretende-se, em última análise, uma reflexão no sentido da melhoria das práticas da escola, e como diz Costa, (1996),

“A escola, enquanto organização, constitui seguramente, uma das áreas de reflexão do pensamento educacional que se tornou mais visível nos últimos tempos”. (p. 7).

1.3. Justificação do estudo

Com o intuito de promover do sucesso escolar dos alunos e reforçar a autonomia das escolas e dos professores na adequação da educação escolar aos alunos, surge, em 1998, o Decreto-Lei 115-A. Como é referido no preâmbulo deste,

“A autonomia das escolas e a descentralização constituem aspectos fundamentais de uma nova organização da educação, com o objectivo de concretizar na vida da escola a democratização, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público de educação.”

E, no seu artigo 3º,

“Autonomia é o poder reconhecido à escola pela administração educativa de tomar decisões nos domínios estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projecto educativo e em função das competências e dos meios que lhe estão consignados.”

Cabe então às escolas gerir estas brechas de autonomia no sentido de alcançar o sucesso de toda a comunidade escolar.

Em 2001, no contexto da reorganização curricular para o ensino básico, é publicado o Decreto-Lei nº6, de 18 de Janeiro, que introduz alterações curriculares, resultantes da reflexão sobre o currículo nacional, realizada com a participação das escolas e dos professores a nível nacional, e do projecto da iniciativa do Ministério da Educação de Gestão Flexível do Currículo. No preâmbulo deste Decreto, faz-se referência à necessidade de

“ ultrapassar uma visão de currículo como um conjunto de normas a cumprir de modo supostamente uniforme em todas as salas de aula e de ser apoiado, no contexto da crescente autonomia das escolas, o desenvolvimento de novas práticas de gestão curricular.”

Neste contexto, as escolas são convidadas a fazer uma gestão flexível do currículo através da elaboração e implementação de projectos.

No mesmo preâmbulo (DL 6/2001) pode ler-se que:

“ as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, deverão ser objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão, o qual deverá ser desenvolvido, em função do contexto de cada turma, num projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.”

Esta medida legislativa (DL 6/2001) introduziu alterações nos conceitos de currículo e de desenvolvimento curricular, concretizadas nas escolas e pelos professores

com a elaboração dos projectos curriculares de escola e de turma. Consistindo em medidas adoptadas pelos docentes de adequação do currículo nacional às características de uma escola e de cada turma em particular, através destes projectos pretende-se criar medidas pedagógicas que conduzam os alunos à aquisição das competências que estruturam o referido currículo nacional.

Assim, o projecto curricular de turma (PCT) é o último e decisivo passo no sentido da contextualização da acção educativa. Sendo considerado como o segundo nível de concretização do projecto educativo da escola (PEE/A), e tendo-o como referência, é feito, segundo Carvalho (2001, p. 114), para responder às especificidades da turma de forma a permitir um nível de articulação horizontal e vertical entre áreas disciplinares e conteúdos.

1.4. Pertinência do problema face à Administração Escolar e Educacional

Para Etzioni (1964):

"Organizations are social units (or human groupings) deliberately constructed and reconstructed to seek specific goals. Corporations, armies, schools, hospitals, churches, and prisons are included; tribes, classes, ethnic groups, friendship groups, and families are excluded."(p.4)

Barroso (1998) acrescenta que:

“/.../ quando se fala de «gestão participativa» (e independentemente de outros contextos, níveis e destinatários da participação) está-se a falar essencialmente do envolvimento dos trabalhadores na gestão, o que no caso das escolas, quer dizer, em primeira linha, dos professores.” (p.9)

Então, os professores são aqui actores fundamentais para que a gestão das escolas se faça com sucesso, isto porque, segundo Barroso (1998),

“Em primeiro lugar, numa organização como a escola, a gestão é uma dimensão do próprio acto educativo. Definir objectivos, seleccionar estratégias, planificar, organizar, coordenar, avaliar as actividades e os recursos, ao nível da sala de aula, ou ao nível da escola no seu

conjunto, são tarefas com sentido pedagógico e educativo evidentes. Elas não podem, por isso, ser dissociadas do trabalho docente e subordinarem-se a critérios extrínsecos, meramente administrativos.” (p.10)

Sendo a Escola uma organização, necessita de ser administrada como tal e, segundo Chiavenato (2000), “No decorrer da história da humanidade sempre existiu alguma forma – simples ou complexa – de administrar as organizações”. (p. 39)

Assim, a escola é uma organização complexa e específica, porque é constituída, essencialmente, por indivíduos, todos diferentes quer a nível emocional, quer a nível das suas vivências económicas, socioculturais e ainda com ritmos de aprendizagem diferentes.

A especificidade que é a organização escolar traduz-se numa realidade complexa viva, num espaço físico e social alargado onde se conjugam todas as dimensões do conhecimento.

No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, pode ler-se que:

“As escolas são estabelecimentos aos quais está confiada uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar -se activamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País. É para responder a essa missão em condições de qualidade e equidade, da forma mais eficaz e eficiente possível, que deve organizar -se a governação das escolas.”

E, no preâmbulo do Decreto-Lei nº 115-A/98 de 4 de Maio, lê-se que:

“A concepção de uma organização da administração educativa centrada na escola e nos respectivos territórios educativos tem de assentar num equilíbrio entre a identidade e complementaridade dos projectos, na valorização dos diversos intervenientes no processo educativo, designadamente professores, pais, estudantes, pessoal não docente e representantes do poder local. Trata-se de favorecer decisivamente a dimensão local das políticas educativas e a partilha de responsabilidades.”

Assim, à organização escolar compete dar respostas diversificadas no sentido de caminhar para uma sociedade mais justa e de igualdade de oportunidades para todos. Como podemos ver preconizado na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) no seu artigo 1.º no ponto 2,

“O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.”

Nos pontos 3, 4 e 5 do mesmo artigo acrescenta-se a forma como se desenvolve (responsabilidades das instituições), o âmbito geográfico (a totalidade do território português) e a coordenação da política educativa no Sistema Educativo.

A Constituição da República Portuguesa, ao consagrar o princípio da igualdade de oportunidades, constitui a primeira referência para a igualdade de oportunidades. No domínio da educação aquele princípio é aprofundado e explicitado no capítulo III, ao referir no artigo 74º, número 1, que:

“Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.”

E no artigo 74º, número 1, que:

“O ensino deve contribuir para a superação de desigualdades económicas, sociais e culturais, habilitar os cidadãos a participar democraticamente numa sociedade livre e promover a compreensão mútua, a tolerância e o espírito de solidariedade.”

Para Lima (2003), “a modernização do país, e designadamente da educação e da escola, é apresentada como um desígnio nacional.”(p.123)

Mas, para cumprir esse desígnio nacional é necessário que as escolas aproveitem a autonomia curricular que lhes é concedida, e não a deixem nos normativos legais.

A autonomia curricular da escola passa pela elaboração de um projecto de escola que existe, por um lado, enquanto sentido abstracto ou ideia global de uma autonomia possível, dentro de um quadro organizacional.

A autonomia significa não só o poder de elaboração e realização dos projectos educativo e curricular em benefício dos alunos como também a adaptação das decisões emanadas do poder central.

De acordo com Barroso (2005)

“A autonomia da escola significa que os estabelecimentos de ensino dispõem de uma capacidade de decisão própria, em determinados domínios, que se exerce através de atribuições, competências e recursos, transferidos ou delegados de outros níveis da administração.” (p. 108)

Desta forma, a autonomia da escola não deve constituir um fim em si mesma, mas uma forma de potenciar a formação e o sucesso educativo dos alunos .

Esta autonomia pode concretizar-se em maior ou menor grau através da construção/implementação dos diversos projectos, desde o Projecto Educativo aos diferentes projectos curriculares.

Espaços de autonomia são constituídos e edificados em projectos da comunidade educativa. Lima (2003) afirma que

“ conceitos como “autonomia”, “projecto educativo”, “comunidade educativa”, continuarão a ser convocados, e até com maior frequência, mas como instrumentos essenciais de uma política de modernização e racionalização, como metáforas capazes de dissimular os conflitos, de acentuar a igualdade, o consenso e a harmonia, como resultados os artefactos, e não como processos e construções colectivas.” (p.134)

O mesmo autor (2003) acrescenta que

“O poder de decisão sobre a construção de projectos educativos e escolares, sobre o currículo e a avaliação, sobre a gestão dos recursos, por vezes mesmo sobre as mais elementares regras processuais, manteve-se essencialmente inalterado.” (p.160)

Assim, neste contexto duma escola iniciadora de políticas e projectos, segundo este autor, ela é uma imagem retórica e puramente idealizada, porque “enclausurada” em universos de realizações adiadas.

Então é necessário conhecer e compreender o Currículo, em todas as suas vertentes, desde a sua concepção até à sua implementação e consequente avaliação.

Este conhecimento resultará em tanto mais sucesso quanto mais transparente e participada for a gestão curricular.

Os projectos poderão, então, desempenhar um papel importante na alavancagem do cumprimento eficiente da missão da escola.

Então, o nosso problema é tanto mais pertinente quanto mais o Projecto Curricular de Turma vem contribuir para melhorar a eficácia da resposta educativa aos problemas surgidos da diversidade de contextos escolares, assegurando que todos os alunos aprendam mais e de um modo mais significativo.

O Projecto Curricular de Agrupamento reúne as orientações que adequam o currículo nacional do ensino básico ao agrupamento, pela definição das prioridades curriculares, sendo este o suporte para a elaboração dos Projectos Curriculares de Turma. Estes projectos têm o seu enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001, de 28 de Fevereiro e alterado pelos Decretos-Lei 209/2002, de 17 de Outubro, 396/2007, de 31 de Dezembro, 3/2008, de 7 de Janeiro, e 18/2011, de 2 de Fevereiro, que aprovou a organização curricular do ensino básico, estabelecendo os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional. Determina, ainda a concepção de um projecto curricular de escola como forma de adequação do referido currículo nacional ao contexto de cada Escola / Agrupamento.

Este projecto curricular de Agrupamento será desenvolvido em cada Escola / Turma, atendendo à sua especificidade, plasmado num projecto curricular de turma.

Entendendo-se por currículo o conjunto de aprendizagens e competências, integrando os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e os valores a desenvolver pelos alunos, facilmente se verifica que a área de intervenção do projecto curricular é bastante extensa.

O Projecto Curricular de Turma pretende assegurar que o Currículo Nacional, centrado em competências essenciais e em experiências de aprendizagem/actividades, contribua para que os alunos desenvolvam as competências gerais que estão definidas para o ensino básico.

O Projecto Curricular de Turma será também uma forma de dar resposta à diversidade e ao multiculturalismo crescente na Escola. Assim, o Director de Turma será um gestor do currículo, mas também um promotor da escola multicultural. O Director de Turma, como preconizado no Decreto Regulamentar n.º 10/99 de 21 de Julho, entretanto revogado, no seu artigo 3, fará a articulação curricular, promovendo a cooperação entre os docentes da escola ou do agrupamento de escolas e procurando adequar o currículo aos

interesses e necessidades específicos dos alunos, através do Projecto Curricular de Turma, no sentido de contribuir para o sucesso de todos.

É ao nível do Projecto Curricular de Turma que é possível respeitar os alunos reais e articular a acção dos professores da turma, cabendo ao Conselho de Turma coordenar a construção dessa articulação.

6. Abordagem Metodológica

Seguiremos uma abordagem qualitativa baseada num estudo de caso micro-institucional, analisando o processo de construção, implementação e avaliação do PCT de um grupo-turma, no Agrupamento de Escolas Alfa, localizado no Distrito de Bragança. O estudo de caso utiliza a análise documental sobre actas de Conselho de Turma, Conselhos de Director de Turma e os PCT.

7. Limitações do Estudo

Dado os limites temporais do estudo, não foi realizado o projecto de investigação-acção mas antes a sua proposta na fase de projecto, com base na caracterização do processo de concepção, implementação e avaliação do Projecto Curricular de Turma.

CAPÍTULO I

Do Director de Turma ao PCT – caminhos de inclusão e igualdade perante a escola

1.1.O Director de Turma: enquadramento legislativo

A legislação relativa ao Director de Turma encontra-se dispersa por vários documentos devido à proliferação da publicação de normativos legais que enformam o conceito, a função e as competências do Director de Turma.

Assim, propomo-nos fazer um percurso pelos normativos legais, no sentido de clarificar algumas dúvidas ou reservas quanto à figura do Director de Turma.

Os Órgãos Conselho de Turma e Director de Turma aparecem pela primeira vez assim designados no Decreto-Lei 47.480, de 2 de Janeiro de 1967¹, pelo qual foi criado o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, em substituição do 1º Ciclo do Ensino Liceal e do Ciclo Preparatório do Ensino Técnico (Ferreira, 2003, p. 20). o Director de Ciclo, que aparece na legislação de 1936, no Decreto-Lei n.º 36507.

Depois do «25 de Abril», deu-se sequência a esta inovação. Primeiro, pelo Decreto-Lei nº 735-A/74, de 21/12, artigo 27º, transpondo para o ensino secundário a ordem estabelecida para o Ciclo Preparatório. Depois, pelo Decreto-Lei 769-A/76, de 23/10 (artigos 27º e 28º). E, em regulamentação, pelas Portarias nº 679 de 1977 e 970/80.

A Portaria 679, de 1977 estabelece:

“7.3.1 - Nas turmas do ensino preparatório, do ensino secundário unificado e dos cursos gerais diurnos em extinção haverá Directores de Turma, cujas atribuições são:

a) Relativamente aos Conselhos Directivo e Pedagógico:

1 - Servir de apoio à acção dos conselhos directivo e pedagógico;

¹ FERREIRA.Henrique (2003, p. 20) refere que a criação do Conselho de Turma e do Director de Turma estão relacionadas com preocupações pedagógicas e de orientação escolar e amadurecimento dos alunos para melhor poderem enfrentar escolhas vocacionais posteriores: «(...) registam-se como aspectos inovadores a criação do Conselho de Turma e do Director de Turma e ainda alguns indícios de educação comunitária, tais como: 1) “a ORIENTAÇÃO ESCOLAR, que se baseia na observação sistemática do aluno, em especial das suas reacções aos estímulos dos diversos conjuntos lectivos, tem como finalidades: a) proporcionar aos alunos e seus pais ou tutores elementos de informação que os auxiliem na escolha de estudos subsequentes; b) orientar os professores, bem como os pais ou tutores dos alunos, na resolução de problemas de ordem pedagógica e educacional.» 2) «o ensino deverá, do mesmo modo, adaptar-se às características da região onde é ministrado»; 3) «os professores, em especial os da mesma turma, devem manter estreita coordenação no ensino (Decreto-Lei 47.480, de 2 de Janeiro de 1967, artigos 13, 21 e 22.».

2 - Comunicar ao presidente do conselho directivo os casos disciplinares cuja gravidade entenda que excedem a sua competência;

b) Relativamente aos alunos:

1 - Esclarecer os alunos antes da eleição do delegado de turma, pelo que respeita à matéria processual;

2 - Reunir com os alunos sempre que necessário, por sua iniciativa, a pedido do aluno delegado de turma ou da maioria dos alunos, a fim de resolver problemas surgidos com a turma ou acerca dos quais interesse ouvi-la;

3 - Estabelecer contactos frequentes com o aluno delegado de turma para se manter ao corrente de todos os assuntos relacionados com a turma;

c) Relativamente aos Encarregados de Educação:

1 - Receber individualmente os Encarregados de Educação em dia e hora para tal fim indicados, sem prejuízo de outras diligências que junto destes se tornarem necessárias;

2 - Organizar e convocar reuniões com os encarregados de educação para informação e esclarecimento acerca da avaliação, orientação, disciplina e actividades escolares;

3 - Informar, segundo as normas em vigor, os encarregados de educação a respeito do aproveitamento, assiduidade e comportamento dos alunos.”

Pela Portaria 970/80, de 12/11, são criados os órgãos unipessoais de Coordenador e de Sub-Coordenador de Directores de Turma e o órgão colegial Conselho de Directores de Turma.

Nesta Portaria, é ainda esboçado um perfil para o desempenho do cargo de Director Turma, sendo este Director de Turma designado pelo Conselho directivo e de aceitação obrigatória, devendo ser, sempre que possível um professor profissionalizado, e, segundo os números 74.1.1. a 74.1.6, ter os seguintes requisitos:

“74.1 - A atribuição das direcções de turma deverá ser feita tendo em conta, como desejáveis, os seguintes requisitos:

74.1.1 - Capacidade de relação fácil com os alunos, restantes professores, pessoal não docente e encarregados de educação, expressa pela sua comunicabilidade e modo como são aceites.

74.1.2 - Tolerância e compreensão associadas sempre a atitudes de firmeza que impliquem respeito mútuo.

74.1.3 - Bom senso e ponderação.

74.1.4 - Espírito metódico e dinamizador.

74.1.5 - Disponibilidade para apreciar as solicitações a que têm de responder.

74.1.6 - Capacidade de prever situações e de solucionar problemas sem os deixar avolumar.”

A função mediadora que o director de turma deverá ter com alunos, professores, pais e encarregados de educação, preside a estes requisitos.

Foi ainda regulamentada, nesta Portaria, a redução de duas horas por cada direcção de turma, que vigora até aos dias de hoje.

O Decreto – Lei nº 172/ 91 de 10 de Maio que define, em regime experimental, o regime de direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação do pré-escolar ao secundário coloca a figura do director de turma nas estruturas de orientação educativa, no seu artigo 36º alínea e), em pé de igualdade, com as outras estruturas de orientação educativa que colaboram com o conselho pedagógico:

“ Artigo 36.º

Estruturas de orientação educativa

1 - As estruturas de orientação educativa que colaboram com o conselho pedagógico no exercício da respectiva competência são as seguintes:

- a) Departamento curricular;
- b) Chefe de departamento curricular;
- c) Conselho de turma;
- d) Coordenador de ano dos directores de turma;
- e) Director de turma;
- f) Director de instalações;
- g) Serviços de psicologia e orientação;
- h) Departamento de formação.”

A portaria nº 921/92 de 23 de Setembro, regulamenta as competências do director de turma, 16 no total, sendo elas enunciadas no artigo 9º, que passamos a transcrever:

“a) Promover junto do conselho de turma a realização de acções conducentes à aplicação do projecto educativo da escola, numa perspectiva de envolvimento dos encarregados de educação e de abertura à comunidade;

b) Assegurar a adopção de estratégias coordenadas relativamente aos alunos da turma, bem como a criação de condições para a realização de actividades interdisciplinares, nomeadamente no âmbito da área-escola;

c) Promover um acompanhamento individualizado dos alunos, divulgando junto dos professores da turma a informação necessária à adequada orientação educativa dos alunos e fomentando a participação dos pais e encarregados de educação na concretização de acções para orientação e acompanhamento;

- d) Promover a rentabilização dos recursos e serviços existentes na comunidade escolar e educativa, mantendo os alunos e encarregados de educação informados da sua existência;
- e) Elaborar e conservar o processo individual do aluno facultando a sua consulta ao aluno, professores da turma, pais e encarregado de educação;
- f) Apreciar ocorrências de insucesso disciplinar, decidir da aplicação de medidas imediatas no quadro das orientações do conselho pedagógico em matéria disciplinar e solicitar ao director executivo a convocação extraordinária do conselho de turma;
- g) Assegurar a participação dos alunos, professores, pais e encarregados de educação na aplicação de medidas educativas decorrentes da apreciação de situações de insucesso disciplinar;
- h) Coordenar o processo de avaliação formativa e sumativa dos alunos, garantindo o seu carácter globalizante e integrador, solicitando, se necessário, a participação dos outros intervenientes na avaliação;
- i) Coordenar a elaboração do plano de recuperação do aluno decorrente da avaliação sumativa extraordinária e manter informado o encarregado de educação;
- j) Propor aos serviços competentes a avaliação especializada, após solicitação do conselho de turma;
- l) Garantir o conhecimento e o acordo prévio do encarregado de educação para a programação individualizada do aluno e para o correspondente itinerário de formação recomendados no termo da avaliação especializada;
- m) Elaborar, em caso de retenção do aluno no mesmo ano, um relatório que inclua uma proposta de repetição de todo o plano de estudos desse ano ou de cumprimento de um plano de apoio específico e submetê-lo à aprovação do conselho pedagógico, através do coordenador de ano dos directores de turma;
- n) Propor, na sequência da decisão do conselho de turma, medidas de apoio educativo adequadas e proceder à respectiva avaliação;
- o) Apresentar ao coordenador de ano dos directores de turma o relatório elaborado pelos professores responsáveis pelas medidas de apoio educativo;
- p) Presidir às reuniões de conselho de turma, realizadas, entre outras, com as seguintes finalidades: Avaliação da dinâmica global da turma; Planificação e avaliação de projectos de âmbito interdisciplinar, nomeadamente da área escola; Formalização da avaliação formativa e sumativa;
- q) Apresentar ao coordenador de ano, até 20 de Junho de cada ano, um relatório de avaliação das actividades desenvolvidas.”

Ressalta desta transcrição a grande complexidade de competências exigidas ao director de turma, que é, ao mesmo tempo, professor de um grupo-turma, e que deve desenvolver com alunos, professores e pais/ encarregados de educação, em articulação com os órgãos de gestão da escola, um trabalho colaborativo, dispondo para isso de uma

redução de duas horas, equiparadas a lectivas, relativamente aos seus pares, que não são directores de turma.

É também de realçar a relevância que é dada, neste conjunto de competências, à relação com os pais e encarregados de educação que, é referida em praticamente metade das competências definidas.

Assim, verificamos que a abertura da escola aos pais e encarregados de educação depende fundamentalmente do director de turma, que os chama a participar na orientação educativa dos seus educandos.

O director de turma representa, desta forma, a abertura e o trabalho colaborativo com a comunidade educativa, particularmente com os pais e encarregados de educação.

O Decreto-Lei nº 211-B/86, de 31 de Julho, que aprova o Regulamento de Funcionamento dos Conselhos Pedagógicos e Órgãos de Apoio nas Escolas Preparatórias, Preparatórias e Secundárias e Secundárias, preconiza a participação efectiva dos Encarregados de Educação no processo de ensino/aprendizagem.

O Decreto – Lei nº 115 –A/98, de 4 de Maio, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação, inclui o director de turma nas estruturas de orientação educativa. Nele se refere, no seu artigo 34º, ponto 2, que ao director de turma compete “a organização, o acompanhamento e a avaliação da turma ou do grupo-turma”. E no artigo 36º ponto 2, afirma-se que o director de turma é designado pelo conselho executivo, “de entre os professores da mesma, sempre que possível, profissionalizado.”, no sentido de ser o responsável pela organização das actividades, do desenvolvimento do plano de trabalho do conselho de turma.

Com o Decreto Regulamentar nº 10/99 de 21 de Julho, entretanto revogado, que se definem as competências das estruturas de orientação educativa, no quadro da autonomia das escolas, previstas no Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, o director de turma continua a ser “designado pela direcção executiva de entre os professores da turma, sendo escolhido, preferencialmente, um docente profissionalizado.” (cf. Artigo 7º, ponto 1), ficando a cargo deste toda a coordenação do trabalho a desenvolver pelo conselho de turma, ao qual preside.

Comparativamente ao número de alíneas que constavam na portaria nº 921/92, elas passam de 16 para 6, mas, de forma genérica, remetem para as mesmas competências, ou seja, a articulação entre alunos, professores e pais/encarregados de educação.

Assim, de acordo com este Decreto Regulamentar, no seu artigo 7º, ponto 2, compete ao Director de Turma:

“2 - Sem prejuízo de outras competências fixadas na lei e no regulamento interno, ao director de turma compete:

- a) Assegurar a articulação entre os professores da turma e com os alunos, pais e encarregados de educação;
- b) Promover a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre professores e alunos;
- c) Coordenar, em colaboração com os docentes da turma, a adequação de actividades, conteúdos, estratégias e métodos de trabalho à situação concreta do grupo e à especificidade de cada aluno;
- d) Articular as actividades da turma com os pais e encarregados de educação promovendo a sua participação;
- e) Coordenar o processo de avaliação dos alunos garantindo o seu carácter globalizante e integrador;
- f) Apresentar à direcção executiva um relatório crítico, anual, do trabalho desenvolvido. “

Em 2001, com o Decreto-lei nº 6/2001, de 18 Janeiro, e o Despacho - Normativo nº 30/2001, de 19 de Julho, é regulamentado o processo de avaliação dos alunos, dando protagonismo ao director de turma relativamente ao mesmo processo.

Aquele Decreto estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular e introduz o conceito de currículo nacional. No artigo 2º ponto 1, lê-se que:

“Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por currículo nacional o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino, expresso em orientações aprovadas pelo Ministro da Educação, tomando por referência os desenhos curriculares anexos ao presente decreto-lei.”

Deste artigo subjaz o projecto curricular de escola a ser concebido pelos órgãos de administração e gestão da escola, artigo 2º ponto 3:

“As estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, são objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão.”

Emerge, também, o projecto curricular de turma, sendo este definido, no artigo 2º ponto 4, como:

“As estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo nacional e do projecto curricular de escola, visando adequá-los ao contexto de cada turma, são objecto de um projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma, em articulação com o conselho de docentes, ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.”

Cabe, então aqui, um papel de importância elevada ao director de turma, uma vez que é ele o responsável pela elaboração, implementação e consequente avaliação do projecto curricular de turma a que preside.

O Despacho Normativo nº1/2005, de 5 de Janeiro, reforça as competências do director de turma e implementa a avaliação externa segundo uma lógica de regularização das aprendizagens, a nível de ciclo, concretizada em exames nacionais, cujos procedimentos ficam a cargo do director de turma, pode ler-se no artigo 30 que:

“Compete ao professor titular da turma, no 1.º ciclo, e ao director de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa interna e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação ...”

A isto o Despacho Normativo 50/2005 de 20 de Outubro acrescenta, no âmbito da avaliação sumativa interna, princípios de actuação e normas orientadoras para a implementação de planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento como estratégia de intervenção com vista ao sucesso educativo dos alunos do ensino básico. Estes planos, são da responsabilidade do conselho de turma, mas obviamente, coordenados pelo director de turma.

Em 2008, a Lei nº 3/2008, de 18 de Janeiro, veio alterar o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básicos e Secundário, encarregando o director de turma enquanto, coordenador de todo o trabalho a desenvolver pela turma, no artigo 5º, ponto 2, de ser:

“particularmente responsável pela adopção de medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um bom ambiente educativo, competindo-lhe articular a intervenção dos professores da turma e dos pais e encarregados de educação e colaborar com estes no sentido de prevenir e resolver problemas comportamentais ou de aprendizagem.”

O Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de Agosto preconiza a abertura da escola a alunos com necessidades educativas especiais, numa perspectiva de «escolas para todos»;

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro, vem, como se pode ler no seu preâmbulo,

“promover a igualdade de oportunidades valorizar a educação e promover a melhoria da qualidade do ensino. Um aspecto determinante dessa qualidade é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens.”

E,

“A educação inclusiva visa a equidade educativa, sendo que por esta se entende a garantia de igualdade, quer no acesso quer nos resultados.”

Desta forma o Director de Turma tem um papel preponderante na implementação e na garantia da igualdade referida no Decreto anterior.

O Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, que vem revogar a Lei nº 115 – A/98 de 4 de Maio e o Decreto Regulamentar 10/99 de 21 de Julho, que estabelecia as competências das estruturas de orientação educativa, bem como o regime de coordenação das mesmas, vem aprovar o novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. O Director de Turma é aqui colocado na secção das estruturas de coordenação educativa e de supervisão pedagógica.

Neste mesmo diploma, é dito que o Director de Turma tem a função de “coordenar o trabalho do conselho de turma”, sendo designado pelo director da escola “de entre os professores da turma de preferência pertencendo ao quadro do agrupamento de escolas ou escola não agrupada”, de acordo com o artigo 44º ponto 2,

Em 2010, a Lei 39/2010 de 2 de Setembro, vem alterar o estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, e alterado pela Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro, reiterando a importância da figura do director de turma no seu artigo 5º, ponto 4, quando refere que:

“O director de turma ou, tratando -se de alunos do 1.º ciclo do ensino básico, o professor titular de turma, enquanto coordenador do plano de trabalho da turma, é particularmente responsável pela adopção de medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um

bom ambiente educativo, competindo-lhe articular a intervenção dos professores da turma e dos pais e encarregados de educação e colaborar com estes no sentido de prevenir e resolver problemas comportamentais ou de aprendizagem.”

As competências do director de turma, em suma, encontram-se repartidas por diversos diplomas, de que demos conta com este percurso sintético pelos normativos legais. Constatámos, no entanto, que o director de turma foi, desde o princípio, e continua a ser, um meio privilegiado de articulação entre a escola e as famílias, com todas as responsabilidades inerentes ao cargo.

1.2.Papel/funções/competências do Director de Turma

Em jeito de síntese, resumimos as funções do director de turma, dividindo-as em quatro vertentes, construídas a partir da nossa experiência profissional²: director de turma/alunos; director de turma/professores da turma; director de turma/pais e encarregados de educação e director de turma/tarefas administrativas.

1.2.1.Vertente: Director de Turma/Alunos

- a) Conhecer o passado escolar dos alunos.
- b) Conhecer os alunos individualmente bem como a forma como se organizam na turma.
- c) Identificar os alunos com dificuldades e providenciar o seu apoio no âmbito da Acção Social Escolar, nos domínios pedagógico e/ou psicológico.
- d) Analisar os problemas de inadaptação dos alunos e apresentar propostas de solução.
- e) Identificar necessidades, interesses e hábitos de trabalho com vista a um eficaz envolvimento dos alunos nas tarefas escolares.
- f) Detectar e tentar solucionar atempadamente os problemas entre os alunos ou entre os alunos e os professores.
- g) Apoiar iniciativas e projectos que favoreçam a integração escolar e social dos alunos.

² No entanto, Henrique FERREIRA (1989) e Ramiro MARQUES (1992) seguem uma outra tipologia: funções de orientação dos alunos; funções de coordenação curricular; funções de mediação entre a Escola e a Família; e funções administrativas

- h) Contribuir para o desenvolvimento do espírito cívico, de responsabilidade, de trabalho e de entreajuda.
- i) Manter os alunos informados acerca dos regimes de faltas e de avaliação.
- j) Sensibilizar os alunos para a importância dos cargos de delegado e subdelegado e organizar a sua eleição.
- k) Afixar periodicamente o mapa resumo das faltas dos alunos da turma.

1.2.2. Vertente: Director de Turma/Professores da Turma

- a) Fornecer aos Professores da Turma as informações recolhidas sobre os alunos e as suas famílias.
- b) Caracterizar a Turma no início do ano com base em tratamento estatístico (caso exista).
- c) Discutir e definir com os Professores estratégias de ensino-aprendizagem tendo em conta as características da turma.
- d) Aferir em Conselho de Turma critérios de avaliação.
- e) Coordenar o projecto curricular de turma.
- f) Solicitar periodicamente informações aos Professores sobre comportamento e aproveitamento dos alunos e informá-los sobre os mesmos assuntos bem como sobre a assiduidade dos alunos.
- g) Identificar e discutir com os Professores problemas detectados e as suas possíveis soluções.

1.2.3. Vertente: Director de Turma/Encarregados de Educação

- a) Comunicar o dia e hora de atendimento.
- b) Preparar e realizar as reuniões com os Encarregados de Educação.
- c) Informar os E.E. sobre as estruturas de apoio existentes na Escola, projectos, clubes, etc.
- d) Informar os E.E. sobre as regras de funcionamento da Escola, do Regulamento Interno e da legislação em vigor (ex. faltas e avaliação).
- e) Preparar as entrevistas individuais com os E.E. e proceder ao registo das mesmas.

- f) Enviar aos E.E. as informações sobre a assiduidade dos seus educandos com a periodicidade prevista na lei.
- g) Comunicar aos E.E. a realização de visitas de estudo.
- h) Envolver os pais na realização de actividades educativas com os alunos e os professores da Turma no âmbito dos projectos em que os seus educandos estejam envolvidos ou de outros contextos de aprendizagem.
- i) Auxiliar os pais no acompanhamento dos seus educandos.
- j) Estimular de maneira efectiva a participação dos pais na vida da Escola.
- k) Solicitar a vinda dos pais à Escola sempre que tal seja necessário.

1.2.4. Vertente: Tarefas Organizativas/Administrativas

- a) Organizar e manter actualizado o Dossier de Direcção de Turma.
- b) Registar semanalmente as faltas dos alunos.
- c) Preparar e coordenar as reuniões do Conselho de Turma e organizar as respectivas actas.
- d) Preparar os Conselhos de Turma de Avaliação e, após as mesmas, verificar pautas, fichas biográficas e termos.
- e) Coordenar a elaboração, implementação e avaliação do Projecto Curricular de Turma.

2. A emergência do PCT e o seu significado – A dinâmica do Projecto Curricular de Turma

Este capítulo visa a explicitação do quadro teórico-conceptual que suporta a nossa investigação. Obedeceu a uma profunda revisão da bibliografia onde procurámos apresentar, segundo diversas perspectivas, os conceitos que limitam as questões em torno do desenvolvimento curricular.

Tem como objectivo principal a justificação das opções tomadas relativamente a conceitos e ideias mais relevantes para contextualizar a temática abordada, designadamente no respeitante à problemática da construção, desenvolvimento e avaliação dos projectos curriculares de turma.

Assim, nesta primeira secção, subordinada ao enquadramento teórico e normativo, importa aferir os conceitos relacionados com o Projecto Curricular. As diversas acepções e percurso histórico de alguns conceitos são incontornáveis para a sua compreensão. Neste sentido, importa reter o que os normativos e a investigação educacional têm produzido.

2.1. Teorias curriculares

Para uma definição de currículo, não podemos deixar de ter em conta a conjugação das diferentes perspectivas subjacentes às teorias curriculares. A sua definição é polissémica, sendo por essa razão essencial a definição das teorias curriculares.

Anuindo com Alves (2001),

“A nossa compreensão curricular implica uma forte ligação entre a teoria e a prática defendendo, por isso, um modelo de currículo processual, flexível, reconstruído pelos professores (assumindo para tal uma postura reflexiva e crítica), globalizador, centrado no processo, em que a avaliação assuma uma função de carácter essencialmente formativo, positivo e formador, facilitador da aprendizagem significativa, em que a investigação ocorra na aula e no contexto (modelo de investigação mediacional centrado no professor e no aluno, qualitativa e etnográfica), assente num paradigma cognitivo e ecológico/contextual centrado no «pensamento do professor»” (p. 171).

Assim, o importante não é a classificação em si e *per se* das teorias curriculares, mas a ligação entre a teoria e a prática reflectida e crítica dos profissionais da educação.

Segundo Gimeno (1988),

“as teorias curriculares convertem-se em diferentes abordagens das concepções sobre a realidade que abarcam e passam a ser formas, ainda que indirectamente, de abordar os problemas práticos da educação.” (p.44)

Como afirma Vilar (1994),

“uma teoria do currículo é um verdadeiro «marco ordenador» das concepções que se produzem sobre a realidade contemplada [o Currículo] constituindo, desse modo, uma *forma possível* de abordagem dos *problemas específicos* da Educação e da Escola.” (p.36)

As teorias curriculares, segundo Pacheco (2001), “sendo apresentadas quer sob a forma de orientações, ideologias, concepções, quer sob a forma de processos de legitimação e de modelos de conhecimento” (p. 33), são, então, classificações ou sínteses das várias concepções do currículo.

Corroborando com Pacheco (2001), o que distingue as teorias curriculares,

“é o conceito de práxis inerente ao interesse cognitivo crítico e que é constituído pela acção e reflexão. (...) a práxis conduz, por um lado, à emancipação, e esta só ocorre em condições de justiça e de igualdade dos vários intervenientes no currículo e, por outro, à crítica da ideologia, que enforma todo o projecto curricular, tornando-se só possível pela flexibilidade e pela acção autónoma” (p. 41).

Vários autores, citados por Pacheco (2001. p.34-35) que se debruçam sobre o currículo, como De Landsheere (1992), Gimeno (1988), Lundgren (1983) , McNeil (1977) e Kemmis (1988) propõem concepções que distinguem os vários aspectos em diferentes teorias. Kemmis identifica e propõe três teorias curriculares (a teoria técnica, a teoria prática e a teoria crítica) que analisaremos de seguida.

2.1.1. Teoria técnica

De acordo com Pacheco (2001), “ a teoria técnica é a que tem mais tradição nos estudos curriculares e aquela cuja influência se faz sentir ainda nos dias de hoje.” (p.35)

Vilar (1994), afirma que:

“Nesta macro teoria caberiam todas as teorizações assentes na concepção de uma clara separação entre o Contexto sócio-cultural e a Escola, cabendo a esta, e tão só, reproduzir aquele de acordo com princípios pré-definidos de eficácia e eficiência, como forma de responder às finalidades e objectivos da Sociedade.” (p.36)

Assim, esta teoria, sendo a mais tradicional, concebe o currículo como sendo os conteúdos organizados em disciplinas, como auto-realização dos alunos e como plano para a aprendizagem.

Entende, desta forma, a teoria técnica, o currículo numa lógica burocrática, onde a escola planifica e organiza as aprendizagens dos alunos.

2.1.2. Teoria prática

De acordo com Vilar (1994) na teoria prática,

“ /.../cabirão, aqui, todas as teorizações «construídas» no sentido de proporcionar um conjunto de «informações» susceptíveis de garantir e fundamentar decisões alternativas e adequadas sobre as situações complexas da vida escolar.” (p.37)

De acordo com Pacheco (2001),

“/.../a teoria prática reforça a concepção do currículo como processo e não como produto. Enquanto processo, define-se como uma proposta que pode ser interpretada pelos professores, de diferentes modos, e aplicada em contextos diferentes. Neste sentido, o currículo é uma prática constantemente em deliberação e em negociação.” (p.39)

Assim esta teoria vê o currículo como sendo um texto, um projecto, uma hipótese de trabalho.

2.1.3. Teoria crítica

Pacheco (2001), afirma que: “o que esta teoria oferece são visões críticas do currículo, podendo este definir-se como um interesse emancipatório, resultante dos interesses e das experiências desejadas por todos quantos participam nas actividades escolares.” (p. 40).

Vilar (1994) afirma que “no âmbito desta macro teoria caberão as teorizações que procuram, essencialmente, «iluminar» os processos educativos e instrutivos, encarados como processos sujeitos a conflitos de valores, interesses e necessidades.”(p.37).

Assim, esta teoria vê o currículo como processo de revisão teórica a partir da praxis e como acção argumentativa.

2.2.Currículo

Na opinião de Pacheco (2001), “ O lexema currículo, proveniente do étimo latino *currere*, significa caminho, jornada, trajetória, percurso a seguir e encerra, por isso, duas ideias principais: uma de sequência ordenada, outra de noção de totalidade de estudos.” (p.16)

Assim, o currículo é visto como um projecto, de acordo com o autor supra citado, “incorporado em programas/planos de intenções que se justificam por experiências educativas, em geral, e por experiências de aprendizagem, em particular.” Então, segundo Pacheco (1991), o conceito de currículo é

“dinâmico que engloba um projecto educativo e um projecto didáctico correspondendo, o primeiro, a decisões de tipo axiológico que se situam no domínio das intenções e, o segundo, a decisões de tipo técnico e pragmático que se situam ao nível da realização.” (p.72)

Segundo Maria do Céu Roldão (1999),

“Currículo é um conceito que admite uma multiplicidade de interpretações e teorizações quanto ao seu processo de mudança. Contudo, refere-se sempre ao conjunto de aprendizagens consideradas necessárias num dado contexto e tempo e à organização e sequência adoptadas para o concretizar ou desenvolver.

Esse conjunto de aprendizagens não resulta de uma soma de partes. O que transforma um conjunto de aprendizagens em *currículo* é a sua *finalização, intencionalidade, estruturação coerente e sequência organizadora*. Sendo cada vez menos prescritivo e crescentemente reconstrutivo, o currículo funciona todavia como o marco de referência teórico comum a um certo conjunto de situações.” (p. 43)

O currículo é pois um conjunto, não um conjunto de disciplinas ou unidades, mas das aprendizagens que elas veiculam como necessárias. Roldão (2000) refere que as aprendizagens são diversas, e a questão pertinente será

“O que muita gente pergunta (...) é o que deve estar dentro do currículo hoje – e porquê – numa sociedade em que o saber é vastíssimo, em que cada vez mais há acesso ao conhecimento por muitas vias, em que cada vez mais as pessoas vão precisar é de se adaptar, de ir mudando e completando a sua formação. Este é um quadro que não tem nada a ver com o quadro da geração dos

nossos pais, em que as pessoas aprendiam alguma coisa e aquele corpo de aprendizagens servia basicamente para o resto da sua vida, essa realidade é hoje completamente outra. Portanto, importa perguntarmo-nos quais são hoje as aprendizagens que são precisas (...).” (p. 12).

Segundo o Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro, no artigo 2º, ponto 1, o Currículo é:

“o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino, expresso em orientações aprovadas pelo Ministro da Educação, tomando por referência os desenhos curriculares anexos ao presente decreto-lei.”

Para D’Hainaut (1980) “Um *curriculum* exprime-se habitualmente em termos de intenções, de conteúdos, de progressões e de métodos ou de meios a pôr em acção para ensinar e avaliar.” (p.22).

NOS Documentos Preparatórios I, da CRSE, de 1987 pode ler-se:

"O currículo constitui, por outro lado, o modo de traduzir a ligação da teoria educativa à prática pedagógica. Mas porque a primeira se situa no plano das idéias e a segunda no plano da realidade, tal ligação tem que ser concebida com uma grande dose de pragmatismo, procurando otimizar-se o que pode ser face ao que deveria ser" (p. 193)

O conceito de currículo é assim apresentado como um plano de acção onde teoria e prática pedagógica se relacionam e complementam.

Para Januário (1988), “o currículo é a espinha dorsal do Sistema educativo, o seu conteúdo e a sua coerência.” (p.32).

2.3. Projecto Curricular

Autores vários têm-se referido à ideia de projecto enquanto imagem antecipadora do caminho a seguir para conduzir a um estado de realidade. No entanto, projecto não é apenas intenção, é também acção, acção essa que deve trazer um valor acrescentado ao presente, a concretizar no futuro.

Assim, segundo Roldão (1999),

“Por projecto curricular entende-se a forma particular como, em cada contexto, se reconstrói e se apropria um currículo face a uma situação real, definindo opções e intencionalidades próprias, e construindo modos específicos de organização e gestão curricular, adequados à consecução das aprendizagens que integram o currículo para os alunos concretos daquele contexto.” (p.44),

E, acrescenta a mesma autora que o currículo nacional contém em si uma dimensão de projecto em sentido lato. Refere, ainda (1999) que:

“O currículo nacional corporiza um projecto curricular de uma sociedade, nas suas grandes linhas. Por sua vez, o projecto curricular que uma escola constrói é sempre um currículo contextualizado e admite ainda a construção de projectos curriculares mais específicos, que nele se integrem adequadamente.” (p.44),

O currículo torna-se projecto curricular quando a escola o operacionaliza nas suas opções e prioridades de aprendizagem, nas suas estratégias e nos seus objectivos.

Também o Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro, no artigo 2º, ponto 3, refere que:

“As estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, são objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão.” ,

e no artigo 2º, ponto 4 que:

“As estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo nacional e do projecto curricular de escola, visando adequá-los ao contexto de cada turma, são objecto de um projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma, em articulação com o conselho de docentes, ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.”

2.4. Desenvolvimento curricular e processo curricular

O desenvolvimento curricular, segundo Ribeiro (1990) , define-se

"como um processo dinâmico e contínuo que engloba diferentes fases, desde a justificação do currículo até à sua avaliação e passando necessariamente pelos momentos de concepção-elaboração e de implementação. Num sentido mais restrito, que na linguagem corrente aparece como o mais comum, o desenvolvimento curricular identificar-se-ia apenas com a construção (isto é, desenvolvimento) do plano curricular, tendo presente o contexto e justificação que o suportam bem como as condições da sua execução. Seguir-se-ia, depois, a fase de implementação dos planos e programas na situação concreta de ensino e, concomitantemente, o processo de avaliação da respectiva execução." (p.6)

Para Roldão (2000),

“O desenvolvimento curricular classicamente tem sido associado quase sempre, não à construção do currículo – mas à execução do currículo – como se planifica, como se organizam as aulas, como se estrutura o trabalho da concretização, raramente se pensando na construção e na decisão.” (p.18)

Assim, desenvolvimento curricular é um conceito que deve ser visto intimamente ligado, não só com a execução, mas também com a planificação, a concepção, a implementação, a reconceptualização. Desenvolvimento curricular será então a articulação entre todos estes elementos e, segundo Roldão (2000, p.18), “um processo circular e integrado”, em que o processo curricular de disponibilização das estruturas e das tarefas de aprendizagem aos alunos deve ser um momento de reflexão entre a teoria e a prática.

Veremos de seguida algumas estratégias de desenvolvimento curricular.

2.4.1. Diversificação curricular

Para Ferreira (2003),

“As alterações curriculares e educacionais seguintes enfatizaram essencialmente a componente sócio-moral do currículo e as finalidades socializadora e cultural deste na perspectiva da reconstrução social da Sociedade Portuguesa, mantendo, porém, os obstáculos estruturais à diferenciação curricular e à gestão autónoma da Escola e do currículo. Os critérios orientadores não são já a contemplação e a aceitação unânime dos valores tradicionais mas sim a sua problematização crítica e até a criação de novos valores. A educação para a conformidade é substituída, no plano da retórica, pela educação para a inovação. O poder local intervém nas Escolas pela construção desta

como espaço de reflexão dos problemas da comunidade, princípio que ganha forma institucional com a «profissionalização em exercício», a partir de Janeiro de 1981.

No entanto, as práticas organizativas da Escola acabaram por diluir, na maior parte dos casos, os princípios educacionais. O currículo académico prevaleceu.” (p.61)

Na opinião de Ferreira (2007), a diversificação curricular é um processo de organização das vias vocacionais de cumprimento da escolaridade obrigatória em função de circunscrições administrativas e públicos escolares.

A diversificação segundo circunscrições administrativas só se realiza ainda nas regiões autónomas, aparecendo mais como gestão flexível do currículo nas AEC`s e nos projectos curriculares municipais.

Já a diversificação curricular segundo públicos escolares está, desde 1995, amplamente consolidada em diversas vias vocacionais e estratégias de cumprimento da escolaridade obrigatória, casos de: currículos alternativos e, agora, currículos específicos individuais, na educação especial; cursos de formação profissional; cursos de formação artística; cursos de educação e formação; cursos de educação e formação de adultos.

Dada a premência da igualdade de oportunidade e de inclusão, e também de conclusão da escolaridade obrigatória, foi criado o Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC) que depende do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social desenvolve o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) em parceria com outras instituições, nomeadamente com as escolas.

O objectivo do PIEF é alavancar o cumprimento da escolaridade obrigatória de crianças e jovens que estejam em situação ou em risco de exclusão social/abandono escolar. Nas turmas PIEF, os currículos e conteúdos são trabalhados por equipas que incluem professores e técnicos da área social, que desenham programas de acompanhamento à medida de cada aluno, ajustando-os às diferentes situações e necessidades concretas. A escola torna-se verdadeiramente inclusiva e para todos. É feita uma gestão personalizada do percurso de cada um, assegurando ao mesmo tempo a progressão do grupo inteiro. Cada um faz o seu percurso à velocidade de que é capaz.

Os Cursos de Educação e Formação (CEF) são uma oportunidade para concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos alunos, ou para prosseguir estudos, e também para adquirir formação que permita uma entrada qualificada no mundo do trabalho.

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) são uma oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações.

Uma questão importante segundo D'Hainaut (1980) “é a de saber se o *curriculum* deve ser diversificado segundo a aptidão.” (p.61) A UNESCO (2004) responde positivamente a esta questão e nós concordamos pois só assim haverá verdadeiramente igualdade de oportunidades.

2.4.2. Gestão flexível

O objectivo da gestão flexível é melhorar a eficácia da resposta educativa aos problemas surgidos da diversidade de contextos escolares, assegurando que todos os alunos aprendam mais e de um modo mais significativo.

Para Roldão (1999, p. 54),

“Flexibilizar o currículo pode entender-se no sentido de organizar as aprendizagens de forma aberta, possibilitando que, num dado contexto (nacional, regional, de escola, de turma) coexistam duas dimensões como faces de uma mesma moeda: a clareza e delimitação das aprendizagens pretendidas e a possibilidade de organizar de forma flexível a estrutura, a sequência e os processos que a elas conduzem.

Flexibilizar opõe-se a uniformizar segundo um modelo comum e único. Mas não significa libertar o currículo de balizas; muito pelo contrário, só é possível flexibilizar dentro de um quadro referencial muito claro, definido em função das aprendizagens pessoal e socialmente necessárias.”

Assim, cada escola tem a possibilidade de organizar e gerir autonomamente o processo de ensino/aprendizagem, tomando como referência os saberes e as competências nucleares a desenvolver pelos alunos no final de cada ciclo e no final da escolaridade, adequando-o às necessidades diferenciadas de cada contexto escolar e podendo contemplar a introdução no currículo de componentes locais e regionais.

2.4.3. Diferenciação Curricular

A diferenciação curricular faz-se para responder de modo satisfatório a todo o público escolar, não só para melhorar a aprendizagem, mas para garantir a aprendizagem com sucesso a todos e a cada um.

Assim, diferenciam-se as opções de cada escola nos projectos curriculares de Escola/Agrupamento, para melhor responder aos anseios da sua comunidade educativa.

Diferenciam-se também os modos de ensino, as estratégias e a gestão do trabalho dos alunos nos projectos curriculares das turmas com vista à melhoria da aprendizagem.

Roldão (1999) afirma que:

“No essencial, diferenciar significa definir percursos e opções curriculares diferentes para situações diversas, que possam potenciar, para cada situação, a consecução das aprendizagens pretendidas.” (p.52)

Acrescenta a mesma autora (1999) que:

“Diferenciar é estabelecer diferentes vias – mas não pode ser nunca estabelecer diferentes níveis de chegada por causa das condições de partida. Diferenciar também não equivale a hierarquizar metas para alunos de grupos diferentes – mas antes tentar, por todos os meios, os mais diversos, que todos cheguem a dominar o melhor possível as competências e saberes de que todos precisam na vida pessoal e social.” (p. 53)

Parafraseando a UNESCO (2004),

“Curriculum differentiation, then, is the process of modifying or adapting the curriculum according to the different ability levels of the students in one class.”(p.14)

Assim esta diferenciação concorrerá para o incremento da gestão flexível e para a resposta eficaz à diversidade de públicos/problemas que se colocam ao sistema educativo.

2.4.4. Adequação Curricular

A adequação curricular está intimamente ligada à diferenciação, mas diz mais respeito às características psicológicas dos alunos. O objectivo da adequação é transformar a aprendizagem em aprendizagem significativa. Roldão (1999) afirma que:

“O que se pretende, mais uma vez, com a adequação, é que *a aprendizagem pretendida ocorra e seja significativa, faça sentido*³ para quem adquire e incorpora.” (p. 53)

Alguns equívocos ocorrem quando se tenta ir de encontro ao que o aluno prefere, isto não é adequar, é limitar como diz Roldão.

Assim para Roldão (1999),

“Adequar significaria, nesse caso, construir, a partir das ditas actividades práticas, um processo de genuína aprendizagem de outras operações mentais, de tarefas mais complexas, de novo conhecimento, quer teórico, quer prático, que produzisse acréscimo de competências, e não repetição infrutífera. Adequa-se para ampliar e melhorar, não para restringir ou empobrecer a aprendizagem.” (p.45)

2.4.5. Diferenciação pedagógica

No Despacho n.º 50/2005, de 9 de Novembro, tendo em vista “optimizar as situações de aprendizagem”, preconiza-se a elaboração de planos de recuperação, de desenvolvimento e de acompanhamento. Preconiza-se também que a forma de implementação dos planos de recuperação, acompanhamento e desenvolvimento passa, em primeiro lugar, pela pedagogia diferenciada na sala de aula.

De acordo com o Estatuto do Aluno, a Lei 39 de 2010, de 2 de Setembro, no seu Artigo 13.º,

“O aluno tem direito a:

b)Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efectiva igualdade de oportunidades no acesso, de forma a propiciar a realização de aprendizagens bem sucedidas;”

Para esta igualdade de oportunidades, torna-se premente a diferenciação pedagógica, sendo esta uma maneira de dar a cada aluno a oportunidade de desenvolver as suas capacidades ao seu ritmo, adequando para cada situação os métodos de ensino mais apropriados. Esta diferenciação pedagógica aumenta o rendimento escolar uma vez que as estratégias de ensino são utilizadas tendo em conta pequenos grupos e alunos

³ Itálico conforme o original

individualmente, apesar de fazerem parte de um grupo maior, a turma. Então, o currículo tem que se relacionar, obrigatoriamente, com as capacidades e as necessidades de cada aluno. Assim os programas de tutoria, a aprendizagem de mestria e a aprendizagem cooperativa podem ser estratégias de diferenciação pedagógica.

Diversos autores (Ainscow, 1995; Niza, 1996; Tomlinson, 1996; Boal,1996; Perrenoud, 1996; Grave-Resendes, 2002;) se têm debruçado sobre a Diferenciação Pedagógica.

A Diferenciação Pedagógica, segundo estes autores, tem como objectivo o sucesso educativo de cada um, na sua diferença. Esta opõe-se à uniformização de conteúdos, de ritmos de aprendizagem, de métodos, e de práticas pedagógicas.

Então, podemos defini-la como um procedimento que procura utilizar meios e processos de ensino e de aprendizagem diversificados, a fim de permitir a todos os alunos alcançar o sucesso educativo, independentemente da heterogeneidade das suas idades, aptidões, comportamentos.

Assim, o PCT permite que se verifique a diferenciação pedagógica uma vez que nele são identificadas respostas para um conjunto mais ou menos diversificado de capacidades/problemas da turma, preconizando que os alunos não tenham que estudar as mesmas coisas ao mesmo ritmo, ao mesmo tempo e sempre da mesma maneira. Sendo a diferenciação pedagógica uma forma de gerir e organizar o processo de ensino/aprendizagem, o PCT ao ter o conhecimento preciso da turma torna-se um instrumento imprescindível para o sucesso de todos e cada um.

A diferenciação pedagógica respeita a diferença, os ritmos de aprendizagem, o que é verdadeiramente importante é a individualidade e a singularidade de cada aluno.

Consideradas estas diversidade e diferenciação, inevitavelmente, temos um outro nível de gestão flexível, de diferenciação curricular e de diferenciação pedagógica: o nível individual, no interior do PCT e das práticas pedagógicas.

PARTE II

"Entiendo que el papel a desempeñar por el curriculum en la configuración de la Didáctica es bastante un papel de afianzamiento de su esfera proyectiva, de su aplicación a la optimización de los procesos de enseñanza-aprendizaje. Tanto las teorías del curriculum como su desarrollo práctico tienen su puesto en la Didáctica, pero es sobre todo esta segunda dimensión la que debe generar nuevos horizontes didácticos y, al menos tal como yo la veo, debe concitar más esfuerzo teórico y técnico por parte de nuestra disciplina."(p.263).

Miguel ZABALZA (1987: 263)

CAPÍTULO II

1. Metodologia

Apresentamos, de forma a sistematizar as questões do nosso estudo, uma tabela síntese (Tabela 1) do inquérito por questionário que aplicámos, online, aos Directores de Turma/professores titulares de turma (apresentado em Anexo 1), no intuito da recolha de dados sobre a concepção, implementação e avaliação do Projecto Curricular de Turma.

Dimensões	Questões
Dimensão: Concepções sobre o Projecto Curricular de Turma	<p>Qual a sua representação teórica sobre o Projecto Curricular de Turma?</p> <p>A que correspondem os objectivos do PCT?</p> <p>Quais são os aspectos a privilegiar aquando da elaboração do PCT?</p> <p>Qual a importância que atribui à participação dos alunos no Projecto Curricular de Turma?</p> <p>Quais as principais dificuldades para a construção do PCT?</p> <p>Quais as principais virtualidades para a construção do PCT?</p>
Dimensão: Procedimentos adoptados no âmbito do desenvolvimento do Projecto Curricular de Turma	<p>Quais as situações que mais utiliza para a concretização dos objectivos definidos no PCT?</p> <p>Quais as modalidades de recolha de informações a que recorre no quadro da elaboração do PCT?</p> <p>Que importância atribui à auto - avaliação dos alunos para o diagnóstico dos principais problemas a abordar no PCT?</p> <p>Assinale as situações que mais utiliza para a concretização dos objectivos definidos no PCT.</p> <p>Quais os momentos em que considera que os encarregados de educação mostram maior disponibilidade para partilhar o processo de E/A do aluno.</p>
Dimensão: Contributos para a aprendizagem e sucesso educativo dos alunos	<p>Na sua opinião, o Projecto Curricular de Turma promove e favorece o desenvolvimento da aprendizagem e do sucesso educativo dos seus alunos?</p> <p>Os Projectos Curriculares de Turma enquanto instrumentos de gestão pedagógica fomentam uma cultura de reflexão e de análise do processo de ensinar?</p>
Dimensão: Importância do PCT na melhoria das práticas escolares e das relações interpessoais	<p>Quais os contributos mais relevantes do PCT para o processo de ensino/aprendizagem?</p>

Tabela 1 - Síntese inquérito por questionário

1.1.Opções metodológicas

Como referimos no número 6 da Introdução, seguiremos uma abordagem qualitativa baseada num estudo de caso micro-institucional, analisando o processo de construção, implementação e avaliação do PCT de um grupo-turma, no Agrupamento de Escolas Alfa, localizado no Distrito de Bragança. O nosso estudo de caso utiliza a análise documental sobre actas de Conselhos de Turma, Conselhos de Directores de Turma e os PCT.

A finalidade do nosso estudo é permitir um processo de investigação-acção com vista à melhoria da concepção, implementação e avaliação do PCT, a partir da caracterização feita no presente trabalho porque a Investigação-acção é um excelente guia e tem sempre como alvo a melhoria como é atestado pelos estudiosos que a ela se dedicam.

Recorremos para tal a leituras sobre a investigação-acção de Kemmis (1984), Lomax (1990), Elliott (1993), Bogdan e Biklen (1994), Silva (1999) e Latorre (2003), que a consideram como uma forma de melhorar o sistema educativo e social. Todos consideram a investigação-acção como um trabalho colaborativo e participativo entre todos os intervenientes e interessados no sentido de ocasionar uma melhoria no objecto investigado.

Segundo Marques (1988), “A metodologia da Investigação-Acção oferece enormes potencialidades na construção de programas educativos adequados e constitui um poderoso instrumento de desenvolvimento profissional dos professores.” (p.63)

Colocam-se-nos então as questões de definir o que é investigar? e a que conduz a investigação. A estas questões, Hadji e Baillé (2001) respondem com a seguinte afirmação: “A investigação em educação, conduz necessariamente o investigador a enfrentar a densa rede da opinião estabelecida, sob formas que variam da declaração explícita à evidência implícita.” (p.27).

Acrescentam os mesmos autores que investigar é “...um procedimento de inquérito, racionalmente organizado, para produzir conhecimentos.” (p.75).

Assim, e corroborando da opinião destes autores decidimos realizar um inquérito por questionário, onde “...é feito um esforço para trazer respostas a questões precisas. Racionalmente organizado, o inquérito deve ser conduzido segundo uma metodologia defensável.” (p.75).

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa apresenta cinco características:

1. A fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. (p. 47)
2. A Investigação qualitativa é descritiva. (p. 48)
3. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. (p. 49)
4. Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva.
5. O significado é de importância vital na abordagem qualitativa. (p. 50).

Afirmam os mesmos autores que

“A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemática de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou.” (p.205)

Anuindo com Bogdan e Biklen (1994), pensamos que o objectivo último da investigação deverá ser sempre o de procurar uma melhoria contínua isto é uma mudança para melhor, e porque “a mudança é uma coisa séria porque o objectivo é sempre o de melhorar a vida das pessoas.” (p.265).

Então, “Na *investigação-acção* os investigadores agem como cidadãos que pretendem influenciar o processo de tomada de decisão através da recolha de informações.”(p.266).

Assim, partilhamos da opinião destes autores quando dizem que: “A *investigação-acção* consiste na recolha de informações sistemáticas com o objectivo de promover mudanças sociais.” (p.292)

Optámos então, por estas e outras razões, dadas as limitações temporais, por fazer um trabalho preparatório do processo de *investigação-acção* relativamente ao PCT.

Assim, a investigação a realizar terá elementos qualitativos e elementos quantitativos, mas sempre na forma “descritiva”:

- Inquérito por questionário A TODOS OS Directores de Turma do Agrupamento Alfa;

- Análise Documental (técnica de análise de conteúdo) dos documentos:
 - todos os projectos curriculares de turma do Agrupamento Alfa;
 - todas as actas de todos os conselhos de turma do Agrupamento Alfa
 - legislação sobre competências atribuídas ao director de turma;
 - legislação sobre competências atribuídas ao coordenador dos directores de turma.
- Unidade de Observação:
 - Turma Alfa do Agrupamento Alfa do Distrito de Bragança;
 - todos Directores de Turma do Agrupamento Alfa;
 - o/a Coordenador/a dos Directores de Turma.

Em suma, a metodologia de investigação qualitativa foi escolhida porque acreditamos que é a mais adequada às finalidades do nosso trabalho visto que pretendemos compreender, na perspectiva dos directores de turma, como concebem, desenvolvem, implementam e avaliam o projecto curricular de turma.

1.2. Questões Orientadoras para o Estudo

Relacionando-se o nosso trabalho com a análise e compreensão da elaboração, implementação e avaliação dos Projectos Curriculares de Turma, a questão que se nos coloca, em primeiro lugar, é como organizar o nosso trabalho.

Assim, e no sentido de ir ao encontro do problema principal, as nossas questões orientadoras são acerca:

- a) das Concepções sobre o Projecto Curricular de Turma;
- b) dos Procedimentos adoptados no âmbito do desenvolvimento do Projecto Curricular de Turma;
- c) dos Contributos para a aprendizagem e sucesso educativo dos alunos e a Importância do PCT na melhoria das práticas escolares e das relações interpessoais;
- d) dos procedimentos relativos à avaliação dos projectos curriculares de turma;
- e) do papel do director de turma na gestão curricular.

Neste contexto, e porque considerámos importante aprofundar esta temática, urge investigar as seguintes questões:

1. Quais as concepções sobre o Projecto Curricular de Turma que os Directores de turma/professores titulares de turma têm?
2. Quais os aspectos que os Conselhos de Turma/ Directores de Turma consideram importantes na elaboração do PCT?
3. Como coordenam os Directores de Turma a implementação do PCT?
4. Que dificuldades se encontram na elaboração/implementação/avaliação do PCT?
5. Que virtualidades se encontram na elaboração/implementação/avaliação do PCT?
6. Como são concretizados os objectivos definidos no PCT?
7. Quais os contributos do PCT para a aprendizagem e sucesso educativo dos alunos?

1.3 Natureza do Estudo

A nossa investigação reveste-se de um cariz essencialmente qualitativo, mas também quantitativo, já que os dados foram recolhidos através de questionários estruturados, com perguntas claras e objectivas, de forma a garantir a uniformidade de entendimento dos inquiridos pelo que a nossa finalidade é interpretar e apurar as opiniões dos inquiridos.

A recolha dos dados foi também feita através da leitura e análise de todas as actas dos conselhos de turma e de todos os projectos curriculares de turma do Agrupamento em questão.

Após a recolha de dados, elaborámos um conjunto de orientações/sugestões para a elaboração do PCT, submetendo-as à análise e avaliação dos Directores de Turma e, ainda, dos professores da Turma Alfa. Também solicitámos a apreciação de um especialista em Currículo e Desenvolvimento Curricular. As nossas orientações/sugestões incorporam estas apreciações e as nossas orientações/sugestões iniciais serão apresentadas no presente trabalho.

1.4. Instrumentos de Recolha dos Dados

Para melhor compreendermos o processo de elaboração e de implementação do Projecto Curricular de Turma, recolhemos todos os projectos das turmas do Agrupamento Alfa, do distrito de Bragança em análise, que foram elaborados pelo respectivo conselho de turma, com a coordenação do director de turma, tal como se encontra previsto no Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro.

Este estudo relaciona-se essencialmente com a tentativa de perceber, com a contribuição dos inquiridos (e, na sua óptica), a contribuição do projecto curricular de turma para as aprendizagens dos alunos, tendo em conta a conseqüente e indispensável gestão flexível do currículo. Relaciona-se também com a tentativa de compreender quais os constrangimentos inerentes à sua elaboração, implementação e avaliação.

Foi neste espírito de cooperação, de partilha de sensibilidades que nos propusemos recolher as diferentes opiniões ou visões divergentes sobre este mesmo assunto

Foi feita uma análise exaustiva de todas as actas de todos os conselhos de turma e de todos os projectos curriculares de turma do Agrupamento Alfa, abrangendo os três ciclos de ensino básico, num total de 21 turmas.

Todos os directores de turma e respectivos coordenadores foram inquiridos através dum inquérito por questionário.

1.4.1. Inquérito por questionário

Para Hill e Hill (2009) “Qualquer investigação empírica pressupõe uma recolha de dados.” (pp. 41). O questionário consiste num conjunto de questões escritas às quais se responde também por escrito. Os questionários são modos relativamente sistemáticos e estandardizados de recolha de informações.

Gil (1999) define questionário como:

“a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões que são apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objectivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.” (p.128)

A informação recolhida através do questionário consiste, não no que as pessoas pensam mas sim, no que elas dizem que pensam, não no que elas preferem, mas no que elas dizem que preferem. Segundo Afonso (2005),

“É necessário ter sempre em conta que os respondentes inserem as suas respostas a um questionário nas suas estratégias de vida pessoal e profissional, no âmbito das quais fazem a gestão dos seus papéis sociais e das respectivas representações.” (p. 103)

Segundo Tuckman (2002, p.320), a primeira etapa, ao elaborar um questionário, é a de especificar a designação adequada das variáveis. São estas que constituem os conteúdos que se pretendem medir. As questões a apresentar num questionário devem reflectir o objectivo que se pretende verificar, ou seja, devem ser formuladas de forma clara, concreta e precisa, ou seja compreensíveis para os respondentes.

De acordo com Carmo e Ferreira (1998, p.141) o número de perguntas de um questionário deve ser adequado à pesquisa em causa, pois se estas forem em número excessivamente reduzido podem não abranger toda a problemática que se pretende inquirir, e se, pelo contrário, forem demasiado numerosas, podem ter um efeito dissuasor sobre os inquiridos, aumentando assim a probabilidade de não resposta.

Antes da sua aplicação o questionário deve ser validado no sentido de otimizar a sua eficácia na recolha da informação pretendida, isto é, deverá passar por uma prova preliminar, sendo a finalidade desta prova evidenciar possíveis falhas na sua redacção tais como: complexidade das questões, imprecisão na redacção, desnecessidade das questões, exaustão de questões, etc. (Gil, 1999, p.137).

Esta prova preliminar, chamada de pré-teste, tem como objectivo principal assegurar a validade e precisão do questionário, devendo assegurar que o questionário esteja bem elaborado, sobretudo no que se refere: à clareza e precisão dos termos utilizados e à formulação das questões.

Este pré-teste deve ser realizado mediante a aplicação de alguns questionários a elementos que pertençam à população alvo da pesquisa. No nosso caso, a validação do questionário foi feita dentro da população alvo da pesquisa a dois professores que não foram posteriormente inquiridos.

O inquérito por questionário por nós aplicado é composto por duas partes.

A primeira parte diz respeito à identificação dos respondentes.

A segunda parte está dividida em quatro dimensões: 1ª Dimensão - Concepções sobre o Projecto Curricular de Turma; 2ª Dimensão - Procedimentos adoptados no âmbito do desenvolvimento do Projecto Curricular de Turma; 3ª Dimensão – Contributos para a aprendizagem e sucesso educativo dos alunos e 4ª Dimensão- Importância do PCT na melhoria das práticas escolares e das relações interpessoais.

2. Apresentação e Tratamento dos Dados

Uma vez reunidos os questionários preenchidos, procedemos ao devido tratamento dos dados. Foram utilizadas técnicas de análise quantitativa, atendendo ao teor das questões que estavam contempladas nos questionários. Desta forma, recorremos ao programa estatístico **SPSS – Win** (Statistical Package for Social Sciences)

No que se refere às questões introduziu-se a informação directamente na folha do programa SPSS, calculando frequências absolutas que nos revela o número de respostas e frequências relativas que nos dá as percentagens.

Para esta apresentação recorreremos a tabelas e gráficos.

2.1. Caracterização da Amostra

A amostra é constituída por 21 Directores de Turma/Titulares de Turma (todos os DT e Titulares de Turma do Agrupamento Alfa) que responderam a um inquérito por questionário composto por duas partes.

2.2. Caracterização pessoal – profissional

A amostra é constituída por 21 Directores de Turma/Titulares de Turma, com idades compreendidas entre os 30 anos e mais de 49 anos, conforme se apresenta na Tabela 2 correspondente:

menos de 29	0	0%
de 30 a 39	1	5%
de 40 a 49	10	48%
mais de 49	10	48%

Tabela 2 –Idade dos respondentes

Dos respondentes, 14 são do sexo Feminino e 7 são do sexo Masculino, conforme podemos observar na Tabela 3.

Feminino	14	67%
Masculino	7	33%

Tabela 3 – Sexo dos respondentes

Quanto à categoria profissional, os respondentes apresentam-se distribuídos por todas as categorias profissionais como se pode observar na Tabela 4:

QE	17	81%
QZP	3	14%
Contratado	1	5%

Tabela 4- Categoria profissional dos respondentes

Quanto à experiência profissional, os respondentes situam-se entre os 11 anos de serviço e mais de 30 anos de serviço, conforme se pode observar na Tabela 5:

1 ano	0	0%
2 a 5 anos	0	0%
6 a 10 anos	0	0%
11 a 15 anos	1	5%
16 a 20 anos	5	24%
21 a 25 anos	7	33%
26 a 30 anos	4	19%
mais de 30	4	19%

Tabela 5 – Experiência profissional dos respondentes.

Relativamente ao ciclo de ensino, 24% dos inquiridos pertencem ao 1º Ciclo, 29% ao 2º Ciclo e 48% ao 3º Ciclo, conforme se pode observar na Tabela 6:

1º Ciclo	5	24%
2º Ciclo	6	29%
3º Ciclo	10	48%

Tabela 6 – Ciclo de ensino dos respondentes.

CAPÍTULO III

A construção do PCT para a Turma ALFA

1. Apresentação dos dados do inquérito por questionário

Segundo Flores *et al.* (1999), a análise de dados é

“/.../ um conjunto de manipulações, transformações, operações, comprovações que realizamos sobre os dados com o fim de extrair significado relevante em relação a um problema de investigação”. (p.200)

Optámos por apresentar os resultados obtidos nas quatro dimensões, em separado, uma vez que no nosso entendimento, melhor serve os nossos propósitos de analisar e reflectir sobre o assunto.

1.1. Primeira Dimensão: concepções sobre o Projecto Curricular de Turma

Os resultados obtidos através dos questionários mostram, relativamente à primeira dimensão, **Concepções sobre o Projecto Curricular de Turma**, que os inquiridos/respondentes tem uma noção sobre o PCT, como se pode observar no Gráfico 1, como sendo:

- um instrumento de adequação do currículo nacional à diversidade dos alunos. (57%);
- um instrumento de coordenação e de planificação do processo de ensino/aprendizagem, em Conselho de Turma (81%);
- um instrumento que apela ao trabalho colaborativo (71%);
- um instrumento para adequar melhor o projecto curricular de escola aos alunos (62%);
- uma oportunidade para tornar a escola mais inclusiva e democrática (38%);
- uma oportunidade para a reflexão conjunta sobre os alunos em concreto (67%).

No entanto, alguns respondentes têm uma visão negativa dos PCTs, considerando-os como:

- uma forma de controlar melhor a acção dos professores e a eficiência da escola (22%);
- uma imposição legal necessária (19%);
- um instrumento inútil pois não acrescenta qualidade ao trabalho do professor com os alunos (14%);
- uma forma de nivelar por baixo a qualidade das aprendizagens (5%).

Estas percentagens e representações são expressas graficamente no Gráfico 6.

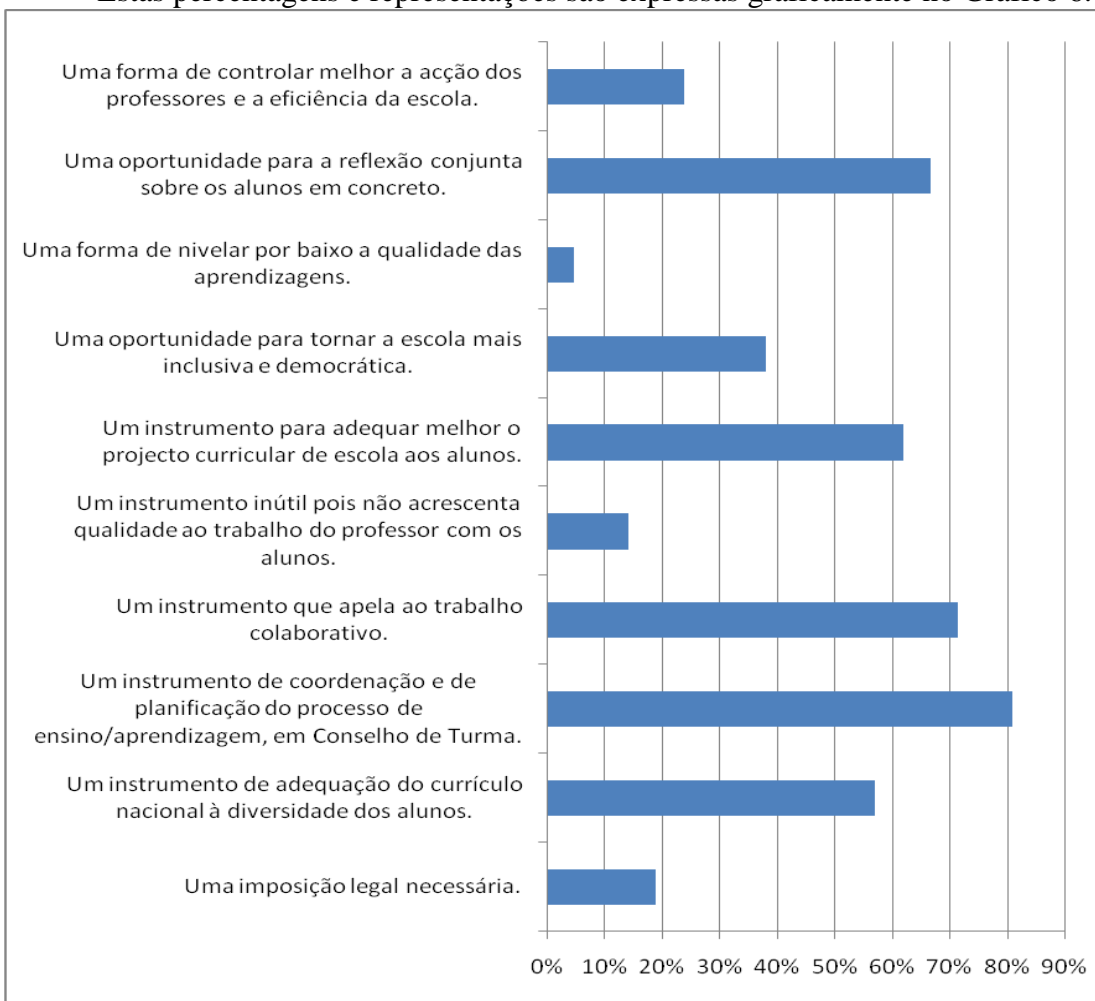


Gráfico 1 - Conceção sobre o Projecto Curricular de Turma

Quanto aos **objectivos do PCT** os inquiridos pensam, como podemos verificar no Gráfico 2, que estes correspondem:

- à transposição e junção dos objectivos dos programas nacionais (62%);
- à transposição dos objectivos do PCE (38%);
- a um projecto curricular já existente ao qual não foram feitas alterações (0%);
- a um projecto curricular já existente ao qual foram feitas alterações (48%);

- a um conjunto de objectivos estabelecidos após discussão dos professores da turma (57%);
- à listagem dos objectivos que cada professor deu, sem discussão conjunta (14%).

Graficamente, obtemos as representações do Gráfico 2.

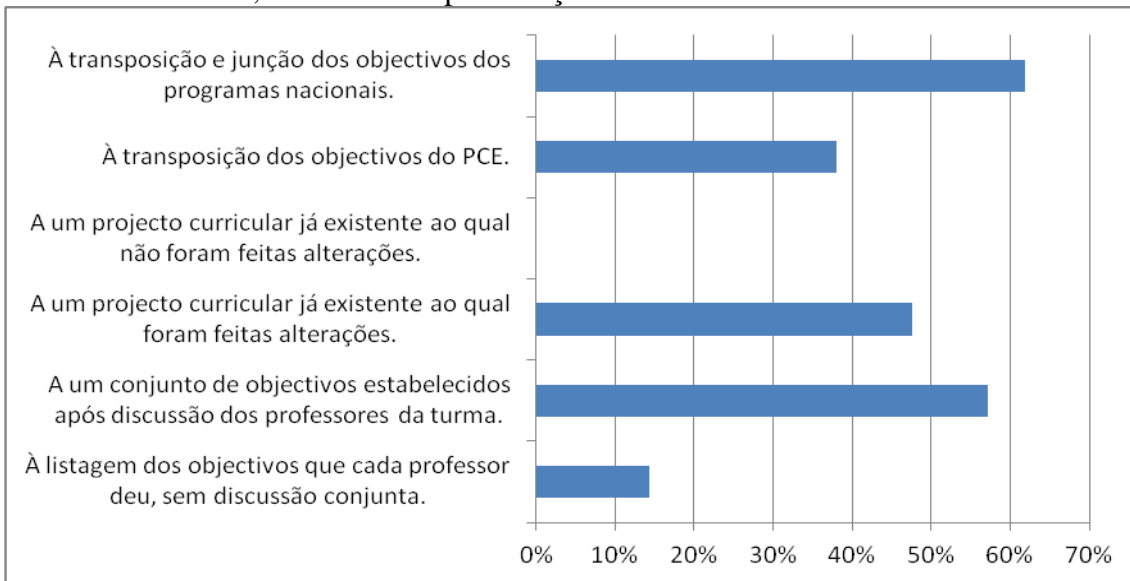


Gráfico 2 - Objectivos do Projecto Curricular de Turma

Para a **elaboração do Projecto curricular de Turma**, os respondentes pensam ser importante ter em conta, de acordo com o Gráfico 3, os seguintes elementos:

- controlar a evolução dos alunos (62%);
- estruturar e/ou modificar as estratégias de ensino (71%);
- apreciar a capacidade dos alunos para mobilizar conhecimentos na resposta a novas situações (71%);
- apreciar a capacidade dos alunos para mobilizar conhecimentos na resposta a novas situações (52%);
- verificar a progressão dos alunos (67%);
- informar os encarregados de educação quanto ao sucesso do cumprimento dos objectivos (43%);
- servir de suporte para adequar o currículo às necessidades dos alunos (57%);
- questionar a intervenção do aluno (62%);
- dar feedback aos alunos sobre as suas aprendizagens (62%);
- controlar o nível de aquisição de conhecimentos dos alunos (71%);
- seleccionar as tarefas promotoras da aprendizagem e melhoria das prestações dos alunos (57%).

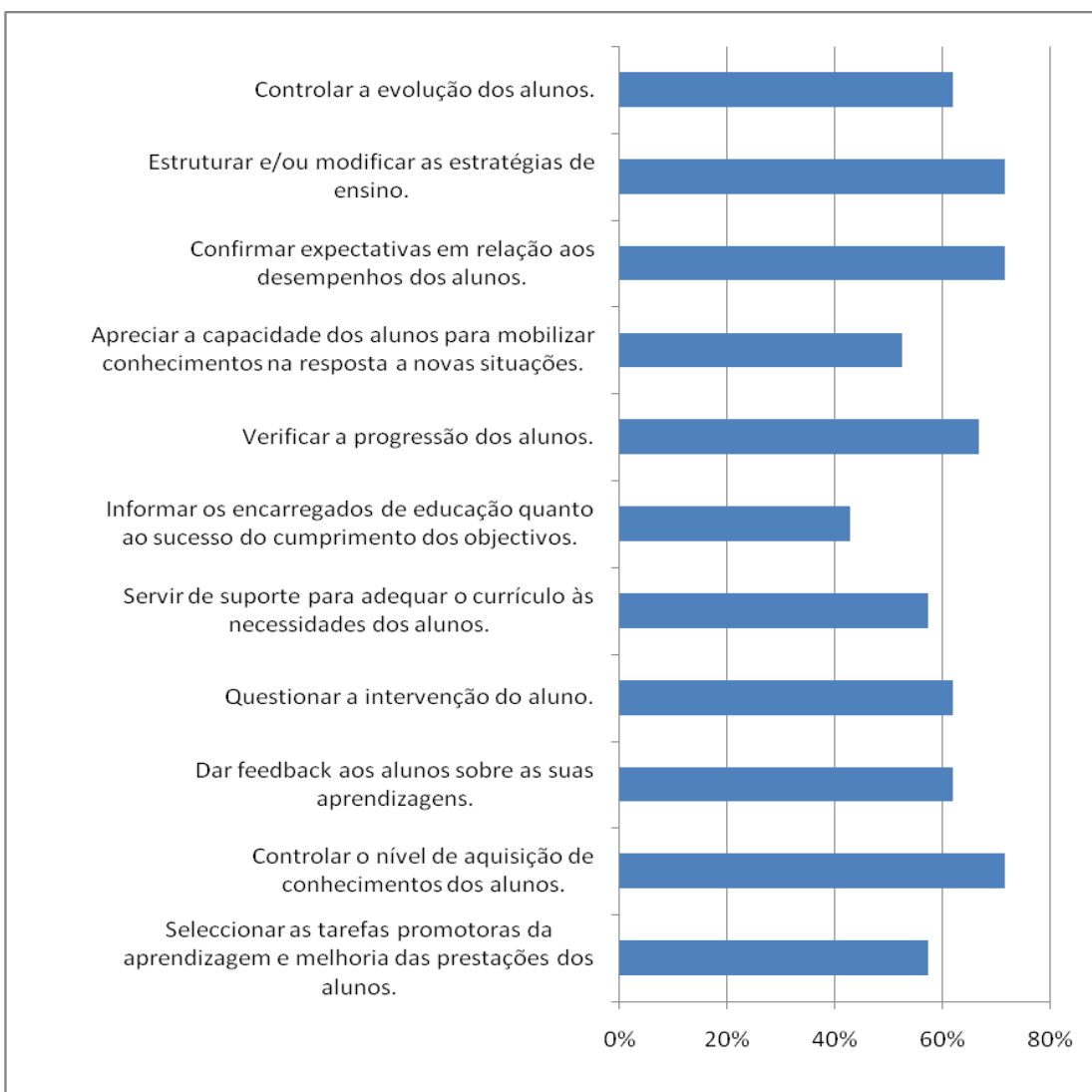


Gráfico 3 - Prática na elaboração do Projecto Curricular de Turma.

Ainda nesta dimensão da **elaboração do Projecto curricular de Turma**, a maior parte dos respondentes pensa que a participação dos alunos no Projecto Curricular de Turma é importante (52%), como podemos verificar na Tabela 7, que se segue:

nada importante	19%
pouco importante	10%
importante	52%
muito importante	19%

Tabela 7-Participação dos alunos no PCT.

Ainda, na elaboração do Projecto Curricular de Turma, os respondentes, de acordo com o Gráfico 4, atribuem uma grande importância aos seguintes aspectos:

- evolução global de cada um em relação a si mesmo (52%);
- desempenho alcançado pelos alunos com fraco rendimento escolar (71%);
- critérios de avaliação previamente definidos (52%);
- nível cultural e sócio económico dos alunos (62%),
- desempenho alcançado pelos melhores alunos (52%);
- objectivos da aprendizagem definidos no currículo (71%).

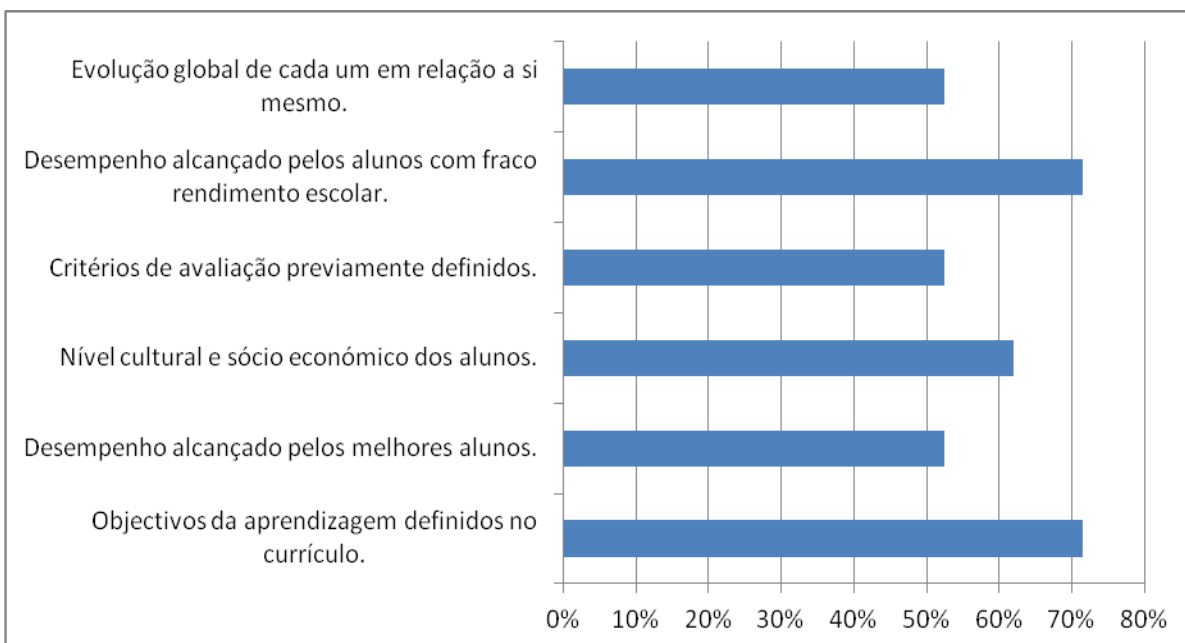


Gráfico 4 - Aspectos importantes na elaboração dos Projectos Curricular de Turma.

Relativamente às **principais dificuldades/obstáculos para a construção dos Projectos Curriculares de Turma**, os respondentes pensam, de acordo com o Gráfico 5, que estes são:

- cultura profissional monodisciplinar, à porta fechada e burocrática (0%);
- falta de formação dos professores (5%);
- incompatibilidade de saberes disciplinares que só ganham sentido no interior da disciplina específica (19%);
- inexistência de tempos comuns para todos os professores da turma para trabalho colaborativo (33%);
- aumento da carga burocrática sobre o trabalho dos professores (57%).

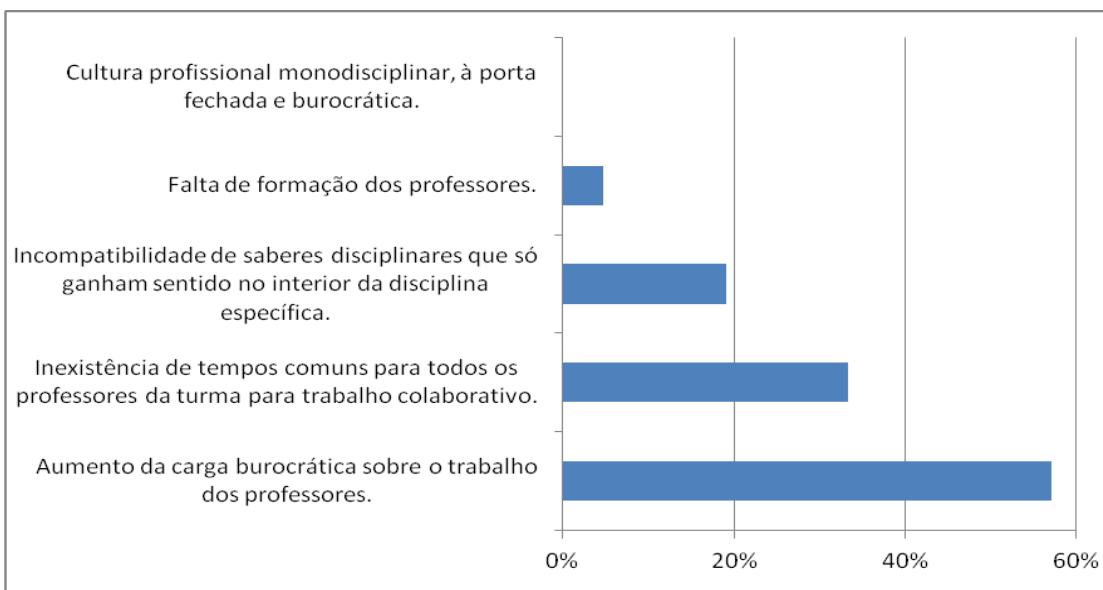


Gráfico 5 - Principais dificuldades/obstáculos para a construção dos Projectos Curriculares de Turma.

Quanto às **principais virtualidades na construção dos Projectos Curriculares de Turma**, os respondentes pensam, de acordo com o Gráfico 6, que estas são:

- melhor conhecimento da interacção entre os níveis de organização da Escola (33%);
- melhor conhecimento da escola como um todo articulado (10%);
- melhor articulação disciplinar (24%);
- melhor articulação teoria-prática (10%);
- fomento do trabalho cooperativo entre os professores (38%).

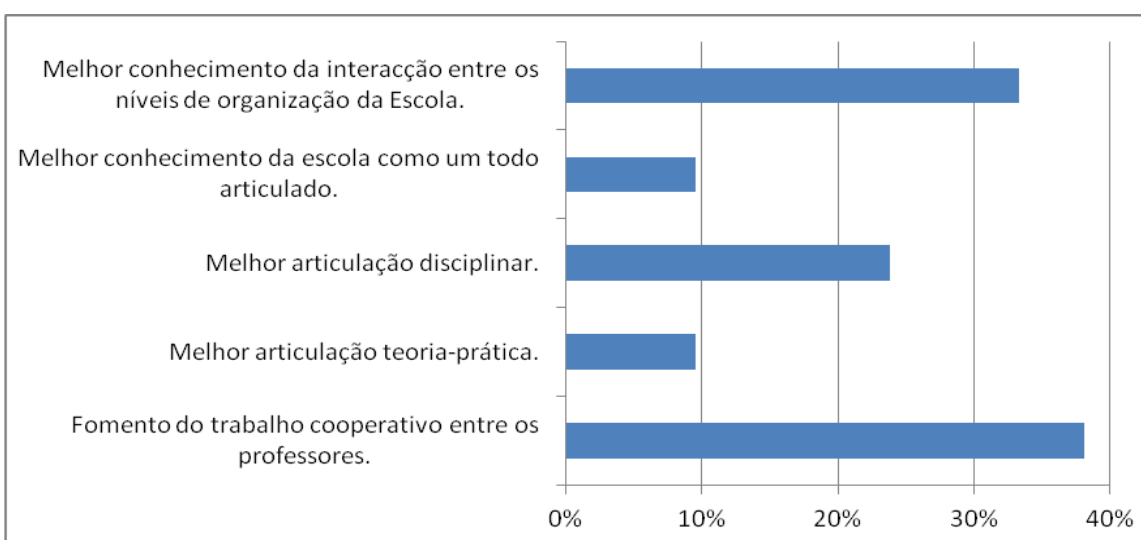


Gráfico 6 - Principais virtualidades na construção dos Projectos Curriculares de Turma.

1.2. Segunda Dimensão: procedimentos adoptados no âmbito do desenvolvimento do Projecto Curricular de Turma

Quanto à segunda dimensão, **Procedimentos adoptados no âmbito do desenvolvimento do Projecto Curricular de Turma**, chegou-se aos seguintes resultados:

Os respondentes indicaram, como a situação que habitualmente identificam na organização do processo de aprendizagem da turma que leccionam,

- os conhecimentos dos alunos no início de uma nova aprendizagem (52%),
- os conhecimentos dos alunos no início do ano lectivo ou de um período (48%).

A Tabela 8, que segue, expressa estas preferências.

Os conhecimentos dos alunos no início do ano lectivo ou de um período.	10	48%
Os conhecimentos dos alunos no início de uma nova aprendizagem.	11	52%

Tabela 8 – Organização do processo de ensino/aprendizagem.

Quanto à **importância da auto-avaliação dos alunos para o diagnóstico dos principais problemas a abordar no PCT**,

- 62% dos respondentes pensa ser importante e
- 29% muito importante, como se pode verificar na Tabela 9, que se segue.

nada importante	0	0%
pouco importante	2	10%
importante	13	62%
muito importante	6	29%

Tabela 9 – Importância da auto-avaliação dos alunos

1.3. Terceira Dimensão: Contributos para a aprendizagem e sucesso educativo dos alunos

Na terceira dimensão, **Contributos para a aprendizagem e sucesso educativo dos alunos**, verifica-se que a maioria dos respondentes pensa que o Projecto Curricular de Turma promove e favorece o desenvolvimento da aprendizagem e do sucesso educativo dos seus alunos, como se pode constatar na Tabela 10:

muito	6	29%
razoavelmente	8	38%
pouco	6	29%
nada	1	5%
não sei	0	0%

Tabela 10 –De que forma o Projecto Curricular de Turma promove/favorece a aprendizagem.

Pensam também os respondentes que os Projectos Curriculares de Turma, enquanto instrumentos de gestão pedagógica, fomentam uma cultura de reflexão e de análise do processo de ensinar, conforme Tabela 11 apresentada:

muito	5	24%
razoavelmente	11	52%
pouco	5	24%
nada	0	0%
não sei	0	0%

Tabela 11 - Contributo dos PCT para a reflexão e análise do processo de ensinar.

1.4. Quarta Dimensão: importância do PCT na melhoria das práticas escolares e das relações interpessoais

Relativamente à quarta Dimensão, **Importância do PCT na melhoria das práticas escolares e das relações interpessoais**, os respondentes pensam que o PCT contribui, de acordo com o Gráfico 7, para:

- melhoria da relação entre os professores do Conselho de Turma e os Pais (43%);
- melhoria da relação entre os professores do Conselho de Turma e o D.T. (29%);
- melhoria da relação entre os professores do Conselho de Turma (43%);
- melhoria da relação entre o(a) Director(a) de Turma e os Pais/EE dos alunos (38%),
- melhoria da interacção pessoal e profissional entre os professores (57%);
- melhoria da articulação de conteúdos das várias áreas curriculares (43%);
- a clarificação dos princípios, atitudes e valores a promover pela via do trabalho colaborativo e na área de Trabalho de Projecto (43%);
- a integração dos saberes por forma ao desenvolvimento articulado do processo de ensino/aprendizagem (57%).

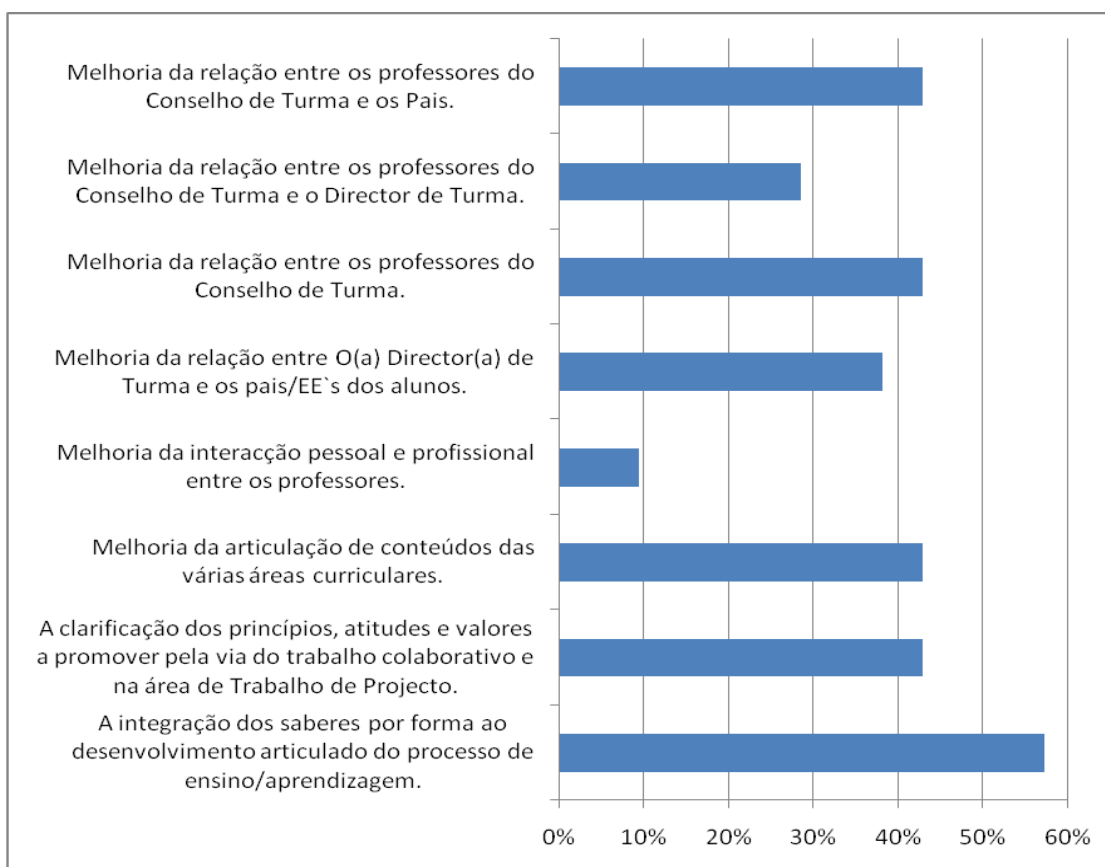


Gráfico 7 - Contributos do Projecto Curricular de Turma para as práticas escolares.

2. Apresentação e Discussão da análise Documental

2.1. Actas

As actas dos conselhos de turma (2010-2011) foram todas lidas e analisadas e, como os dizeres são muito semelhantes, optámos por escolher de forma aleatória uma acta por ano de escolaridade para suportar os nossos argumentos.

Tivemos igualmente o cuidado em seleccionar turmas de anos de escolaridade diferentes, possibilitando uma maior diversidade de dados.

Assim, elaborámos uma tabela por ciclo de ensino, no sentido de facilitar a compreensão, com as referências aos Projectos Curriculares de Turma contidas nas referidas actas.

Verificámos que nas actas do 1º Ciclo não há quaisquer referências aos Projectos Curriculares de Turma.

Apresentámos seguidamente as referidas tabelas:

Tabela 12 – 2º Ciclo : 5ºAno.

Data	nºActa	Referências/Citações
07-09-2010	1	Ponto 4:Projecto curricular de Turma “Quanto ao quarto ponto da ordem de trabalhos, as planificações, nas várias áreas curriculares, devem ser elaboradas e ajustadas, tendo em consideração as características dos alunos da turma e de acordo com as metas definidas no Projecto Curricular de Agrupamento para, posteriormente, ser dado conhecimento aos Encarregados de Educação dos alunos. O Projecto Curricular de Turma deve ser transversal e interdisciplinar, e vai ser elaborado tendo em conta as metas definidas no Projecto Curricular de Agrupamento e será planificado por todos os docentes do Conselho de Turma. Quanto aos temas do Projecto Curricular de Turma, serão definidos após auscultação dos alunos, no decorrer das aulas. O Projecto de Promoção/Educação para a Saúde também vai ser contemplado no Projecto Curricular de Turma, principalmente o tema Sexualidade, bem como alguns aspectos de Segurança.”
04-11-2010	2	3 - Plano de trabalho da Turma/Projecto Curricular “No terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi abordado o Projecto Curricular da Turma. A Directora de Turma, entregou o possível Plano Geral do Projecto. O Conselho de Turma, referiu as áreas prioritárias de actuação na turma, nomeadamente, a concentração/atenção, o desenvolvimento de competências transdisciplinares nos alunos, no âmbito da Língua Portuguesa, na Educação

		para a Cidadania, no âmbito das atitudes e valores e, ainda, nas novas tecnologias de informação.”
20-12-2010	3	<p>Ponto três: Projecto Curricular de Turma/Plano de trabalho</p> <p>“Relativamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Projecto Curricular de Turma, cujo tema é “Património Histórico Local – Monumentos e símbolos”, as actividades definidas para este período decorreram com normalidade, conforme a planificação elaborada. No segundo período, pretende-se continuar a desenvolver nos alunos competências transdisciplinares, no âmbito da Língua Portuguesa, na Educação para a Cidadania e outras actividades de forma a promover a assimilação de competências no âmbito das atitudes e valores e nas novas tecnologias de informação. Neste momento, o Conselho de Turma considera que não há necessidade de proceder a qualquer reestruturação. A “Promoção e Educação para a Saúde” está a ser tratada no Projecto Curricular de Turma, sendo o tema “Educação Sexual” abordado no decorrer do segundo período.”</p>
21-02-2011	4	<p>Ponto 3:Projecto Curricular de Turma</p> <p>“De forma a dar cumprimento ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Turma reflectiu sobre o desenvolvimento do Projecto Curricular de Turma, cujo tema é “Património Histórico Local – Monumentos e símbolos,” tendo concluído que se encontra adequado à turma e que a sua execução está a decorrer de acordo com a planificação elaborada. Continua a desenvolver-se nos alunos competências transdisciplinares, no âmbito da Língua Portuguesa, na Educação para a Cidadania e outras actividades de forma a promover a assimilação de competências no âmbito das atitudes e valores e nas novas tecnologias de informação. A Directora de Turma, continuou a solicitar a definição de actividades interdisciplinares para poder integrar na grelha correspondente ao tema do Projecto.”</p>
12-04-2011	5	<p>Ponto três: Projecto Curricular de Turma</p> <p>“Relativamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Projecto Curricular de Turma, cujo tema é “Património Histórico Local :Monumentos e símbolos”, as actividades definidas para este período lectivo decorreram com normalidade, conforme a planificação elaborada. No terceiro período, pretende-se continuar a desenvolver nos alunos competências transdisciplinares, no âmbito da Língua Portuguesa, na Educação para a Cidadania e outras actividades de forma a promover a assimilação de competências no âmbito das atitudes e valores e nas novas tecnologias de informação. Neste momento, o Conselho de Turma considera que não há necessidade de proceder a qualquer reestruturação. A “Promoção e Educação para a Saúde” está a ser tratada no PCT, tendo sido abordado no decorrer deste período o tema Educação Sexual. A Directora de Turma, continuou a solicitar a definição de actividades interdisciplinares para poder integrar na grelha correspondente ao tema do Projecto.”</p>

27-06-2011	6	<p>Ponto dois: Projecto Curricular de Turma/Plano de trabalho</p> <p>“No segundo ponto da ordem de trabalhos, Projecto Curricular da Turma, o Conselho considerou que as actividades definidas, decorreram com normalidade, conforme a planificação elaborada. Conforme estava previsto, continuou a preocupação do desenvolvimento de competências transdisciplinares, no âmbito da Língua Portuguesa, das Tecnologias de Informação e Comunicação, na Educação para a Cidadania, nomeadamente a definição de regras de conduta e respeito no espaço escolar. Por outro lado, fomentaram-se actividades para o desenvolvimento de competências no âmbito das atitudes e valores. As actividades programadas, no âmbito do Projecto da Saúde na Escola, também foram desenvolvidas de forma bastante positiva. Houve grande colaboração por todos os alunos da turma, professores envolvidos e Encarregados de Educação. De forma sintética, a concretização do Projecto Curricular de Turma foi avaliada, pelo Conselho de Turma, de forma bastante positiva, tendo surtido o efeito desejado. De referir que foram entregues os relatórios das áreas curriculares não disciplinares.”</p>
------------	---	---

Tabela 13 – 2ºCiclo: 6ºAno.

Data	nºActa	Referências/Citações
06-09-2010	1	<p>Ponto quatro: Projecto Curricular de Turma</p> <p>“No quarto ponto da ordem de trabalhos, solicitou-se a elaboração das planificações a entregar aos encarregados de educação, procurando incluir nelas o essencial, que permita uma consulta rápida e seja de compreensão fácil. Chamou-se igualmente a atenção para, nas planificações a apresentar nos respectivos departamentos curriculares, se contemplem actividades que estejam enquadradas no âmbito do Projecto da Saúde, da Segurança e da Biblioteca Escolar. Apelou-se mesmo a que a Biblioteca Escolar fosse considerado por todos um recurso privilegiado na operacionalização e dinamização de conteúdos programáticos, espaço com o qual se deveria estabelecer uma relação de trabalho ainda mais estreita.”</p>
04-11-2010	2	<p>Ponto três: Plano de trabalho/Projecto Curricular</p> <p>“Passados ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma referiu que o Projecto Curricular de Turma permanecerá com a mesma estrutura da do ano lectivo anterior, focando os aspectos, que facultou em fotocópia, sobre os quais versará; terá como tema «Crianças hoje, homens de amanhã», ficando, assim, direccionado para a vertente das atitudes e valores que se pretende continuar a tratar.</p> <p>No que se refere em concreto aos «Aspectos facilitadores e inibidores», estes terão de ser reformulados para alguns alunos – relativamente aos apontados no final ano lectivo transacto – dadas as alterações comportamentais e até de</p>

		rendimento escolar que têm demonstrado.”
21-12-2010	3	Ponto três: Avaliação do Projecto Curricular de Turma “Já no terceiro ponto da ordem de trabalhos, referiu-se que se manterá a implementação do Projecto Curricular de Turma conforme foi delineado, não havendo necessidade de nele se introduzirem alterações. Salientou-se que os alunos devem continuar a participar nas actividades definidas no dito projecto, e noutras que surjam, bem como no Plano de Actividades do agrupamento.”
23-02-2011	4	Ponto três: Avaliação do Projecto Curricular de Turma “No terceiro ponto da ordem de trabalhos, referiu-se que se manterá a implementação do Projecto Curricular de Turma conforme foi delineado, não havendo necessidade de nele se introduzirem alterações. Os alunos irão continuar a participar nas actividades definidas no dito projecto, e no Plano de Actividades do agrupamento.”
11-04-2011	5	Ponto três: Avaliação do Projecto Curricular de Turma / Plano de trabalho “Passou-se, depois, ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, tendo o Conselho de Turma reflectido sobre o desenvolvimento do Projecto Curricular de Turma. Considerou-se que este não necessita de alterações e/ou reajustamentos, uma vez que se encontra adequado à turma e a surtir os efeitos desejados.”
27-06-2011	6	Ponto três: Avaliação do Projecto Curricular de Turma / Plano de trabalho “Passados ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Turma reflectiu sobre o Projecto Curricular de Turma, considerando-se que este se desenvolveu de forma adequada à turma, ao longo do ciclo de ensino, e que, na globalidade, produziu resultados positivos, como se desejava, a nível da aprendizagem e de atitudes e comportamentos dos alunos.”

Tabela 14 - 3ºCiclo: 7ºAno

Data	nºActa	Referências/Citações
07-09-2010	1	Ponto dois- Projecto Curricular de Turma “Quanto ao Projecto Curricular de Turma, no âmbito da saúde, mais especificamente no domínio da Educação Sexual, foi informado o conselho de turma da obrigatoriedade de este tema ser abordado durante o ano lectivo. Oportunamente será registada em documento próprio a contribuição de cada docente, bem como o tema a ser explorado.”
02-11-2010	3	Ponto três: Projecto Curricular de Turma “o Director de Turma referiu que o tema do projecto será “Novos Mundos”. Para além disso, referiu a necessidade de elaborar um documento com os elementos facilitadores e inibidores da aprendizagem de cada aluno, sendo para isso preciso que cada professore registre o que pensa sobre cada aluno para, numa reunião a realizar posteriormente, se elaborar uma síntese.”
20-12-2011	4	Ponto quatro: Avaliação do Projecto Curricular da Turma

		“avaliou como positivo o trabalho desenvolvido pelos alunos.”
23-02-2011	5	Ponto três: Projecto Curricular de Turma “Os alunos têm-se mostrado motivados e têm trabalhado bem.”
27-06-2011	7	Ponto três: Avaliação do Projecto Curricular “fez-se uma análise do Plano de Actividades subordinado ao tema “Novos Mundos”, e que assume o carácter de Projecto Interdisciplinar, tendo-se concluído que as actividades aí planificadas foram concretizadas. Os alunos revelaram-se, na sua maioria, interessados e motivados na preparação e realização destas actividades.”

Tabela 15 – 3º Ciclo: 8ºAno.

Data	nºActa	Referências/Citações
04-10-2010	2	Ponto 3 -Projecto Curricular da Turma “a Directora de Turma apresentou ao Conselho a caracterização da turma, elaborada após o tratamento das respostas obtidas nos inquéritos efectuados junto dos alunos, da consulta dos processos individuais e das fichas biográficas dos discentes.” “procedeu-se à conclusão da elaboração do Projecto Curricular de Turma: assim, foram identificados os elementos facilitadores e inibidores da turma.” “o tema a trabalhar na turma durante este ano seja <i>Relações interpessoais</i> .”
21-12-2010	3	Ponto quatro: Avaliação do Projecto Curricular da Turma “De forma a dar cumprimento ao quarto ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Turma reflectiu sobre o desenvolvimento do Projecto Curricular da Turma, referindo o mesmo que se encontra adequado à mesma e que está a decorrer conforme planificado.”
23-02-2011	4	Ponto três: Projecto Curricular de Turma “Projecto Curricular de Turma, cujo tema é “Relações Interpessoais”, foi referido que este se encontra adequado à turma e que a sua execução está a decorrer em conformidade com o planificado.”
11-04-2011	5	Ponto quatro: Projecto Curricular de Turma “No que concerne ao ponto quatro - Projecto Curricular de Turma, cujo tema é “Relações Interpessoais”, foi referido que este se encontra adequado à turma e que as actividades definidas, para este período, decorreram conforme planificado, pelo que não sofrerá qualquer reformulação.”
30-06-2011	6	Ponto quatro: Avaliação Projecto Curricular de Turma “No que concerne ao ponto quatro - Projecto Curricular de Turma, cujo tema é “Relações Interpessoais”, o Conselho de Turma foi unânime ao considerar que este foi bem delineado e que na generalidade foi suficiente para incrementar melhorias a todos os níveis a que se propunha. As estratégias definidas e as

		metas traçadas no PCT bem como as dos Planos de Recuperação e Apoio Educativo, surtiram o efeito desejado, concluindo-se, assim, que o Projecto Curricular de Turma foi concluído e avaliado com sucesso.”
--	--	--

Tabela 16 – 3ºCiclo: 9ºAno.

Data	nºActa	Referências/Citações
06-09-2010	1	Ponto dois- Projecto Curricular de Turma “o presidente da reunião fez uma caracterização geral da turma, atendendo ao aproveitamento e comportamento dos alunos,” “Evidenciou ainda, relativamente a cada aluno, os factores inibidores e facilitadores da aprendizagem,” “apelou para a uniformização de normas e critérios a implementar dentro da sala de aula,”
03-11-2010	2	Ponto 3 -Projecto Curricular da Turma “De forma a dar cumprimento ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Turma reflectiu sobre o desenvolvimento do Projecto Curricular, referindo que a principal problemática se prende com o comportamento geral da turma e que, se esta situação fosse resolvida ou pelo menos minimizada, os resultados globais poderiam melhorar significativamente. Para tal o Conselho de Turma propõe um maior rigor e uniformização relativamente à participação menos correcta, apertando os níveis de tolerância no que respeita às conversas paralelas, mesmo quando argumentam que a temática é a que está a ser apresentada.”
23-12-2010	3	Ponto quatro: Avaliação do Projecto Curricular da Turma “ No que concerne ao quarto ponto da agenda de trabalhos, o Conselho de Turma procedeu à avaliação do Projecto Curricular de Turma, concluindo que o desenvolvimento das actividades está a decorrer com normalidade e de acordo com as planificações estabelecidas.”
22-02-2011	4	Ponto três: Projecto Curricular de Turma “ No que concerne ao terceiro ponto da agenda de trabalhos, o Conselho de Turma procedeu à avaliação do Projecto Curricular de Turma, concluindo que o desenvolvimento das actividades está a decorrer com normalidade e de acordo com as planificações estabelecidas.”
11-04-2011	5	Ponto cinco: Avaliação do Projecto Curricular “ No que concerne ao quinto ponto da agenda de trabalhos, o Conselho de Turma procedeu à avaliação do Projecto Curricular de Turma, concluindo que o desenvolvimento das actividades está a decorrer com normalidade e de acordo com as planificações estabelecidas.”
14-06-2011	6	Ponto três: Avaliação Projecto Curricular de Turma

		“Relativamente ao terceiro ponto da agenda de trabalhos, o Conselho de Turma procedeu à avaliação do Projecto Curricular de Turma, concluindo que o desenvolvimento das actividades decorreu com normalidade e de acordo com as planificações estabelecidas.”
--	--	---

Como se pode observar, pelas tabelas anteriores, todos os conselhos de turma reflectem sobre os projectos curriculares de turma em todas as suas dimensões: Concepção e elaboração, implementação e avaliação.

Verifica-se, também, que os conselhos de turma têm a preocupação de analisar e avaliar o andamento dos projectos no sentido de proceder às reformulações que se julguem necessárias.

Consideram, os conselhos de turma, que os objectivos dos projectos curriculares de turma, na sua generalidade são alcançados e que as planificações são cumpridas, relevando para o sucesso educativo da turma e dos alunos individualmente.

De realçar, pela negativa, que não encontrámos quaisquer referências aos PCT nas actas do 1º Ciclo.

2.2. Projectos Curriculares de Turma

Da leitura e análise feitas aos Projectos Curriculares de Turma (todos os PCT do Agrupamento Alfa) verificámos uma certa uniformidade na sua construção, pelo que apresentámos de seguida a estrutura que os mesmos seguem:

<i>Índice</i>
1– Introdução
2 – Relação de Alunos
3 – Horário da Turma
4 – Conselho de Turma
5 – Caracterização da Turma
6 – Metas prioritárias a atingir
7 – Definição de Competências Gerais e Transversais a desenvolver e sua concretização
8– Áreas Curriculares Não Disciplinares
9 – Avaliação – Critérios e Instrumentos de Avaliação
10-ADENDAS /REFORMULAÇÕES
11-Avaliação Final do Projecto Curricular de Turma

Verificámos, pela leitura dos diferentes Projectos Curriculares de Turma, que todos eles fazem referência à legislação que os regulamenta e que todos os conselhos de turma consideram que:

“O Projecto Curricular de Turma é, por conseguinte, um instrumento de trabalho que visa adequar o Currículo Nacional e o Projecto Curricular de Escola ao contexto próprio de cada turma. A sua elaboração permite criar situações de aprendizagem articuladas e contextualizadas, assim como aferir estratégias, tendo em vista a resolução das dificuldades dos alunos.” PCT Turma do 8º Ano (p.3).

Pela leitura dos diferentes Projectos Curriculares, verificou-se que todos os projectos apresentam alguma reflexão, podendo ler-se, na introdução do PCT de uma Turma do 1º Ciclo, o seguinte:

“A Reforma do Sistema Educativo pretende contribuir para o cumprimento do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo – a escola é para todos, todos têm igualdade de oportunidades, direito ao sucesso educativo e aprendem a ser e a fazer, criando uma “**escola aberta**”, centrada nos alunos, mais criativa e humana, com o propósito de formar, proporcionar o desenvolvimento maximizado de todos e promover aprendizagens mais significativas.”(p.3)

Pode observar-se também que estes projectos têm a intenção de ir ao encontro do projecto educativo do agrupamento, como se pode constatar na seguinte citação:

“Neste contexto, o presente **projecto curricular de turma**, a desenvolver no corrente ano lectivo de 2010/11, procura estar de acordo com as áreas prioritárias de intervenção do **Projecto Educativo** do Agrupamento (valorização de competências, segurança/promoção da saúde, ligação à comunidade e novas tecnologias de informação), Projecto de Promoção de Educação para a Saúde, as **orientações curriculares para o 1.º definidas no Currículo Nacional**, o despacho regulamentar 30/2001 de 19 de Julho da **Avaliação** dos alunos e ter como ponto de partida as vivências, interesses, necessidades e características individuais dos alunos. “ (p.4)

Os diferentes Projectos Curriculares de Turma começam por analisar e fazer a caracterização da Turma correspondente, tecendo algumas considerações que revelam alguma preocupação com o sucesso educativo dos alunos, como podemos observar no PCT do 1º Ciclo, que começa por caracterizar a turma e,

“analisar as ambições dos alunos, averiguar problemas, apontar recursos, seleccionar opções e prioridades estratégicas e metodológicas, bem como as aprendizagens e competências a adquirir pela turma.”(p.4)

Esta caracterização da turma é feita, regra geral, a partir do inquérito diagnóstico feito aos encarregados de educação no início do ano lectivo acerca dos seus educandos relativo às condições sócio económicas e culturais, ao percurso escolar, ao nível etário e ao desenvolvimento psicológico.

Refere-se mais adiante, neste PCT (8ºano), que

“Este PCT é um documento em aberto. Terá as alterações necessárias para melhorar as aprendizagens dos alunos, apoiar as crianças com mais dificuldades de aprendizagem, contribuindo assim para que as crianças sejam autónomas ao longo da vida e participem activamente na sociedade.”(p.4)

A avaliação dos projectos curriculares é feita continuamente, verificou-se que todos são alvo de avaliações intercalares e avaliação final, podendo ser introduzidas alterações no Projecto Curricular de Turma, visando estas, como se pode ler no Projecto Curricular do 1º Ciclo: “corrigir eventuais lacunas notadas no projecto ou alterar o projecto visando adequá-lo ao ritmo e às necessidades dos alunos da turma.” (p. 13)

De todos os projectos curriculares de turma, é feito um relatório no final do ano lectivo, com o ponto da situação das dificuldades da turma, das competências conseguidas ou não, com vista à elaboração do Projecto Curricular de Turma no ano seguinte, sendo anexado ao próprio projecto curricular de turma, de que faz parte integrante.

Assim, os Conselhos de Turma(que constituem a nossa amostra) são unânimes em considerar que é fundamental seleccionar, planificar e calendarizar as diversas actividades a desenvolver com os alunos, articulando e contextualizando os diferentes saberes, no sentido de cada disciplina contribuir para a construção e consolidação de aprendizagens comuns, gerando, deste modo, um processo de cooperação interdisciplinar.

Como podemos observar, veicula-se, nestes projectos curriculares de turma, a ideia de que estes são muito importantes, como se lê no projecto curricular do 8ºAno, porque:

“O projecto curricular de turma permite estabelecer uma linha de actuação comum dos professores da turma em todos os domínios de acção, facilitando a articulação horizontal dos conteúdos do ensino e a integração dos saberes para além de adequar as estratégias de ensino às características específicas dos alunos tendo sempre presente as suas motivações e interesses.” (p.3)

Concordam os mesmos conselhos de turma que estes projectos têm por finalidade atingir as competências traçadas pelo Ministério da Educação e ainda:

- Promover o trabalho em equipa dos professores e encarregados de educação;
- Centrar a acção educativa na aprendizagem dos alunos;
- Promover a coordenação do processo de ensino e harmonização das mensagens socializadoras;
- Estabelecer uma linha de actuação comum dos professores da turma em todos os domínios da sua acção perante os alunos;
- Facilitar a articulação dos conteúdos do ensino e integração dos saberes;
- Adequar as estratégias de ensino às características dos alunos.

Assim, como podemos observar no Projecto Curricular de Turma do 8ºAno,

“O Projecto Curricular de Turma vai tornar-se no suporte de trabalho para os professores, de forma que todas as aprendizagens se integrem num todo com sentido, e não apareçam como segmentos separados e avulsos que nada têm a ver uns com os outros.” (p.3)

Os conselhos de turma são unânimes em considerar que cada turma é uma realidade diferente, pelo que os projectos curriculares assumem assim uma grande importância e,

“a Escola não se pode limitar à simples veiculação de conhecimentos, mas deve assumir a responsabilidade que lhe cabe na formação integral do aluno, visando a realização de aprendizagens significativas, através da articulação e da contextualização dos saberes.

Considerando que cada turma e cada aluno são entidades únicas e com características próprias, por forma a encontrar uma linha condutora e orientadora de actuação, foi elaborado o presente Projecto Curricular de Turma.” (PCT do 7ºAno, p.4)

E, no projecto curricular do 9ºAno pode ler-se:

“o Conselho de Turma elaborará o Projecto Curricular de Turma, tendo como objectivo conferir ao currículo unidade e coerência, assegurando a sua adequação às características da turma em geral e , individualmente, aos alunos que a constituem.” (p.2)

Os projectos curriculares de turma, são considerados, pelos diferentes conselhos de turma, como garantia do sucesso para todos, lendo-se no PCT do 9ºAno que:

“ O Projecto Curricular de Turma visa ainda organizar um conjunto de actividades e realizações que possibilitem o maior número de aprendizagens possíveis e garantam o sucesso escolar de todos.” (P.1)

Infere-se da leitura destes documentos que o Conselho de Turma, sob a coordenação do respectivo Director de Turma, para a operacionalização da elaboração, implementação e avaliação do Projecto Curricular de Turma, tem presente os resultados obtidos na caracterização da turma e as competências essenciais definidas no Currículo Nacional, para seleccionar as prioridades a adoptar com vista à construção das competências pretendidas em cada área, bem como o desenvolvimento das competências gerais e transversais, nomeadamente as competências sociais.

CAPÍTULO IV

Discussão dos resultados e conclusão

Para Hill e Hill, “ Um investigador assemelha-se a um marceneiro. Não produz móveis, mas produz informação na forma de conclusões e, muitas vezes, obtém estas conclusões aplicando técnicas estatísticas aos dados da investigação.” (p.191)

1. Discussão dos resultados

Da interpretação dos resultados dos inquéritos podemos realçar que os respondentes têm uma atitude positiva perante o PCT.

Os dados recolhidos apontam no sentido de uma apropriação do conceito de PCT por parte dos professores respondentes, aproximando-se da aceção que domina os normativos legais em vigor. O PCT é visto essencialmente como um instrumento de adequação do currículo nacional à diversidade dos alunos, no intuito de promover o sucesso educativo para todos, como argumentado por Leite (2001): “Os projectos curriculares (de escola e de turma) pretendem, pois, ser meios facilitadores da organização de dinâmicas de mudança que propiciem aprendizagens com sentido numa escola de sucesso para todos/as.” (p.16)

No entanto, alguns respondentes pensam que o PCT em nada contribui para o sucesso do processo de ensino/aprendizagem.

Referem também os respondentes que é importante ter sempre em conta as balizas do currículo nacional, contribuindo e apoiando para a argumentação de Pacheco (2001) quando refere que “Do ponto de vista das possibilidades, o currículo prescrito surge como o suporte do igual direito de acesso à educação por parte de todos os alunos, /.../” (p.76)

Foi possível verificar que os respondentes, relativamente à elaboração do PCT, pensam que é importante ter em conta, confirmando as suas concepções de PCT, que este deve servir de suporte à adequação curricular para a diversidade dos alunos. É importante também conhecer os alunos, segundo os respondentes, e os dados que recolhemos apoiam a reflexão da UNESCO (2004), quando refere que “na diferenciação do currículo é importante o uso de informações sobre as características dos alunos a fim de planificar actividades apropriadas de aprendizagem.” (p.35).

Os dados que recolhemos apoiam também a reflexão de Taba (1983), citada por Pacheco (2001) quando afirma que “o conhecimento sobre o aluno e sobre a aprendizagem é relevante para a adopção de uma quantidade de decisões acerca do currículo”.(p.54)

Para que esta adequação tenha sucesso, deve-se, como se observa nos dados recolhidos, seleccionar tarefas, metodologias e estratégias de ensino que promovam a aprendizagem e melhorem as prestações dos alunos. Isto deverá plasmar-se no PCT.

Segundo os respondentes, e partilhamos as suas opiniões, os alunos devem ser chamados a participar na elaboração do PCT pois, desta forma, ficam implicados e intimamente ligados com o mesmo, o que poderá ser um factor de incremento do sucesso educativo.

De acordo com os dados recolhidos, a maior dificuldade para a construção do PCT é o aumento da carga burocrática para os professores. Isto leva-nos a pensar que os professores pensam que o PCT é mais uma “imposição legal necessária”, como um reduzido número de respondentes (19%). Em contrapartida, a maior virtualidade é o fomento do trabalho colaborativo entre os professores.

Para o desenvolvimento do PCT, os dados mostram que os conhecimentos e a auto-avaliação dos alunos são muito importantes para diagnosticar os principais problemas a abordar e as principais linhas orientadoras a seguir.

Quando questionados relativamente às estratégias pedagógicas que entendem estar ao serviço do desenvolvimento do PCT, os respondentes aproximam-se muito do que é preconizado pela literatura, nomeadamente no que concerne à diferenciação pedagógica.

Os respondentes pensam que o PCT favorece o sucesso e a reflexão no e sobre o processo de ensino/aprendizagem. Podemos inferir das respostas que o sucesso aumenta com a prática reflexiva dos professores,

A maioria dos respondentes pensa que o PCT, e todo o processo que o envolve, melhora o relacionamento entre todos os elementos do Conselho de Turma e também a articulação das várias áreas curriculares e a integração de saberes, as quais segundo a literatura da especialidade são fundamentais para o sucesso educativo.

Referindo-se mais concretamente ao contexto da sua própria prática, os respondentes dizem reflectir sobre as suas práticas de elaboração, implementação, e avaliação do PCT. Esta reflexão deverá fazer parte do processo de aprendizagem, como

preconizam muitos investigadores, e nós anuímos, pois ela torna-se uma forma de melhorar as práticas educativas e conseqüentemente a aprendizagem.

2.Propostas/sugestões para a elaboração/implementação/avaliação do PCT

No sentido de assegurar a passagem do currículo ao projecto, servindo de ponto de partida para o estabelecimento do currículo a aplicar, o PCT torna-se um elemento fulcral, pelo que apresentámos a nossa proposta de projecto de intervenção, apresentada em Anexo 2.

Esta proposta foi enviada aos Directores de Turma/professores titulares de turma, através de um inquérito online, apresentado em Anexo 3, por forma a auscultar opiniões/comentários à mesmas.

Após a apresentação destas propostas aos 21 Directores de Turma/professores titulares de turma que foram inquiridos anteriormente, apresentamos os seus comentários/sugestões às mesmas, nas Tabelas 17, 18, 19, 20 e 21 das propostas a), b),c),d) e e) respectivamente, que se seguem:

Proposta a)
Actividades de formação periódicas relativamente ao processo de gestão curricular de cada turma, coordenadas pelo Director de Turma.
Opiniões/sugestões dos respondentes
Penso que estas actividades de formação serão uma mais valia para o sucesso do PCT. Penso que sim, é de implementar pois desta forma podemos retirar dúvidas e partilhar experiências. Talvez coordenadas rotativamente pelos elementos do Conselho de Turma, por forma a todos serem implicados no processo. Acho que é importante. No entanto na minha escola, dado que somos poucos no segundo ciclo esta gestão é feita frequentemente quando nos encontramos , mesmo nos intervalos. O facto de se ser DT e professor com experiência minimiza essa necessidade. Não estou a ver o interesse prático, nem o alcance de tais medidas. Não concordo Penso que seria positivo,de vez em quando, haver actividades de formação ou momentos de reflexão conjunta, no sentido de gerir as estratégias comuns, visando uma melhor articulação dos diferentes saberes. Penso que sim, seriam uma mais valia no sentido de partilhar formas de fazer. Penso que seria positivo,de vez em quando, haver momentos de reflexão conjunta para

articular saberes, estratégias e métodos.

Seria importante implementar actividades de formação, nem que fosse com uma periodicidade algo alargada a nível de tempo.

Em princípio, parece positiva. Ressalvo, no entanto, a dificuldade de operacionalização e as minhas dúvidas: acções de formação dadas por quem? creditadas? quanto tempo ocupariam?

Não acho necessário esta actividade .

Trata-se de procedimentos fundamentais para garantir a eficiência e a eficácia das planificações, bem como a coerência do trabalho programado. A coordenação, por parte do D T é indispensável para garantir o melhor conhecimento de especificidades de alunos que não estejam nas competências previstas.

Penso que sim, a implementação desta proposta iria trazer uma maior reflexão sobre o assunto.

As actividades de formação periódicas relativamente ao processo de gestão curricular de cada turma são importantes e muito úteis pelo seu teor formativo e podem dar um contributo muito válido aos professores no sentido de esclarecerem dúvidas, colocarem questões e darem sugestões. O Director de Turma coordena as mesmas e em conjunto com os professores podem e devem melhorar o referido processo.

Penso que seria importante e útil, nem que só fosse pela reflexão conjunta.

Estas actividades de gestão curricular podem ser uma mais valia no sentido de partilhar ideias.

Actividades de formação são sempre bem vindas!

Penso ser uma proposta bastante pertinente, pois cada turma vai tendo alterações de comportamento e de aproveitamento ao longo do ano e essas mesmas não devem ser analisadas apenas nas reuniões intercalares ou de final de período.

Penso que sim. pois desta forma o trabalho do PCT seria realmente participado por todos os elementos do conselho de turma.

Penso que essas atividades, coordenadas pelo Diretor de cada turma, se revelariam importantes, sobretudo para fazer aquilo que se devia fazer e pouco se faz: articulação do trabalho entre os professores de cada uma das disciplinas e planificar o desenvolvimento das competências transversais.

Tabela 17 – Respostas proposta a)

Proposta b)

Criação da prática de sessões informais do Conselho de Turma (por exemplo, duas vezes por período, ou com outra periodicidade) de discussão de temas relacionados com o PCT, moderadas pelo DT.

Opiniões/sugestões dos respondentes

Fará todo o sentido, uma vez que assim todos os elementos do Conselho de turma, e não só o DT, ficarão implicados na temática do PCT.

Sim, apesar do aumento de reuniões e de burocracia a que os professores estão sujeitos nos últimos tempos, é de fazer mais um esforço em prol do sucesso dos alunos.

Estas sessões informais poderão ser uma mais valia se levadas a sério.

É uma prática que temos vindo a fazer mas em conselhos de turma. Entendo que esta tarefa faz parte das funções do DT e que deve ser feito sempre que se julgue necessário, mesmo sem um calendário estipulado e definido.

Não vejo necessidade na realização desses tipo de encontros. Parece-me um desperdício de energia, tendo em conta todo o tempo que o corpo docente dedica já à escola.

Concordo. Penso que seria uma boa medida.

Os temas relacionados com o PCT, são debatidos nas respectivas reuniões do Conselho, contudo, seria vantajoso, se houvesse uma sessão informal por período, para debater e limar alguns pormenores.

Talvez essas sessões informais tragam alguma agilidade ao processo no sentido da resolução de possíveis estrangimentos.

Seria vantajoso, discutir/reflectir, em sessões, uma vez por período.

É sempre importante dar um carácter formal às actividades.

Todas as reuniões e debates sobre o funcionamento do grupo-turma me parecem positivas. Ressalvo, como antes, as dificuldades de as pôr em prática. Mas talvez que, se forem informais, se revelem de mais fácil implantação.

Acho que duas vezes por período é essencial para informar e discutir sobre os temas do PCT.

Considero o PCT um documento norteador do trabalho da turma. A previsão de reuniões regulares é fundamental para a avaliação dos trabalhos realizados e para a definição de novas estratégias que garantam o sucesso.

Sim e talvez pelo facto de serem informais sejam mais fáceis de implementar.

O papel central do Director de Turma é inquestionável no que concerne ao PCT, este deve procurar em Conselho de Turma obter um consenso para a criação da prática de sessões informais e a sua periodicidade. Assim, cada Director de Turma, de acordo com o perfil da sua turma, decidirá em conjunto com o respectivo Conselho de Turma a necessidade destas sessões informais e o número de vezes a realizá-las. Na minha opinião, cada turma é um caso e deve ser encarada dessa forma, mas sem dúvida que estas sessões a título informal estabelecem um elo de ligação entre o Director de Turma e os restantes professores que potencia um maior envolvimento de todos, porque, muitas vezes, o que acontece é que o Director de Turma fica isolado, trabalhando quase individualmente para o PCT.

Penso que seriam positivos encontros informais, talvez três encontros por ano lectivo, um para o início do processo, outro para analisar e caso necessário alterar percursos e outra no final do ano para avaliação de todo o processo.

Não concordo, penso que mais reuniões só iriam tornar o processo mais burocrático.

Não concordo.

As informações veiculadas pelo Conselho de Turma devem ter uma maior periodicidade, devido ao que já acima referi. Concordo.

Estas sessões poderão ser um elemento importante na medida em que seriam única e exclusivamente para tratar temas do PCT.

As sessões informais do conselho de turma podem ser úteis pois, por um lado, permitem a realização de trabalho no âmbito do desenvolvimento do PCT e, por outro lado, por serem informais, não obrigam à presença de todos os professores nem acarretam elaboração de atas, etc..

Tabela 18 – Respostas proposta b).

Proposta c)

Criação de uma equipa de monitorização do PCT no sentido de acompanhamento e cooperação com os Conselhos de Turma.

Opiniões/sugestões dos respondentes

Será francamente positivo.

Talvez funcione!

Penso que é uma proposta muito positiva no sentido de que poderá agilizar a resolução de alguns constrangimentos. São sempre bem vindas experiências e opiniões diversificadas de agentes extra turma.

Seria importante mas era preciso saber quem integraria essa equipa e teria que trabalhar em sintonia com o CT. Só assim daria resultado. Doua forma correria-se o risco de haver desajustes e descoordenação o que complicaria mais.

Parece-me que seria uma medida que contribuiria para a criação de uma estrutura ainda mais burocrática, que em nada beneficiaria a agilização de procedimentos.

Não concordo.

Uma ajuda é sempre bem-vinda e facilita os procedimentos, no entanto, acompanhar e cooperar, com os diversos Conselhos de Turma, cada um com os seus problemas e especificidades, não será tarefa fácil, tudo dependerá da competência dos seus elementos.

Será positivo dependendo da competência dos elementos da equipa. Penso que deveriam ser pessoas com alg um tipo de especialização no assunto.

Sim, se for para acompanhar e cooperar efectivamente, e não para trazer mais burocracia à escola!

Seria uma mais-valia para uma melhor implementação dos PCT.

Seria, a meu ver, criar mais burocracia acrescentando-a à já existente.

Não acho necessário a criação desta equipa.

Depende do tipo de elementos que iriam constituir essa equipa.

A monitorização, numa perspectiva de regulação, é muito importante. Penso que esta equipa deverá incluir alunos, pais e professores. O êxito de uma planificação pode depender muito dos pais /encarregados de educação assumirem os objectivos aí previstos.

Esta é uma proposta válida e ajudará sem dúvida alguma a agilizar e dinamizar o PCT de qualquer turma, que de outra forma fica relegado para segundo plano e que regra geral só é reajustado no final de cada período lectivo. Com esta monitorização, o PCT poderá ganhar outra dinâmica, que lhe está subjacente, mas que na prática nem sempre acontece.

Depende dos elementos constituintes dessa mesma equipa.

Uma equipa de monitorização poderá ser positiva no acompanhamento de possíveis constrangimentos.

Não acho necessário.

Concordo, desde que essa equipa seja contituida por professores que conhecem o funcionamento da turma.

Depende dos elementos dessa equipa.

A criação de uma equipa de monitorização do PCT faz todo o sentido, uma vez que permitiria fazer um trabalho mais uniforme por parte de todos os envolvidos e, sendo constituída por elementos com mais experiência, seria um bom "apoio" para os diretores de turma.

Para além disso, obrigar-nos-ia a fazer um trabalho mais consistente ao longo do tempo, impedindo que a maior parte do trabalho seja feita na parte final do ano letivo.

Tabela 19 – Respostas proposta c).

Proposta d)

Elaboração do PCT não para um ano lectivo, mas para um ciclo de ensino.

Opiniões/sugestões dos respondentes

Faz todo o sentido, uma vez que as aprendizagens e as competências a desenvolver pelos alunos também estão organizadas por ciclos de ensino e não por anos de escolaridade.

Concordo uma vez que os anos de escolaridade só fazem sentido inseridos no todo que é o ciclo a que pertencem!

Faz todo o sentido uma vez que as competências a adquirir são por ciclo, os programas disciplinares são também organizados por ciclo de ensino e não por ano de escolaridade.

Dado que a avaliação dos alunos é feita em função do ciclo faz todo o sentido. De certa forma é o que fazemos, pois o PCT do 6º ano é o que fazemos para o 5º, apenas sofre ligeiras alterações de acordo com a realidade do 6º ano. Daí que a nível de 5º ano não de devem deixar retidos no 5º ano, porque pode recuperar e adquirir as competências não adquiridas no 5º ano podem ser adquiridas durante o 6º ano. Faz todo o sentido fazer-se o PCT de ciclo e não de ano.

Parece-me bem. De certa forma já está a ser desenvolvido, na prática, quando não há alterações significativas na estrutura da turma.

Penso que seria viável. Já não se iriam repetir algumas actividades.

Para um ciclo lectivo, fazendo sempre as respectivas alterações.

Sim, uma vez que o ensino já está organizado em função do Ciclo e não do ano de escolaridade.

Sim, ressalvando a devida possibilidade de fazer alterações ao longo do ciclo.

Seria o mais correcto, sempre com as adaptações e alterações necessárias.

Muito positivo até porque, nos casos em que o DT acompanha a turma já assim funciona. Por outro lado, numa lógica de ciclo (com objectivos e / ou competências definidas como tal) faria todo o sentido que o PCT também o fosse.

Deveria ser já assim, na medida em o PCT é uma continuidade ao longo dos ciclos.

Creio que um PCT já não existe, apenas, por ano lectivo. O PCT deve acompanhar os alunos no seu processo educativo. Porém, este facto implica a não destruição da constituição das turmas. Se o maior número de alunos acompanhar a turma por ciclo, o PCT deve ter a periodicidade de cada ciclo, sofrendo, no final de cada ano lectivo, as necessárias adequações.

Claro! Faz todo o sentido pois quase tudo está organizado em função do ciclo e não do ano de escolaridade.

É uma proposta mais alargada a uma lógica de ciclo que na minha opinião é possível, mas que necessita de grande monitorização e acompanhamento por parte de todos os intervenientes neste processo, mas não nos podemos abstrair do facto de haver alterações nos Conselhos de Turma e por vezes, na constituição da própria turma, de um ano para o outro. Aos professores que chegam de novo podem levantar-se algumas dificuldades, no entanto e desde que bem informados do respectivo PCT poderão ultrapassar essas dificuldades iniciais. Na verdade, qualquer PCT pressupõe um dinamismo próprio com alterações e reajustamentos em qualquer fase do processo.

Seria francamente positivo, uma vez que todo o ensino já está organizado em termos de ciclo e não de ano de escolaridade.

Sim, concordo plenamente.

Concordo pois não devemos separar os anos de escolaridade dentro do mesmo ciclo.

Penso que seria benéfico, embora pense igualmente que a maioria dos alunos alteram muito as suas atitudes face ao ensino-aprendizagem ao longo de dois ou três anos. Mesmo assim, e visto que o PCT é

um elemento de trabalho vulnerável a alterações, esta proposta evitaria a burocracia de haver um PCT por ano lectivo.

Tem todo o sentido.

É uma hipótese de trabalho, pois as turmas variam pouco de elementos ao longo de um ciclo de estudos. Isso permitiria traçar competências a desenvolver a longo prazo e seria consistente com a atual organização por ciclos. Ao referido acresce o facto de muitos elementos dos PCT se manterem de um ano para o outro.

Tabela 20 – Respostas proposta d).

Proposta e)
Reuniões marcadas única e exclusivamente para tratar questões relacionadas com o PCT, onde participem os alunos e os Encarregados de Educação.
Opiniões/sugestões dos respondentes
Concordo com este tipo de reuniões, pois que nas outras o PCT acaba por ser discutido muito superficialmente, quase que só para cumprir a ordem de trabalhos.
Acho importante! Os Encarregados de Educação deviam ser chamados mais vezes a participar e contribuir com as suas experiências e conhecimento dos seus educandos.
Sim, será uma forma de trazer os encarregados de educação à escola e de os fazer refletir sobre o processo de Ensino/Aprendizagem.
É importante a colaboração dos pais e encarregados de educação em todos os níveis de ensino (ciclos), mas há muitas formas de eles colaborarem e fazerem propostas para o PCT. Dadas as exigências e limitações que os pais têm em se ausentar do emprego ou se deslocarem à escola, estes podem arranjar outras estratégias, nomeadamente com reuniões entre pais para entre eles debaterem as propostas apresentadas pelo DT e apresentarem sugestões. O CT tem tido sempre em atenção as sugestões feitas e apresentadas, em especial no que se refere a comportamentos dentro e fora da sala de aula.
Poderá ter alguma importância a nível do Ensino Secundário. Não me parece que o mesmo se justifique ao nível do ensino básico.
Concordo, uma vez por período, a meio do período.
A participação dos E. Educação e alunos é sempre proveitosa. Nas reuniões intercalares, os E. Educação, já manifestam a sua opinião e dão sugestões, contudo, penso que uma reunião, passados três, quatro meses do início do ano lectivo, seria oportuno.
Estas reuniões deveriam ser instituídas para que os Encarregados de Educação e os alunos se implicassem de forma mais consciente no processo de ensino/aprendizagem.
Seriam mais uma oportunidade de participação dos alunos e encarregados de educação no processo de ensino/aprendizagem.
Não me parece que houvesse grandes vantagens na participação dos alunos fora das aulas.
Seria muito importante que os alunos e EE fossem co-responsáveis pelo PCT. Creio que, em termos teóricos e legais, se aponta nesse sentido. Contudo, na prática, não funciona assim.
Acho bem , no entanto não deve dar grande resultado.
De um modo geral, esta questão já está respondida numa questão anterior. Reforço, no entanto, que considero fundamental o envolvimento dos pais /encarregados de educação, sempre que se justifique.
Será sempre positivo trazer mais os Encarregados de Educação à escola e implicá-los mais no processo

de ensino/aprendizagem dos seus educandos.

Tendo em conta que o processo de ensino/aprendizagem deve envolver de forma activa todos os seus intervenientes, considero útil esta proposta. Há necessidade de responsabilizar todos os intervenientes e estas reuniões podem servir esse objectivo. As referidas reuniões poderão ainda ser utilizadas de forma muito positiva, procurando a partilha de dificuldades e a resoluções das mesmas.

Acho importante trazer os Encarregados de Educação e os alunos à participação activa no processo de ensino/aprendizagem.

Se for para trazer e responsabilizar os pais e encarregados de educação estou de acordo.

Sim, para trazer os pais à escola.

Seria bastante benéfico, pois as reuniões ordinárias têm já em si uma ordem de trabalhos bastante extensa, especialmente quando se trata de turmas com problemas de aprendizagem e/ou comportamento. Penso ainda que os alunos, e em especial os Encarregados de Educação devem ter um papel mais activo no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem dos seus educandos, o qual cada vez mais é necessário, devido às atitudes e valores que os respectivos Encarregados de Educação deverão ter, colaborando com os docentes e não, como cada vez mais é comum, tendo uma atitude negativa relativamente aos professores.

Penso que sim, é sempre positivo que os encarregados de educação participem no processo de ensino aprendizagem dos seus educandos.

Era, de facto, importante implementar uma proposta deste tipo, porque as reuniões regulares que temos servem para abordar tantos assuntos que pouco tempo se reserva para as questões relacionadas com o PCT. Era preciso arranjar mais tempo...

Tabela 21 – Respostas proposta e).

Relativamente à proposta da alínea f, proposta de estrutura para elaboração/implementação/avaliação do PCT, a auscultação resultou na anuência de todos os respondentes.

Quanto ao pedido de sugestões, nenhum respondente apresentou qualquer sugestão.

3. Projecto de Intervenção

Verificamos, ao longo do presente trabalho, que o currículo tem sofrido algumas alterações, que nem sempre são compreendidas pelas escolas, e conseqüentemente não são bem sucedidas, porque se trata de um processo complexo, como afirma Bolívar (2003),

“Após várias décadas dedicadas a introduzir alterações no currículo e a analisar e investigar a vida de tais inovações, sabemos que se trata de um processo complexo, não dependente apenas de vontades individuais nem de alterações estruturais, que deve implicar todos os membros da escola em dinâmicas de trabalho e compromissos que a tornem capaz de se auto-renovar, com a esperança de que essas mudanças se possam institucionalizar, passando assim a fazer parte da cultura organizativa da escola” (P.49)

Parece haver uma preocupação nos professores por cumprir os normativos legais e ao mesmo tempo reflectir nas vantagens/desvantagens que a construção, implementação e avaliação do PCT acarretam. No entanto detectamos alguns problemas/constrangimentos que urge combater.

Após análise cuidada das opiniões/sugestões às nossa propostas, apresentamos a nossa **proposta de Projecto de Intervenção com as contribuições dos inquiridos e com a opinião favorável de um especialista em Administração Escolar e Educacional e Educação Especial.**

1-Criação de uma equipa de monitorização numa perspectiva de regulação, integrada por professores, alunos e Encarregados de Educação.

2-Em Setembro, antes do início do ano lectivo, acção de formação com os Directores de Turma sobre as questões envolventes do PCT, desde a análise da literatura sobre o assunto, passando pelos normativos legais até à elaboração exemplificativa.

3-Em reunião do Director de Turma com os Encarregados de Educação, na primeira semana de actividades lectivas, fazer o levantamento dos anseios e expectativas das famílias da Turma.

4-Aquando da elaboração de horários do serviço lectivo propomos que seja contemplado um bloco de 90 minutos semanal livre para todos os docentes da turma simultaneamente (para ser utilizado quinzenalmente em trabalho colaborativo pelo CT).

5-Actividades de formação periódicas relativamente ao processo de gestão curricular de cada turma, coordenadas pelo Director de Turma;

6-Criação da prática de sessões informais do Conselho de Turma (por exemplo, duas vezes por período, ou com outra periodicidade) de discussão de temas relacionados com o PCT, moderadas pelo DT;

7-A elaboração do PCT por ciclo de ensino.

8-No final de cada ano lectivo fazer uma avaliação pormenorizada em conselho de turma convocado única e exclusivamente para o efeito.

Com o nosso Projecto de Intervenção pretendemos atingir os seguintes objectivos:

- a) melhorar o desempenho do Director de Turma;
- b) conhecer o processo de construção, de implementação e de avaliação do PCT;
- c) aproveitar as potencialidades do PCT no que concerne ao seu contributo para o sucesso educativo;

- d) potenciar a diversificação curricular;
- e) valorizar a diferenciação pedagógica;
- f) elaborar o PCT de forma a ir de encontro à realidade da Turma;
- g) implementar efectivamente o PCT;
- h) consolidar as práticas de avaliação do PCT;
- i) implicar todos os intervenientes no processo educativo;
- j) fomentar uma cultura de reflexão e de análise do processo de ensinar;
- k) inculcar práticas de reflexão sobre a elaboração, implementação e avaliação do PCT;
- l) incrementar o sucesso da aprendizagem dos diferentes alunos/turmas;
- m) reflectir sobre as metodologias de elaboração, implementação e avaliação do PCT;
- n) promover o trabalho em equipa dos professores e encarregados de educação;
- o) melhorar a relação entre o Conselho de Turma e os Pais/EE dos alunos;
- p) estabelecer uma linha de actuação comum dos professores da turma;
- q) favorecer o desenvolvimento da aprendizagem e do sucesso educativo dos alunos;
- r) promover a articulação de conteúdos das várias áreas curriculares.

Para a concretização destes objectivos, apresenta-se a seguinte Calendarização de acções:

Calendarização	Acções
1 a 15 de Setembro	Oficina de Formação com a duração de 50 horas -25 horas presenciais e 25 horas de trabalho autónomo- subordinada ao tema <i>Elaboração/implementação/avaliação do PCT</i> . Público-alvo da formação: Professores titulares de turma do 1º Ciclo e Directores de Turma do 2º e 3º Ciclos. Um representante dos pais/Encarregados de Educação por turma.
15 a 30 de Setembro	Fase de diagnóstico pelos diferentes professores da turma. Auscultação dos Pais/Encarregados de Educação pelo Director de Turma.
1 a 10 de Outubro	Sessão, em Conselho de Turma com equipa de monitorização, para elaboração do PCT.
1 a 10 de Dezembro	Sessão, em Conselho de Turma com equipa de monitorização, de análise e avaliação da implementação do PCT. Elaboração de alterações/reformulações caso haja necessidade.
1 a 10 de Fevereiro	Sessão, em Conselho de Turma com equipa de monitorização, de análise e avaliação da implementação do PCT. Elaboração de alterações/reformulações caso haja necessidade.
1 a 10 de Maio	Sessão, em Conselho de Turma com equipa de monitorização, de análise e avaliação da implementação do PCT. Elaboração de alterações/reformulações caso haja necessidade.
Última semana de aulas	Avaliação final do PCT, análise dos pontos fortes/fracos, e das oportunidades de melhoria. Proposta para elaboração do próximo PCT.

Tabela 22 – calendarização de acções do P.I.

O presente Projecto de Intervenção será avaliado no final do ano lectivo por todos os intervenientes: a comunidade escolar.

4. Conclusão

4.1. Relação entre os objectivos/questões de investigação e os resultados alcançados

Prendendo-se o nosso objecto de estudo com o PCT, elaborámos as nossas questões de investigação e os nossos objectivos tendo sempre como foco principal a compreensão e consequente melhoria da elaboração, implementação e avaliação do mesmo.

Com a presente investigação, pensamos ter contribuído para a reflexão sobre as práticas na elaboração, implementação e avaliação do PCT, contribuindo assim para alcançar um dos objectivos por nós propostos no início deste percurso investigativo.

De acordo com os resultados alcançados pela nossa investigação, pensamos que a mesma veio contribuir de forma significativa para o sucesso do Ensino/Aprendizagem, e das práticas educativas, respondendo assim à questão inicial acerca dos contributos do PCT para a aprendizagem e sucesso educativo dos alunos e a melhoria das práticas escolares e das relações interpessoais.

Quanto à nossa questão sobre os procedimentos relativos à avaliação do PCT, verificamos, pelos resultados obtidos que o PCT é avaliado e reformulado ao longo do ano lectivo.

Relativamente à nossa questão orientadora de saber acerca do papel do Director de Turma na gestão curricular, de acordo com os dados recolhidos, podemos afirmar que o Director de Turma é uma figura fundamental em todo o processo de gestão curricular, nomeadamente no que diz respeito ao PCT.

Pensamos que os objectivos da presente investigação foram alcançados e as questões orientadoras foram respondidas.

4.2. Principais dificuldades/problemas identificados e colocados no Projecto de Intervenção como aspectos de intervenção

Os principais problemas identificados na nossa investigação prendem-se com:

- a) a pouca reflexão por parte dos professores relativamente à elaboração, implementação e avaliação do PCT;
- b) a inexistência de tempos comuns para todos os professores de cada conselho de turma;
- c) poucos momentos destinados única e exclusivamente ao tratamento de questões relativas ao PCT;
- d) a diferenciação e a diversidade curricular são muito pouco praticadas;
- e) fraca participação dos pais e encarregados de educação no processo de ensino/aprendizagem dos seus educandos;
- f) os objectivos do PCT são pouco discutidos;
- g) falta de formação dos professores;
- h) incompatibilidade de saberes disciplinares que só ganham sentido no interior da disciplina específica;
- i) aumento da carga burocrática sobre o trabalho dos professores.

4.3. Questões emergentes

Após a realização deste estudo, temos consciência que muito ficou por responder e, nesse sentido, surgem novas questões que pedem também elas resposta numa futura investigação.

Apresentamos seguidamente as questões que nos surgiram:

- a) Director de turma burocrata ou gestor?
- b) Director de Turma construtor ou mero transmissor do currículo?
- c) Como colmatar as lacunas da formação de professores relativamente ao desempenho de cargos de gestão intermédia (Director de Turma)?

4.4. Síntese reflexiva

Actualmente e se tomarmos em consideração a perspectiva de uma escola democrática, o papel do docente já não se limita apenas a transmitir conhecimentos. Também o aluno já não assume o papel de passividade, de estar atento e de ser o receptor de conteúdos socialmente úteis.

Concordando com Barroso (1998),

“O professor já não é o que transmite conhecimentos aos alunos, mas o que cria as condições necessárias para que estes aprendam. Ele é, portanto um organizador e disponibilizador de recursos,” (p.10)

Se, outrora, o saber se afirmava como factor distintivo de uma elite, no presente urge democratizá-lo para que todos possam responder eficazmente às múltiplas solicitações de um mundo marcado por avanços vertiginosos a todos os níveis.

O sucesso dependerá da capacidade de acompanhar as mudanças, na certeza de que a preparação a que os jovens tiverem acesso hoje, condicionará a sua actuação futura.

Assim, o professor deverá ser um estimulador de competências comunicativas e um regulador do processo de ensino e aprendizagem. Para tal deverá saber gerir a diversidade e a diferença, envolvendo-se em dinâmicas de grupo para a construção da mudança.

O grande desafio que se coloca à escola nos dias que correm é ensinar modos de viver que sejam úteis na sociedade.

Ensinar, aprender e educar, são três vertentes de uma mesma realidade que a Escola não pode descurar.

A Escola terá tanto mais sucesso quanto mais formar/dotar os seus alunos com ferramentas imprescindíveis para a vida activa e plena em sociedade.

A relação pedagógica que se estabelece na sala de aula deverá ter em conta estes novos “papéis” que deverão ser assumidos pelos actores sociais que aí se encontram em interacção.

Hoje o professor não é a única fonte de aprendizagem. A sua tarefa no processo de ensino/aprendizagem mudou. Ele não detém todo o conhecimento nem toda a verdade. Actualmente a sua função é orientar o estudante na busca e na construção do seu próprio conhecimento.

A escola é um local repleto de fantasias, onde educandos, educadores, gestores, pais, e outros segmentos sociais acreditam na sua importância para a construção, reconstrução e aperfeiçoamento de uma sociedade idealizada.

É na escola que muitos educandos encontram a sua família entre amigos, colegas e profissionais da educação. A escola é o referencial de segurança e esperança para muitas pessoas. Escola e sociedade caminham lado a lado, uma depende da outra e juntas transformam sonhos em realidade, objectivos em metas, obstáculos em conquistas. Se a escola apresenta alguns problemas, esses serão reflectidos na sociedade, se a sociedade

passa por uma transformação importante, a escola terá que reorganizar os seus princípios a fim de se adaptar às novas mudanças.

A instituição escolar torna-se, em muitas ocasiões, responsável pelos sujeitos nela inseridos, sendo que depende desta o sucesso ou o insucesso dos mesmos na vida social. Observamos que não é somente a escola responsável mas sim, inúmeras outras instituições políticas e sociais.

Como afirma Sampaio (1996), “A escola não deve ser só um sítio onde se estuda e se tiram boas notas, deve ser basicamente um local onde se aprende a viver.” (p.21)

Será fundamental que a escola diversifique as suas ofertas, e flexibilize as suas opções, nomeadamente através dos projectos curriculares de turma, no sentido de abarcar toda a diversidade de situações que lhe são colocadas, isto porque, anuindo com Cardoso (1996), “O professor encontrará sempre diversidade entre os alunos das suas classes, seja qual for o contexto onde desenvolva a sua actividade.” (p.27)

Assim, os projectos curriculares deverão promover a emancipação das pessoas, das sociedades e dos povos, como afirma Angulo e Blanco (2000):

“Desde una perspectiva comprometida com la renovación pedagógica, un proyecto curricular debería defender y justificar una propuesta cultural emancipadora, tanto de las personas como de las sociedades y los pueblos.” (p.165)

Desta forma, e para responsabilizar os professores pelo desenvolvimento do currículo, os projectos curriculares de turma tornam-se indispensáveis. Então os projectos curriculares de turma deverão ser a adaptação do currículo pelos professores, tendo em atenção o currículo prescrito e o contexto no qual se irá desenvolver. É, neste contexto, que se integram as componentes locais e regionais no currículo efectivamente praticado com os alunos, no entanto não podemos esquecer que devemos estar sempre balizados pelo currículo nacional prescrito.

Nada faz pensar que quem pratica o ensino deva iludir a responsabilidade de reflectir, investigar e procurar as estratégias mais adequadas para fazer da sua prática uma prática verdadeiramente educativa.

O professor deverá ser o construtor activo da sua própria metodologia, e como diz Pacheco (2001), o professor deverá ser “ não apenas o operário do currículo, mas também

um dos seus arquitectos. A sua responsabilidade começará, conseqüentemente, pelo posicionamento perante os níveis de decisão curricular.” (p.48)

Assim, o professor ao analisar e reflectir, valorizando criticamente o seu trabalho e as necessidades dos alunos, torna-se esse tão desejado construtor, arquitecto e investigador, que irá conduzir o processo de ensino/aprendizagem pelos caminhos do sucesso.

A acção educativa, segundo D’Hainaut (1980) “deve ser consciente e organizada.” (p.25). E,

“Solicitado pelas seduções do presente, o professor, quer ceda a elas, quer lhe resista, corre o risco de limitar a perspectiva da sua acção: é-lhe necessária muita prudência e saber para ultrapassar as sugestões da moda e integrá-las numa visão multilateral e complexa da educação.” (p.111)

O professor, enquanto mediador e agente curricular, torna-se um profissional que analisa criticamente o trabalho que desenvolve. O seu papel não é o de um mero executor e consumidor curricular como lhe atribuem os modelos curriculares prescritos e fechados. A responsabilidade que se lhe conferir na implementação do currículo tem reflexos no sucesso ou insucesso de uma reforma.

Pacheco (2008) afirma que “o professor é a pedra angular da construção do currículo, por mais prescritiva que possa ser a política curricular” (p.49)

A atitude que o professor deve assumir perante o desenvolvimento do currículo é criadora e activa (MEC, 1987):

"La concreción de los currícula está, normalmente, mediatizada por el material pedagógico que utilizan profesores y estudiantes. Los materiales escolares y los equipos de profesores se constituyen, de hecho, en mediadores unos e intérpretes otros de las orientaciones curriculares, pues son quienes las traducen en prácticas educativas reales. Este protagonismo docente no debe ser mecánico o pasivo, sino que ha de funcionar de un modo activo y creador".(p.61)

Por conseguinte, sendo o professor o centro nevrálgico, torna-se necessário que seja conquistado pela reforma pretendida, que entenda as razões do que se lhe pede e se comprometa com a mesma pois a reforma curricular só se atinge na plenitude quando os seus intervenientes directos compreendem os motivos e necessidades de

reformular, se empenham nessa mesma reforma e perante ela assumem um papel de responsabilização crescente.

Mas, segundo Perrenoud (2005),

“Não basta enunciar novas expectativas, cada vez mais pontuais. É preciso que as políticas e as estruturas da educação criem as condições para que elas se realizem. As novas competências esperadas dos professores exigem um forte ajuste das formações inicial e contínua e, de maneira mais geral, uma evolução do ofício do professor.” (p.154),

Assim, pede-se aos professores um ênfase na prática reflexiva, uma maior autonomia e profissionalização, uma cooperação, uma presença constante e um envolvimento a cem por cento na escola.

Este facto supõe estabelecimentos escolares mais autónomos, que definam um projecto próprio e que prestem contas pela consecução do mesmo, e ao mesmo tempo, o currículo deve também ser orientado para a prática reflexiva.

Para Strecht (2008),

“Os melhores professores são, na realidade mestres. Mestres na arte de comunicar, saber estar, tolerar, exigir, amparar, prosseguir, pois na verdade são pessoas que, estando bem consigo mesmas, estão bem com o mundo e sabem revelá-lo com afecto e firmeza.” (p.112)

Augusto Cury (2003), traz uma importante reflexão sobre a educação na actualidade,

"A educação moderna está em crise, porque não é humanizada, separa o pensador do conhecimento, o professor da matéria, o aluno da escola, enfim, separa o sujeito do objecto" (p.139)

Assim, a escola com uma gestão democrática, participativa e humanizada, em parceria com outras instituições, terá um papel importante na mudança social e na solução dos problemas que a assolam.

Mas a gestão democrática não poderá resolver tudo pois as instituições educativas estão inseridas numa sociedade concreta em constante mudança. A rapidez da mudança, a um ritmo vertiginoso (novos alinhamentos, colapso de muros e blocos), no mundo de

hoje não é observável apenas na esfera política ou sócio-cultural. Assistimos igualmente a profundas revoluções nas diversas áreas do conhecimento, ao aparecimento de novas disciplinas do saber e aos reflexos desses novos conhecimentos no mundo actual.

Santomé (1995) afirma que

“a política educativa não pode ser compreendida de forma isolada, descontextualizada do enquadramento sócio-histórico concreto no qual ganha verdadeiro significado.” (p.13)

As relações de poder existentes na sociedade também têm o seu prolongamento no sistema educativo.

O que acontece na sociedade repercute-se, com maior ou menor intensidade, na escola. Assim, na hora de reflectir sobre a política educativa, e sobre os currículos, é obrigatório observar as diferentes perspectivas que vão para além dos limites das salas de aula, das escolas.

Então, nada é neutro, os projectos curriculares, os conteúdos do ensino, os materiais didácticos, os modelos organizacionais das escolas, as condutas dos alunos e do professorado, são influenciados e influenciáveis pelas constantes mutações sociais e políticas. Afirma o mesmo autor, Santomé (1995) que,

“É prioritário para os grupos que controlam o poder tentar vender as suas propostas curriculares como fruto do *consenso*, como algo que não pode ser de outro modo. Procura-se inculcar esta mensagem de concórdia tanto nos professores e professoras como, evidentemente, na comunidade estudantil.” (p.44)

O sistema educativo, é, então, uma construção social e histórica. Ao considerar o currículo como um propósito contextualizado numa determinada sociedade, Pacheco (2001) destaca a sua carga de valores, social, cultural e historicamente situados, e a sua dependência dos contextos em que se enquadram e das pessoas que neles intervêm, não esquecendo que um contexto inclui subsistemas de ordem vária: política, social, administrativa, educativa. Tendo em conta todos estes aspectos, Pacheco (2001), conclui:

“o currículo, embora apesar das diferentes perspectivas e dos diversos dualismos, define-se como um projecto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interactivo, que implica unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino-aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, económicas culturais, sociais, escolares,... na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas.” (p.20)

Vieira (1993), afirma que

“A procura de novas formas mais abertas, dinâmicas e abrangentes de organizar o conhecimento surge, assim, como uma primeira possível resposta à rapidez das mutações.” (p.17)

As realidades escolares não mudam tão rapidamente como a sociedade cívil, e o currículo dito decretado, esta palavra , como refere Lima (2003)

“tomada em sentido amplo, procurando representar um vasto conjunto de regras formais produzidas no sentido de orientar e de regular a acção organizacional e administrativa a nível escolar. De resto, muitos normativos sobre matérias que aparentemente pouco têm a ver com a administração escolar (matérias curriculares e de avaliação, por exemplo)” (p.107),

refreia a flexibilização que se pretende de acordo com as mudanças e com os diferentes públicos, hoje com a alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12ºano, a escola irá ter um aumento considerável de públicos diversos, não acompanhando os currículos essa mudança, grandes desafios serão colocados à escola no sentido de gerir com sucesso todas estas mudanças. Mas, acrescenta Lima (2003) que “Não basta alterar as regras formais para mudar as realidades escolares”(p.112).

Estas mudanças e estas realidades escolares devem ser acompanhadas pelos diversos projectos nas escolas, na tentativa de abarcar, abranger e organizar os conhecimentos ditos significativos que todo o aprendente deve adquirir.

A gestão curricular (gerir implica decidir) como um processo de tomada de decisões, tem no Projecto Curricular de Escola/Agrupamento e no Projecto Curricular de Turma a sua possibilidade de flexibilização.

Referências Bibliográficas

- AFONSO, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação – Um Guia Prático e Crítico*. Porto: Asa Editores.
- ÁLVAREZ, Maria Nieves et al (2000). *Valores e Temas Transversais no currículo*. ARTMED Editora.
- ALVES, Pinto, Conceição. (1995). *Sociologia da Escola*. Alfragide: McGraw-Hill.
- ANGULO, José Felix. BLANCO, Nieves.(2000). *Teoría y Desarrollo del Currículum*. Ediciones Aljibe.
- ANTÚNEZ, Serafín (2000). *El Proyecto Educativo de Centro*. Barcelona: Editorial Graó.
- BARBIER, Jean-Marie (1996). *Elaboração de Projectos de Acção e Planificação*. Porto: Porto Editora.
- BARBEIRO, L. F. & Vieira, R. (1996). *Percursos de Aprendizagem & Práticas Educativas*. Leiria: ESEL.
- BARROSO, João (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Universidade Aberta.
- BARROSO, João (1998). *Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola*. Cadernos de Organização e Gestão Curricular. Instituto de Inovação Educacional.
- BENAVENTE, A (1993). *Mudar a Escola Mudar as Práticas*. Lisboa: Escolar Editora.
- BOGDAN, Robert e Biklen, Sari (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- BOLÍVAR, António (2003). *Como melhorar as Escolas. Estratégias e dinâmicas de melhoria das práticas educativas. Potencialidades e limites das estratégias de desenvolvimento e mudança*. Porto: Asa.
- CARDOSO, Carlos Manuel, (1996). *Educação Multicultural - Percursos para práticas reflexivas*. Texto Editora.
- CARMO, H. e FERREIRA, M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para Auto Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CHIAVENATO, Idalberto (2000). *Administração nos Novos Tempos*. Rio de Janeiro: Campus.
- VARELA DE FREITAS, C.; VIEIRA, Maria Manuel; Abrantes, Paulo et al. *Gestão Flexível do Currículo - contributos para uma reflexão crítica*. Texto Editora. Lisboa. 2001.
- COSTA, J. A. (2007). *Projectos em educação: contributos de análise organizacional*. Aveiro: UA, Comissão Editorial.
- COSTA, Jorge Adelino (1994). *Gestão Escolar. Autonomia. Projecto Educativo da Escola*. Lisboa: Texto Editora.
- COSTA, Jorge Adelino (1996). *Imagens Organizacionais da Escola*. Porto: Edições ASA.
- COUTINHO, M. (1998). *O papel do director de turma na escola actual*. Porto: Porto Editora.

- CURY, Augusto Jorge (2003). *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante.
- DANIELSON, Charlotte. *Melhorar a Prática Profissional. Um Quadro de Referência para a Docência*. Editorial do Ministério da Educação. 2010. (revisão científica da tradução Maria do Céu Roldão)
- DELORS, J. (Coord.), (1996). *Educação: um tesouro a descobrir*. 6ª Ed..Porto: Edições ASA.
- D' HAINAUT, Louis (1980). *Educação: dos fins aos objetivos*. Coimbra: Livraria Almedina.
- DUARTE, António Manuel (2002), *Aprendizagem, Ensino e Aconselhamento Educacional-Uma perspectiva cognitivo-motivacional*.Porto: Porto Editora.
- ELLIOTT, J. (1993). *El câmbio educativo desde la investigación acción*. Madrid: Morata.
- ESTÊVÃO, Carlos Vilar (1998). *Gestão estratégica nas escolas*.Editorial Ministério da Educação.
- ETZIONI, Amitai.(1964). *Modern Organizations*. Englewood. Prentice Hall Inc.
- FERNANDES, D. (1991). *Notas sobre os paradigmas de investigação em educação*. Revista Noesis(18), p.64.
- FERNÁNDEZ, D. (1994). *Proyecto curricular de Educación Secundaria Obligatoria*. Madrid: Escuela Española.
- FERREIRA, Henrique da Costa (2007). *Teoria política, educação e participação dos professores*. EDUCA/CMB, Lisboa.
- FERREIRA, Henrique da Costa. (2003). *A Evolução da Escola Preparatória - o conceito e componentes curriculares*. –Série Estudos, nº 52. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança
- FERREIRA, Henrique da Costa. (1989). *As funções do Director de Turma. Texto de Apoio à Profissionalização*. Bragança: ESE-Policopiado.
- FERREIRA, J. M. Carvalho; Neves, José; Abreu, Paulo Nunes e Caetano, António (1998). *Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, McGraw-Hill.
- FIGUEIREDO, Manuel Alves Ribeiro. (2001). *Projecto Curricular de Turma*.Estria, Produções Gráficas S.A.
- FLORES, Javier Gil; GÓMEZ, Gregório Rodríguez; JIMÉNEZ, Eduardo Garcia. (1999). *Metodologia de la investigación cualitativa*. Málaga: Aljibe, 2ª edición.
- FORMOSINHO, João; MACHADO, Joaquim (2009). *Equipas Educativas – Para uma Nova Organização da Escola*. Porto: Porto Editora.
- FORTIN, M. F. (1999). *Processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Sociência.
- FREITAS, Varela e outros (2001). *Gestão flexível do currículo-Contributos para uma reflexão crítica*. Texto Editora.
- Gil, A. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. S. Paulo: Editora Atlas.
- GIMENO, José (1985). *Teoria de la enseñanza y desarrollo del currículum*. Madrid: Anaya.

- GIMENO, José (1988). *El curriculum: una reflexión sobre lá práctica*. Madrid: Morata.
- GOMES, Jorge Pereira da Silva (1997). *O Projecto Educativo de Escola e a sua influência na gestão dos Estabelecimentos do Ensino Básico e Secundário*. Edições APPACDM Distrital de Braga.
- GRUNDY, Shirley (1987). *Curriculum: product or praxis?*. London: The Falmer Press.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Cascais. Principia.
- GUERRA, Miguel Angel Santos (2002). *Entre Bastidores: O lado oculto da organização escolar*. Edições ASA.
- HADJI, Charles e BAILLÈ, Jacques (Orgs.,2001). *Investigação e Educação para uma “nova aliança”*. Porto Editora.
- HILL, M. e HILL, A. (2000). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- JANUÁRIO, Carlos (1988). *O Currículo e a Reforma do Ensino. Um modelo sistémico de elaboração dos programas escolares*. Livros Horizonte.
- KEMMIS, Stephen (1884). *Point-by-point guide to action research*. Victoria: Deakin University.
- KEMMIS, Stephen (1988). *El curriculum: más allá de la teoria de la reproducción*. Madrid: Morata.
- LATORRE, Antonio (2003). *La investigación-acción – Conocer y cambiar la práctica educativa*. Barcelona: Editorial Graó.
- LAVEAULT, Dany e GRÉGOIRE, Jacques (2002). *Introdução às Teorias dos Testes em Ciências da humanas*. Porto: Porto Editora.
- LEITE, Carlinda (2000). *Projecto Educativo de Escola, Projecto Curricular de Escola e Projecto Curricular de Turma: O que os distingue? O que os une?*. Reflexão realizada no quadro de um Curso promovido pelo DEB na 1ª semana de Abril de 2000.
- LEITE, Carlinda (2003). *Para uma escola curricularmente inteligente*. Porto: Edições ASA.
- LEITE, Carlinda; GOMES, Lúcia e FERNANDES, Preciosa (2001). *Projectos Curriculares de Escola e de Turma: Conceber, gerir e avaliar*. Porto: Edições ASA.
- LIMA, Licínio C. (2003). *A Escola como Organização Educativa 2ª Edição*. Cortez Editora.
- LIMA, Licínio (Org., 2006). *Compreender a Escola como Organização*. Porto: Porto Editora.
- LOMAX, P. (1990). *Managing Staff development in Schools*. Clevedon: Multi-Lingual Matters.
- MARCELO-GARCIA, C. (1999). *Formação de Professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora.
- MARQUES, Ramiro (2002). *O Director de Turma e a Relação Educativa*. Lisboa: Editorial Presença
- MARQUES, R. (1998). *A Arte de Ensinar*. Lisboa: Plátano Edições.

- MARQUES, Ramiro (2001). *Saber Educar - Guia do Professor*. Lisboa: Editorial Presença.
- MARQUES, R. (1997). *A direcção de turma – integração escolar e ligação ao meio*. Porto: Porto Editora.
- MARQUES, Ramiro. (1998). *Professores, Famílias e Projecto Educativo*. Lisboa: Edições Asa.
- MARQUES, Ramiro; ROLDÃO, Maria do Céu (1999). *Reorganização e gestão curricular no ensino básico-Reflexão participada*. Porto Editora.
- MÁXIMO-Esteves, Lúcia (2008). *Visão Panorâmica da Investigação-acção*. Porto: Porto Editora.
- MENDES, Maria Luísa Sobral (2001). *Gestão Flexível do Currículo*. Ministério da Educação – DEB. Lisboa.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento da Educação Básica.
- NÓVOA, A. (1992). *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- NÓVOA, António (org.,1995). *Profissão Professor*. Porto Editora.
- PACHECO, José Augusto (2002). *Políticas curriculares*. Porto: Porto Editora.
- PACHECO, José Augusto (2001). *Currículo: Teoria e Práxis*. Porto: Porto Editora.
- PACHECO, José Augusto e Morgado, José Carlos Morgado (2002). *Construção e Avaliação do Projecto Curricular de Escola*. Porto: Porto Editora.
- PACHECO, José Augusto (org.,2008). *Organização Curricular Portuguesa*. Coleção Currículo, Políticas e Práticas, nº 30. Porto: Porto Editora,
- PACHECO, José Augusto (org.,1999). *Componentes do Processo de Desenvolvimento do Currículo*. Livraria Minho.
- PADILHA, R. (2001). *Planeamento Dialógico: como construir o projecto-pedagógico da escola*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- PERRENOUD, Philippe (2005) . *Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. Artmed.
- PINTO, Manuel Luís silva (2002). *Práticas Educativas numa sociedade global*. Edições ASA.
- QUIVY, R ; Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RIBEIRO, António Carrilho (1999). *Desenvolvimento curricular*. Texto Editora.
- RIBEIRO, António Carrilho (1994). *Reflexões sobre a reforma educativa*. Lisboa. Texto Editora.
- ROLDÃO, Maria Céu (1999). *Gestão Curricular: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: M.E./D.E.B.
- ROLDÃO, Maria do Céu (2000). *Currículo e Gestão das Aprendizagens: as Palavras e as Práticas*. CIFOP. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ROLDÃO, Maria do Céu (1995). *O Director de Turma e a gestão curricular*. Instituto de Inovação Educacional.Lisboa.

- ROLDÃO, Maria do Céu. (1997). *Relatório do Projecto “Reflexão participada sobre Currículos do Ensino Básico.”* Ministério da Educação – Departamento da Educação Básica.
- ROLDÃO, Maria do Céu e GASPAR, Maria Ivone (2007). *Elementos do Desenvolvimento Curricular*. Lisboa. Universidade Aberta.
- SAMPAIO, D (1996). *Inventem-se novos pais*. Editorial Caminho.
- SANCHES, Maria de Fátima Chorão (org) (2009). *A escola como espaço social. Leituras e olhares de professores e alunos*. Porto Editora.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres(1995). *O Curriculum Oculto*. Porto Editora.
- SARMENTO, Manuel Jacinto (1993). *As escolas e as autonomias*. Rio Tinto: Edições Asa.
- SILVA, Tomaz Tadeu (2000). *Teorias do currículo*. Porto Editora.
- SPRINTHALL, N. A. (1993). *Psicologia Educacional*. Lisboa: McGraw-Hill.
- STENHOUSE, Lawrence (1984). *Investigación y desarrollo del curriculum*. Madrid: Morata.
- STRECHT, Pedro (2008). *A minha escola não é esta*. Assírio e Alvim.
- TEIXEIRA, Sebastião (2002). *Gestão das Organizações*. Lisboa: McGraw-Hill.
- TUCKMAN, Bruce (2002). *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNESCO (2004) *Changing Teaching Practices -using curriculum differentiation to respond to students’diversity*. United Nations Educational Scientific and Cultural Organization.
- VIDAL, J. G.; Cárave, G. e Florêncio M. A. (1992). *El Proyecto Educativo de Centro: Una Perspectiva Curricular*. Madrid: Editorial EOS.
- VILAR, A. Matos (1994). *Currículo e Ensino-para uma prática teórica*. Edições ASA.
- VIEIRA, Estela (1993). *Desenvolvimento Curricular em Inglês –Autonomia e Aprendizagem Autodirigida* . Texto Editora.
- WILLIAM , E. Doll Jr (1993). *Currículo: uma perspectiva pós-moderna*. Artmed Editora.
- ZABALZA, Miguel Ángel (1987). *Diseño y desarrollo curricular*. Madrid: Morata.
- ZABALZA, Miguel Ángel (1992). Do Currículo ao Projecto de Escola. In Canário, Rui (Org.,1992). *Inovação e Projecto Educativo de Escola*. Lisboa: Educa.
- ZABALZA, Miguel Ángel (1995). *Diários de Aula*. Porto Editora.

Legislação consultada

- Decreto-Lei n.º 18/2011** de 2 de Fevereiro, alteração do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro (princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.)
- Lei n.º 39/2010** de 2 de Setembro Segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário
- O Decreto – Lei n.º 75/2008** de 22 de Abril, que vem revogar a Lei n.º 115 – A/98
- Lei n.º 3/2008** veio alterar o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básicos e Secundário
- Decreto-Lei n.º 272/2007** (Alteração Princípios da organização e gestão do currículo)
- Despacho Normativo 50/2005** de 20 de Outubro
- Despacho Normativo n.º 1/2005** de 5 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 74/2004** (Princípios orientadores da organização e gestão do currículo)
- Despacho Normativo n.º 30 /2001** de 2001-07-19 (Estabelece os princípios e os procedimentos a Observar na avaliação das aprendizagens no ensino básico.)
- Despacho n.º 13 780/2001** de 2001-07-03 (Coexistência de diferentes planos curriculares em escolas básicas com 2.º e 3.º ciclos - dúvidas ou dificuldades na organização dos tempos lectivos.)
- Decreto-Lei n.º 6/2001** de 2001-01-18 (Aprova a reorganização curricular do ensino básico.)
- Decreto Regulamentar n.º 10/99** de 1999-07-21 (Regulamenta o regime de autonomia, administração e gestão aplicável aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, estabelecendo as competências das estruturas de orientação educativa, bem como o regime de coordenação das mesmas estruturas.)
- Despacho n.º 9590/99** de 1999-05-14 (Projectos de gestão flexível dos currículos do ensino básico.)
- Lei n.º 24/99** de 1999-04-22 (Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio – aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos.)
- Decreto-Lei n.º 115-A/98** de 1998-05-04 (Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos.)
- Lei n.º 115/97** de 1997-09-19 (Alteração à Lei n.º 46/86, (LBSE)
- Despacho n.º 4848/97** de 1997-07-30 (Projectos de gestão flexível dos currículos do ensino básico.)
- Decreto-Lei n.º 43/89** de 1989-02-03 (Define um quadro «genérico» orientador da autonomia da Escola.)
- Lei n.º 46/86** de 1986-10-14 (Lei de Bases do Sistema Educativo)
- Portaria n.º 679 de 1977** - Aprova o Regulamento de Funcionamento dos Conselhos Pedagógicos dos Estabelecimentos de Ensino Preparatório e Secundário.

Anexos

Anexo 1:Inquérito – trabalho final

O presente questionário destina-se a recolher dados para um Trabalho de Projecto, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação: Administração Escolar (IPB-Bragança), sobre os Projectos Curriculares de Turma. A informação recolhida será tratada anonimamente. Público alvo do questionário: Professores titulares de Turma do 1º Ciclo e Directores de Turma do 2º e 3º ciclos. Agradeço desde já a disponibilidade para a resposta às questões apresentadas.

I PARTE - IDENTIFICAÇÃO

1.Idade. Por favor assinale com X a sua resposta:

- menos de 29
- de 30 a 39
- de 40 a 49
- mais de 49

2.Sexo. Por favor assinale com X a sua resposta:

- Feminino
- Masculino

3.Categoria Profissional. Por favor assinale com X a sua resposta:

- QE
- QZP
- Contratado

4. Experiência Profissional. Por favor assinale com X a sua resposta:

- 1 ano
- 2 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- 16 a 20 anos
- 21 a 25 anos
- 26 a 30 anos
- mais de 30

5.Ciclo de Ensino. Por favor assinale com X a sua resposta:

- 1º Ciclo
- 2º Ciclo
- 3º Ciclo

II PARTE

1ª Dimensão - Concepções sobre o Projecto Curricular de Turma

6.De acordo com a sua representação teórica o Projecto Curricular de Turma é:

	1-discordo plenamente	2-discordo	3-não concordo nem discordo	4-concordo	5-concordo plenamente
Uma imposição legal que se constitui num estorvo à acção docente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma imposição legal necessária.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Um instrumento de adequação do currículo nacional à diversidade dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Um instrumento de coordenação e de planificação do processo de ensino/aprendizagem, em Conselho de Turma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Um instrumento que apela ao trabalho colaborativo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Um instrumento inútil pois não acrescenta qualidade ao trabalho do professor com os alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Um instrumento para adequar melhor o projecto curricular de escola aos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma oportunidade para tornar a escola mais inclusiva e democrática.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma forma de desvirtuar o currículo nacional criando situações de desigualdade de oportunidades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma forma de nivelar por baixo a qualidade das aprendizagens.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma oportunidade para a reflexão conjunta sobre os alunos em concreto.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma forma de controlar melhor a acção dos professores e a eficiência da escola.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. Na sua opinião, os objectivos do PCT correspondem:

	1-discordo plenamente	2-discordo	3-não concordo nem discordo	4-concordo	5-concordo plenamente
à listagem dos objectivos que cada professor deu, sem discussão conjunta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
a um conjunto de objectivos estabelecidos após discussão dos professores da turma.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
a um projecto curricular já existente ao qual foram feitas alterações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	1-discordo plenamente	2-discordo	3-não concordo nem discordo	4-concordo	5-concordo plenamente
a um projecto curricular já existente ao qual não foram feitas alterações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
à transposição dos objectivos do PCE.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
à transposição e junção dos objectivos dos programas nacionais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
às duas anteriores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. Atendendo à sua prática na elaboração do Projecto Curricular de Turma, qual o grau de importância que atribui a cada uma das seguintes afirmações ?

	1-nada importante	2-pouco importante	3-importante	4-muito importante
Seleccionar as tarefas promotoras da aprendizagem e melhoria das prestações dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Controlar o nível de aquisição de conhecimentos dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dar feedback aos alunos sobre as suas aprendizagens.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questionar a intervenção do aluno.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Servir de suporte para adequar o currículo às necessidades dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informar os encarregados de educação quanto ao sucesso do cumprimento dos objectivos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Verificar a progressão dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apreciar a capacidade dos alunos para mobilizar conhecimentos na resposta a novas situações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Confirmar expectativas em relação aos desempenhos dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estruturar e/ou modificar as estratégias de ensino.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Controlar a evolução dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. Considerando os aspectos abaixo referidos, indique a percentagem que atribui a cada um deles quando elabora o PCT.

	1-10%	2-15%	3-20%	4-25%	5-50%
Nível de aquisição de conhecimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Competências	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	1-10%	2-15%	3-20%	4-25%	5-50%
Empenho e participação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Atitudes, valores e disciplina	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
--------------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

10. Classifique a importância que atribui à participação dos alunos no Projecto Curricular de Turma?

Selecione uma opção a partir da lista.

11. Quando elabora o PCT, que importância atribui a cada um dos seguintes aspectos?

	1-nada importante	2-pouco importante	3-importante	4-muito importante
Objectivos da aprendizagem definidos no currículo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desempenho alcançado pelos melhores alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nível cultural e sócio económico dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Critérios de avaliação previamente definidos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desempenho alcançado pelos alunos com fraco rendimento escolar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Evolução global de cada um em relação a si mesmo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. Assinale, por ordem de prioridade, as principais dificuldades/obstáculos para a construção do PCT. Considere 1 como valor máximo e selecione os números de 1 a 5.

	1	2	3	4	5
Aumento da carga burocrática sobre o trabalho dos professores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inexistência de tempos comuns para todos os professores da turma para trabalho colaborativo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incompatibilidade de saberes disciplinares que só ganham sentido no interior da disciplina específica.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de formação dos professores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cultura profissional monodisciplinar, à porta fechada e burocrática.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. Assinale, por ordem de prioridade, as principais virtualidades na construção do PCT. Considere 1 como valor máximo e selecione os números de 1 a 5.

	1	2	3	4	5
Fomento do trabalho cooperativo entre os professores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	1	2	3	4	5
Melhor articulação teoria-prática.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhor articulação disciplinar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhor conhecimento da escola como um todo articulado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhor conhecimento da interacção entre os níveis de organização da Escola (Conselho Pedagógico – Departamentos Curriculares/ Coordenações de Ano -Ciclo – Conselhos de Turma).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE III

2º Dimensão - Procedimentos adoptados no âmbito do desenvolvimento do Projecto Curricular de Turma.

14. Indique a situação que habitualmente identifica na organização do processo de aprendizagem da turma que lecciona.

- Os conhecimentos dos alunos no início do ano lectivo ou de um período.
- Os conhecimentos dos alunos no início de uma nova aprendizagem.

15. Assinale por ordem de prioridade as situações que mais utiliza para a concretização dos objectivos definidos no PCT. Considere 1 como valor máximo e seleccione os números de 1 a 5.

	1	2	3	4	5
Trabalho com toda a turma.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho de grupo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho de pares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho individual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diferentes formas de organização em simultâneo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16. Indique qual das duas alternativas lhe parece mais próxima da sua prática pedagógica na elaboração do PCT.

- Ao elaborar o PCT oriento-me por critérios que me dão informação sobre o domínio que o aluno possui dos conteúdos programáticos e que me facultam a progressão do aluno.
- Ao elaborar o PCT oriento-me por critérios que me dão informação sobre o processo de aprendizagem dos alunos e que me facultam a (re)organização da acção pedagógica.

17. Qual o nível de importância que atribui, no quadro da elaboração do PCT, aos seguintes modos (ou modalidades) de recolha de informações?

	1-nada importante	2-pouco importante	3-importante	4-muito importante
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	1-nada importante	2-pouco importante	3-importante	4-muito importante
Observação informal na sala de aula.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questionamento oral.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Portfólios.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Análise dos processos individuais dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Análise do dossier de turma.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fichas de auto avaliação dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grelhas de observação sistemática.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Registo de incidentes críticos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grelhas de observação ocasional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diálogo com os encarregados de educação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18. Dos instrumentos de recolha de informações anteriormente mencionados, indique por ordem decrescente de importância, as 3 opções que mais utiliza.

	1ª Prioridade	2ª Prioridade	3ª Prioridade
Observação informal na sala de aula.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questionamento oral.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Portfólios.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Análise dos processos individuais dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Análise do dossier de turma.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fichas de auto avaliação dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grelhas de observação sistemática.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Registo de incidentes críticos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grelhas de observação ocasional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diálogo com os encarregados de educação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19. Que importância atribui à auto - avaliação dos alunos para o diagnóstico dos principais problemas a abordar no PCT?

- nada importante
- pouco importante
- importante
- muito importante

20. Assinale por ordem de prioridade as situações que mais utiliza para a concretização dos objectivos definidos no PCT. Considere 1 como valor máximo e inscreva no quadrado respectivo os números de 1 a 5.

	1	2	3	4	5
Trabalho com toda a turma.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho de grupo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho de pares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho individual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diferentes formas de organização em simultâneo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21. Assinale por ordem de prioridade, os momentos em que considera que os encarregados de educação mostram maior disponibilidade para partilhar o processo de ensino/aprendizagem o aluno. Considere 1 como valor máximo e inscreva no quadrado respectivo os números de 1 a 5.

	1	2	3	4	5
Reunião de início do ano lectivo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Iniciativa própria/situações informais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Entrega dos boletins trimestrais de avaliação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Plano Anual de actividades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horário de Atendimento mensal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE IV

3ª Dimensão – Contributos para a aprendizagem e sucesso educativo dos alunos

22. Na sua opinião, o Projecto Curricular de Turma promove e favorece o desenvolvimento da aprendizagem e do sucesso educativo dos seus alunos?

- muito
- razoavelmente
- pouco
- nada



não sei

23. Os Projectos Curriculares de Turma enquanto instrumentos de gestão pedagógica fomentam uma cultura de reflexão e de análise do processo de ensinar?



muito



razoavelmente



pouco



nada



não sei

PARTE V

4ª Dimensão- Importância do PCT na melhoria das práticas escolares e das relações interpessoais

24. Em que medida o PCT contribui para:

	1-nada	2-pouco	3-bastante	4-muito
A integração dos saberes por forma ao desenvolvimento articulado do processo de ensino/aprendizagem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A clarificação dos princípios, atitudes e valores a promover pela via do trabalho colaborativo e na área de Trabalho de Projecto.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria da articulação de conteúdos das várias áreas curriculares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria da interacção pessoal e profissional entre os professores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria da relação entre O(a) Director(a) de Turma e os pais/EE`s dos alunos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria da relação entre os professores do Conselho de Turma.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria da relação entre os professores do Conselho de Turma e o Director de Turma.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria da relação entre os professores do Conselho de Turma e os Pais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Muito obrigada pela participação!

Anexo 2 - Proposta de Projecto de Intervenção

Objectivos:

- a) conhecer o processo de construção, de implementação e de avaliação do PCT;
- b) potenciar a diversificação curricular;
- c) valorizar a diferenciação pedagógica;
- d) elaborar o PCT de forma a ir de encontro à realidade da Turma;
- e) implementar efectivamente o PCT;
- f) consolidar as práticas de avaliação do PCT;
- g) implicar todos os intervenientes no processo educativo;
- h) fomentar uma cultura de reflexão e de análise do processo de ensinar;
- i) promover o trabalho em equipa dos professores e encarregados de educação;
- j) melhorar a relação entre o Conselho de Turma e os Pais/EE dos alunos;
- k) estabelecer uma linha de actuação comum dos professores da turma em todos os domínios da sua acção perante os alunos;
- l) favorecer o desenvolvimento da aprendizagem e do sucesso educativo dos alunos;
- m) promover a articulação de conteúdos das várias áreas curriculares.

Acções:

- a) Actividades de formação periódicas relativamente ao processo de gestão curricular de cada turma, coordenadas pelo Director de Turma;
- b) Criação da prática de sessões informais do Conselho de Turma (por exemplo, duas vezes por período, ou com outra periodicidade) de discussão de temas relacionados com o PCT, moderadas pelo DT;
- c) Criação de uma equipa de monitorização do PCT no sentido de acompanhamento e cooperação com os Conselhos de Turma;
- d) Elaboração do PCT não para um ano lectivo, mas para um ciclo de ensino;
- e) Reuniões marcadas única e exclusivamente para tratar questões relacionadas com o PCT, onde participem os alunos e os Encarregados de Educação;
- f) Apresentamos a nossa proposta para elaboração/implementação/avaliação do PCT na Tabela que se segue:

ESTRUTURA PARA A ELABORAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO/ AVALIAÇÃO DO PCT	
ESTRUTURA	DESCRIÇÃO/OPERACIONALIZAÇÃO/ACÇÕES
1.Introdução	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e reflexão sobre os normativos legais do PCT.
2.Avaliação Diagnóstica	<ul style="list-style-type: none"> • Inquérito por questionário à turma (condições sócio-económicas...); • Ficha de Caracterização da Turma; • Diagnóstico realizado pelos diferentes professores nos domínios implícitos no currículo nacional;
3.Caracterização da turma	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil da Turma; • Elementos facilitadores da Aprendizagem; • Elementos inibidores da Aprendizagem; • Actividades de Enriquecimento Curricular (Clubes...); • Educação Especial; • Outras informações relevantes;
4.Problemas da turma	<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar as questões que surgiram na caracterização da turma; • Dificuldades mais urgentes da turma (planificar formas de resposta/solução).
5.Competências a desenvolver nos alunos	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar as tarefas de aprendizagem de acordo com as directrizes do projecto, em estreita correlação com os interesses dos alunos e as finalidades pretendidas.
6.Estratégias cognitivas a desenvolver nas diferentes áreas curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Reflectir sobre o trabalho que cada professor desenvolve dentro da sua área curricular para encontrar formas comuns e/ou complementares de actuação; • Explicitar a acção de cada professor.
7.Critérios de avaliação a privilegiar	<ul style="list-style-type: none"> • Reflectir, em conjunto, sobre os instrumentos que cada professor utiliza no seu quotidiano, estabelecer critérios comuns de actuação consistentes com as aprendizagens previstas nos projectos curriculares e o desenvolvimento de competências, de modo a que o Conselho de Turma partilhe os critérios; • Estruturar a avaliação em função do projecto a desenvolver, de forma a assegurar aprendizagens significativas.
8.Avaliação do PCT	<ul style="list-style-type: none"> • Esta deve ser feita ao longo do ano lectivo, para a resolução/reformulação dos possíveis constrangimentos na implementação do Projecto e no final do ano lectivo.
9.Anexos	<ul style="list-style-type: none"> • Planificações das diferentes actividades lectivas e não lectivas; • Contactos com E.E; • Processos de diferenciação, recuperação, melhoria; • Outros.

Anexo 3 –Pedido de opiniões/sugestões acerca das nossas propostas sobre o PCT.

Após ter respondido ao questionário anterior, apresente as suas opiniões/sugestões sobre as propostas apresentadas. O presente questionário é anónimo e confidencial. Desde já agradecemos a sua disponibilidade.

Proposta a):Actividades de formação periódicas relativamente ao processo de gestão curricular de cada turma, coordenadas pelo Director de Turma.
Qual a sua opinião sobre a implementação desta proposta?

Proposta b) Criação da prática de sessões informais do Conselho de Turma (por exemplo, duas vezes por período, ou com outra periodicidade) de discussão de temas relacionados com o PCT, moderadas pelo DT.
Qual a sua opinião sobre a implementação desta proposta?

Proposta c) Criação de uma equipa de monitorização do PCT no sentido de acompanhamento e cooperação com os Conselhos de Turma.
Qual a sua opinião sobre a implementação desta proposta?

Proposta d) Elaboração do PCT não para um ano lectivo, mas para um ciclo de ensino.
Qual a sua opinião sobre a implementação desta proposta?

Proposta e) Reuniões marcadas única e exclusivamente para tratar questões relacionadas com o PCT, onde participem os alunos e os Encarregados de Educação.
Qual a sua opinião sobre a implementação desta proposta?

Proposta f) Apresentámos a nossa proposta para elaboração/implementação/avaliação do PCT na Tabela que se segue:

Concorda ou discorda?

ESTRUTURA PARA A ELABORAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO/ AVALIAÇÃO DO PCT	
ESTRUTURA	DESCRIÇÃO/OPERACIONALIZAÇÃO
1.Introdução	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e reflexão sobre os normativos legais que enformam o PCT.
2.Avaliação Diagnóstica	<ul style="list-style-type: none"> • Inquérito por questionário à turma (condições sócio-económicas...); • Ficha de Caracterização da Turma; • Diagnóstico realizado pelos diferentes professores nos domínios implícitos no currículo nacional; • Elaboração de uma grelha sintetizada por forma a uma fácil leitura e acesso.
3.Caracterização da turma	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil da Turma; • Elementos facilitadores da Aprendizagem; • Elementos inibidores da Aprendizagem; • Actividades de Enriquecimento Curricular (Clubes...); • Educação Especial; • Outras informações relevantes;
4.Problemas da turma	<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar as questões que surgiram aquando da caracterização da turma; • Dificuldades mais urgentes da turma (planificar formas de resposta/solução).
5.Competências a desenvolver nos alunos	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar as tarefas de aprendizagem de acordo com as directrizes do projecto, em estreita correlação com os interesses dos alunos e as finalidades pretendidas.
6.Estratégias cognitivas a desenvolver nas diferentes áreas curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Reflectir sobre o trabalho que cada professor desenvolve dentro da sua área curricular por forma a encontrar formas comuns e/ou complementares de actuação; • Explicitar a acção de cada professor, tendo em conta a reflexão anterior.
7.Critérios de avaliação a privilegiar	<ul style="list-style-type: none"> • Reflectir, em conjunto, sobre os instrumentos que cada professor utiliza no seu quotidiano, por forma a que se estabeleçam critérios comuns de actuação consistentes com as aprendizagens previstas nos projectos curriculares e o desenvolvimento de competências, de modo a que o Conselho de Turma partilhe os critérios aplicados por cada professor; • Estruturar a avaliação em função do projecto a desenvolver, de forma a assegurar aprendizagens significativas.
8.Avaliação do PCT	<ul style="list-style-type: none"> • Esta deve ser feita ao longo do ano lectivo, para a resolução/reformulação dos possíveis constrangimentos na implementação do Projecto e no final do ano lectivo.
9.Anexos	<ul style="list-style-type: none"> • Planificações das diferentes actividades lectivas e não lectivas; • Contactos com E.E; • Processos de diferenciação, recuperação, melhoria; • Outros.

Se tem alguma sugestão a apresentar, faça-o no espaço reservado par tal.
As suas sugestões

Muito obrigada pela sua colaboração!